

ATA DA 302ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS-MG, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2024. Aos 29 de novembro de 2024, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo Horizonte-MG, realizou-se a tricentésima segunda plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo presidente Nelson Fernando Maure Carvalho. Estavam presentes **os conselheiros/as titulares:** Jennifer Danielle Souza Santos, representante do PSIND-MG, Flavio Christian De Assis Miranda, representante do CMAS de Ipatinga, Laís Alexandre da Silva, representando o CMAS de Ipatinga, Rosalice Tassar, representando o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Nelson Fernando Maure Carvalho representando a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, Solimar Assis, representando a SEPLAG, Isac dos Santos Lopes representando a Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Fernanda Regina da Silva do CMAS de Campanha, Marcelo Armando Rodrigues pela OAB/MG, Luiz Carlos de Castro Fernandes, representando a ARMI, João Paulo Freire Jardim, representando a SEDESE, Andrezza dos Reis Pimenta, representando o Lar dos Idosos José Justino Rocha, Simone Maria da Penha de Oliveira, representando o Coletivo Flores de Resistência, Alexandre Soares Moreno Filho , representando a SEAPA. Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes em condição de titularidade:** Joelma Dias Ramos, representante do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Campanha, Letícia Dufloth, representando a Secretaria de Estado de Saúde - SES, Anália Romeiro de Paula, representando o Abrigo São Vicente de Paulo de Coluna, Cleber Leonardo de Souza, representando a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE e Ronnie Aparecido de Almeida, representado COGEMAS. Estavam presentes os **conselheiros/as suplentes:** Ernane Gonçalves Maciel, representante do CMAS de Montes Claros, Sandra Regina Ferreira Barbosa, representando o SINTIBREF, Matheus Borges Gonçalves representante do Organizações representantes de Usuárias e Usuários da Assistência Social Movimento LGBTQIA+ de Cláudio/MG, Ludmilla Lamartine de Souza, representando o CRESS-MG, Macielle Cristina Botelho Vital, representando o CMAS de Teófilo Otoni,, Patricia Pinto Valadares, representando a Federação das Apaes de BH,, Juscelina Mamedes Nunes, representando o CMAS de Guanhães, Ester Rodrigues Espeschit, representando a SEDESE. Estavam presentes como convidados: Gabriele Sabrina da Silva, Sofia Benfica Blaso de Souza, Cristiano de Andrade, Roberta Kelly Figueiredo, representantes da SEDESE. **Nelson, Sedese:** Bom dia pessoal. Vou pedir

para quem for titular ou em condição de titularidade, por favor, sentar na mesa. Então para a gente iniciar, primeiro verificado o quórum, aí o nosso primeiro ponto é apreciação e votação da ata da plenária 301. Podemos ir já direto para a votação ou alguém tem algum destaque? **Laís, CMAS de Ipatinga:** Não, porque eu quero inserir um ponto que é o plano de corte do Governo Federal e eu quero. **Nelson, Sedese:** Primeiro a ata e aí depois a nossa pauta. **Laís, CMAS de Ipatinga:** Desculpa. **Nelson, Sedese:** Então a gente pode ir direto para a votação ou tem algum destaque na ata, gente? Então pela aprovação. Reprovação. Abstencões. Então só registrar, uma abstenção da Jennifer, é isso? Então ata aprovada com registro aí de uma abstenção da Jennifer. Agora sim, a apreciação da nossa pauta de hoje. Então a gente tem a prestação de contas do 3º trimestre do FEAS, o reajuste do piso mineiro, demonstrativo sintético de execução física e financeira, Censo SUAS, deliberação do regimento interno. São esses os pontos que a gente inicialmente tinha acordado. **Rosalice, CMSSVP:** Nelson, eu queria, se for de acordo da plenária, passar o regimento interno para o primeiro ponto porque é só uma resolução que a gente vai aprovar e colocar para deliberar. Ele precisa de quórum qualificado. **Nelson, Sedese:** Eu, na verdade, a maioria das nossas pautas hoje precisa de quórum qualificado, não é? Então é importante que a gente permaneça então para votação de todas elas, porque a grande maioria delas é quórum qualificado. Mas eu não vejo problema em a gente alterar a ordem não. **Laís, CMAS de Ipatinga:** Eu queria inserir um ponto de pauta, o plano de corte do Governo Federal, para ver se nós do CEAS fazemos uma carta de repúdio contra uma das questões, assim, que é mais um retrocesso sobre o BPC. Porque hoje lá, nesse plano de governo está falando que o BPC, ele vai ser contabilizado para novos beneficiários e isso, para nós que trabalhamos com política pública, é um grande retrocesso. Então eu acho que o CEAS tem que ter algum tipo de manifestação. Não sei qual seria, mas tem que ter alguma. **Nelson, Sedese:** Então todos estão de acordo com a inclusão de pauta? A gente pode, então; a Secretaria Executiva, conseguiu adicionar aí a pauta, gente? E alteração de ordem também Secretaria Executiva, colocando o regimento interno como primeiro ponto. Então só revisando aqui, gente. Então, só revisando aqui gente, o primeiro ponto, deliberação do regimento interno, prestação de contas, reajuste do piso, demonstrativo sintético de execução físico-financeira, Censo SUAS e plano de corte do Governo sobre o BPC, certo? Então pela aprovação. Reprovações. Abstencões. Então aprovado. Então, nosso primeiro ponto é a aprovação do novo regimento interno que foi discutido ontem, pela segunda vez, em comissão conjunta. Aí eu vou pedir para a Rosa, se ela quiser se manifestar. Desculpa, gente, eu estava pulando os informes. Então o primeiro informe é o

encontro do CEAS com o CMAS na regional SEDESE São João Del Rey. **Ludmilla, CRESS:** Bom, então compartilhando, não é? Nós tivemos o encontro regional do CEAS com a regional São João Del Rey. Foram convidados, Poliana, me ajuda, 52 municípios? 53 municípios foram convidados e tivemos a presença de 22. Então assim, estivemos lá eu, Marcelo, Isac, a Cleuza, a Poliana. Esqueci alguém? Acho que não, não é? E a capacitação em si foi muito interessante. A gente percebe que quem participou, salientou muito a questão da importância. Eles saíram assim, bastante, conversaram com a gente ao final, falaram que foi muito importante, que gostaram muito do momento e que precisam de mais momentos como esse. E fica aí o destaque, eu acredito que seria referente à participação, sabe? Eu acho que de 53 municípios convidados, a gente ter representação de 22 é um ponto de atenção. Eu não identifico que tenha havido falha na comunicação porque a Secretaria Executiva enviou o convite com antecedência, reforçou, ficou fazendo contato com o pessoal, a equipe da regional lá que deu o suporte. Então acho que seria mais uma questão de entender dos municípios o quê que levou à não participação. Às vezes uma pesquisa com os municípios não participantes, algo nesse sentido, para entender se há uma dificuldade realmente administrativa, de levar a equipe, ou se é realmente uma falta de recurso, ou se há alguma outra interferência que pode ter acontecido. Porque a capacitação em si, a gente não teve nenhuma intercorrência lá. Da minha parte, não é? Assim, os outros podem contribuir. Eu achei a capacitação muito interessante, o tema muito pertinente, mas infelizmente na regional, a participação foi um ponto que deixou a desejar, não é? Devido ao espaço que estava preparado, a estrutura que foi proposta. **Nelson, Sedese:** Obrigado Ludmilla. **Isac, Ccqamrd:** Eu vou um pouco na linha da Ludmilla, assim, e destacar também que embora a gente não tenha tido todos os municípios participando, as participações foram muito qualificadas. Os municípios, eles aproveitaram muito para dialogar com a gente e nesse sentido foi parecido também com a capacitação que teve em Teófilo Otoni, e ficou assim, um reforço da positividade que é o CEAS se colocar como um parceiro dos conselhos municipais e ajudar assim no debate das suas demandas e das suas potencialidades também. **Nelson, Sedese:** Obrigado Isac. Só um minuto. O próximo ponto é a participação dos conselheiros na reunião descentralizada e ampliada. Matheus? **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** A participação na Reunião Descentralizada e Ampliada foi a minha primeira assim, acabou que ela foi em um formato diferente, o presidente do CMAS até explicou que ela foi em um formato diferente, mas foi interessante e foram 6 painéis muito intensos. A gente discutiu desde os programas de transferência de renda, passando pela questão das bets, das apostas, até uma discussão muito importante sobre as mudanças climáticas. A gente

também discutiu, e acho que fez muito sentido, para ser uma reunião que foi *em* novembro, a gente discutiu muito quem é a cara desses conselhos, sentidos da interseccionalidade, sentidos de uma representatividade que olha o gênero, que olhe a raça também, que olhe a etnia. Então assim, ontem eu estava até comentando que acaba com um relatório breve, com um tanto de coisa que foi, não tem como ser breve porque temas muito urgentes e às vezes a gente que está nesse dia a dia aqui do conselho, a gente pensa que são temáticas distantes, para um futuro, quando der tempo, a gente pensa nisso, mas são coisas para ontem. Acho que digo até para antes de ontem. Principalmente a questão das mudanças climáticas e tudo dialoga com uma questão que é fundamental e que é central, que é o orçamento, é a gente ter condição para pensar a participação social, a gente ter condição para pensar a prevenção dos desastres, sabendo a complexidade dos desastres. Mas eu acho que a viagem, o exercício de estar lá em Brasília, um território muito significativo, muito importante, também nos inspira a nos movimentar, a nos articularmos. Então Jennifer, eu acho que vai trazer um relato, a gente fez uma visita ao deputado federal Reginaldo Lopes, trouxe um pouco do diálogo que nos aflige muito que é do orçamento, para saber o comprometimento dele enquanto líder do Governo que lá está, sobre a PEC 383. Então assim, bem breve porque

eu acho que os outros companheiros também vão comentar e depois disponibilizo também o relatório. Foi uma experiência muito significativa. Quero muito que para o próximo período, muitas das discussões que a gente encaminhou lá, principalmente na perspectiva racial, que acho que é uma dívida histórica que o SUAS tem em começar a dialogar e a se comprometer, a gente consiga avançar aqui no nosso conselho. É muito importante, é fundamental. Acho que todas as justificativas possíveis estão aí, mas a gente precisa de ações efetivas. O recado dessa RDA foi muito isso: tudo o que a gente discutiu, seja de um plano decenal e do cumprimento dele, seja de ações para as mudanças climáticas, seja a própria agenda do SUAS dentro do G20, que já aconteceu, aconteceu na semana anterior, seja esses diálogos sobre a interseccionalidade, o próprio controle social, são coisas que a gente precisa resolver. A gente precisa pensar e a gente precisa garantir que a gente faça correções e correções que reparem os danos que estão permanentes, e a gente consiga avançar enquanto sistema único, enquanto política. Acho que em resumo é isso. Os companheiros, as companheiras, aliás, vão poder contribuir mais, mas queria também registrar o meu agradecimento porque foi a minha primeira atividade externa de representação do CEAS. Tinha muito receio de participar dessas atividades porque você ir para um espaço como Brasília, nacional, representar um

conselho, a gente está na, 302 plenárias, a gente que chega agora, a gente que está começando, a gente fica muito angustiado e a gente pensa: “Será que a gente dá conta? Será que a gente vai conseguir?”. Mas eu espero que nós, enquanto coletivo, porque não sou eu, não é? Nós, enquanto coletivos, tenhamos conseguido fazer uma presença substancial, potente, dando o nosso recado, mas sabendo que como nós somos um coletivo, a nossa presença lá constante vai ser sempre muito boa, sempre diversificando as caras, mas queria agradecer por eu ter tido essa oportunidade e que todos nós tenhamos também essa oportunidade, porque acho que são espaços de muita riqueza e essa cultura do encontro, esse resgate desse princípio da dignidade, da solidariedade, eu acho que eles são muito importantes quando a gente consegue expressar eles no coletivo. Então é isso, obrigado. **Jennifer, Psind:** Então primeiro falar que o Brasil inteiro já conhece o Matheus como prodígio de Minas. Gente, Matheus, não tem como. Acho que a primeira coisa, eu acho que é isso, é colocar como que essa representação é importante. Ele foi e ele deu o recado, não é? Em todas as mesas de discussão, ele sempre pautando orçamento, sempre fazendo as problematizações. Incrível. Então, e assim, já teve vários convites também, vou falar isso. Vários convites de participação que eu acho que é isso, é um orgulho do CEAS. A gente tem que exaltar isso. Sobre a, vou falar um pouco, Matheus já trouxe sobre as mesas. A gente também fez essas atividades um pouco além da descentralizada. Nós tivemos um convite do próprio deputado para estarmos enquanto conselheiros do CEAS. Assim, enquanto conselheiros não, não é? Ele nos encontrou no aeroporto e nos convidou para ir até o gabinete. Então nós fomos, eu e o Matheus, Simone não pôde estar presente no dia, e pautamos a questão de como está a situação, sobre a Assistência Social como um todo, mas principalmente a nossa situação aqui em Minas, os nossos deputados. Então houve uma abertura para isso, a gente deixou o gabinete aberto, falou das problemáticas em relação ao orçamento agora, nesse momento, e porquê não é estratégico pautar a 383 nesse momento, mas que a gente tem abertura para novos diálogos. Nós também estivemos com o ministro Wellington Dias, André Quintão e o Marcílio que é o coordenador do DGSUAS, e a Cláudia, eu acho. Esqueci o nome, gente, desculpa. Mas todos esses encontros que assim, a gente foi também como, puxando o Fórum Nacional de Trabalhadores, mas o Quintão, inclusive a primeira reunião que a gente tinha fui eu e a Sandra, que conseguimos aqui, a gente conversando com o André Quintão aqui em Minas. Então ele já esperava a gente fazer essa visita e falamos bastante sobre a questão do orçamento, sobre todas as discussões que viemos tendo esse ano, não é? E sobre o nosso plano para o ano que vem. Então houve um compromisso do André Quintão também de fazer

esse diálogo, tanto no Legislativo quanto no Executivo, em Minas, para que a gente também possa estar pautando a Assistência de uma forma incisiva. Então também houve, a gente, todos eles, inclusive o Wellington Dias, assim, uma das problemáticas é a questão das comunidades terapêuticas que a gente levou e discutiu bastante. É ainda um ponto de discordância, não é? Com ele. Ele tem o apoio, infelizmente, particular, mas ele deu abertura para que nós façamos um diálogo com os conselhos, tanto com o Conselho Nacional de Assistência Social quanto com o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal do Serviço Social, sobre essa problemática para retirar todo e qualquer apoio do SUAS nessa questão. Então a gente considera que foi um avanço, já temos uma programação de uma agenda permanente, tanto com o ministro quanto com o secretário, então foram reuniões importantes. A gente também teve, eu e Matheus estivemos na reunião ordinária do CMAS também, na sexta-feira, onde foi pautado a questão da conferência do ano que vem. Então estivemos nessa discussão, mas vimos que ainda falta muito. Eles enviaram um novo ofício sobre a conferência, mas a gente sentiu que precisamos realmente colocar a mão na massa também para a gente fazer com que aconteça da forma como a gente vem, como a gente quer, não é? Eu acho que falta muito, até mesmo na questão de um tema, sabe? A gente precisa refletir sobre o que está sendo proposto também pelo CNAS. Uma das questões que eu acho que chama a atenção durante toda a discussão na descentralizada e eu acho que a gente precisa refletir mais sobre isso é a questão de sempre que houve, e aí não, eu acho que fica muito nítido uma fragilidade entre os segmentos. Eu não sei se Simone, não é? Assim, teve muitas falas, principalmente quando se fala em precarização do trabalhador, falas de usuários que vêm e fala assim: “Ah, que não está pautando o usuário” e isso eu acho que fragiliza muito a gente porque quando a gente está falando de fragilização, da precarização, a gente está falando da oferta do serviço. Então eu acho que a gente precisa avançar nisso também, na compreensão. Teve algumas problemáticas que eu achei bem complicadas, como por exemplo a questão do desligamento, que eu acho que a gente precisa aprofundar até mesmo para essa pessoa usuária entender o quê que significa esse desligamento do serviço que não é uma expulsão do serviço, mas sim uma reflexão de que esse sujeito, de que essa família já alcançou o que era o planejamento ali no Plano de Acompanhamento Familiar e por isso que está sendo, não precisa mais daquele acompanhamento de tão perto assim da equipe de referência. Eu acho que isso precisa ser refletido e precisa ser conversado mais porque foi uma problemática que apareceu muito na descentralizada e eu acho que nos fragiliza, não é? Fragiliza todos nós enquanto defensores da política de Assistência Social, quando a gente tem esse não

entendimento e que fica parecendo que um segmento está contra o outro. Então eu acho que é uma das questões. Que eu me lembre é isso, gente. Obrigada. Ah, não. Agradecer também porque também foi a minha primeira representação fora e para mim também foi uma experiência bem diferente assim do que eu já tinha tido, e foi importante a gente estar nesse espaço, ver como que é a organização, estar também em contato com outro CEAS, outras pessoas de outros lugares e compartilhar esse conhecimento e essa construção também. Obrigada. **Simone, CFR:** Eu não vou ficar aqui delongando porque meus companheiros colocaram muito bem, mas só queria reforçar a garantia dessa participação, o quanto é importante para nós. E de sugestão também, deixar para o CEAS que acho que qualquer encontro que haja com o Conselho Nacional, a gente conseguisse garantir a participação de um trabalhador, de um usuário e de um representante de entidade. Por quê disso? Nos outros estados, eles sempre têm essas representatividades. Então quem tem o privilégio de estar indo mais vezes, consegue identificar. Em Minas, na verdade, ele sempre fica nesse lugar de que quando chega naqueles debates, como Jennifer traz, se eu estou lá, eu vou para o meu segmento de usuário, como é que fica o diálogo lá com o trabalhador e com as entidades? Porque é um único corpo. Então eu acho que como o CNAS, ele faz a solicitação de um representante, mas lembrando que lá acontece essas divisões, lá tem esses espaços coletivos de segmentos, eu gostaria de sugerir que o CNAS continuasse deliberando uma pessoa e o CEAS garantisse a participação de mais duas que no caso seria, vamos supor: se vai um usuário pelo CMAS, teríamos o trabalhador. Isso é para pensar depois, tá, presidente? Não responde agora não. Deve estar o trabalhador e um representante de entidade também nessa representação, até porque lá na descentralizada a gente não fala simplesmente de um segmento, de uma categoria. A gente fala de todos, não é? Não vou falar categoria, porque eu estou acabando de criticar aqui. A gente fala de todos os segmentos e eu acho que essa unificação, ela é muito importante até para a gente desconstruir, quando Jennifer traz esse lugar do usuário não reconhecer que o trabalhador também faz a luta, mas é porque em todos esses espaços a gente é também a minoria. Então quando a gente chega lá, a gente consegue identificar, talvez Minas Gerais não está fazendo isso, mas outros estados sempre têm mandado trabalhador ou representante de entidades. Então a gente que tem condições de chegar com o usuário, não se identifica. E aí você fala: “Poxa, são sempre os menores”. Então eu acho que quando a gente conseguir, pelo menos Minas Gerais conseguir colocar que não há uma disputa e sim uma parceria, o impacto, eu acho que ele vai para o trabalhador, ele vai para o usuário. Ele vai sim para as entidades também, então não é só a Simone que vai sofrer esse impacto, não é? A

partir do momento que eu estou sofrendo esse impacto, o trabalhador também passa a sofrer. Então queria deixar isso aqui como sugestão, que a gente avalie a possibilidade, principalmente no próximo ano, dessas garantias. Dizer que cada momento, seja na descentralizada, era muito importante e eu acho que é isso, sabe, pessoal. A gente fica muito no nosso mundo aqui e eu acho que a gente precisa viver esses mundos lá fora também, até porque a gente está falando de um conselho nacional que faz parte da nossa realidade, que faz parte da nossa construção política. Então a gente tem que saber o que é que acontece, a gente tem que saber quem são os nossos representantes porque muitas das vezes, se eu não tenho o privilégio de conseguir chegar na descentralizada ou em qualquer outra participação no CNAS, eu não sei nem quem são os meus representantes lá. A gente não sabe o nome, o sobrenome dos nossos representantes porque não há essa proximidade e a gente precisa romper isso aí. Então queria agradecer a oportunidade de estar lá também. Eu acho que é tudo novo, eu já tive a oportunidade de estar em outros momentos, mas eu acho que é para fortalecer e dizer da importância, o que os meus companheiros estão sentindo é a mesma emoção que eu sinto todas as vezes que tenho condições de estar participando também. Obrigada. **Ana Carolina, Secretária Executiva:** Eu vou ser bem breve, vou falar sobre a minha participação no II Encontro Nacional das Secretárias Executivas. Nós apresentamos os diagnósticos das regionais do Brasil. Eu fui responsável por apresentar o diagnóstico da região Sudeste e a gente viu o quanto ainda as secretarias executivas do CEAS caminham ainda em passos lentos para fortalecimento desse serviço tão importante para o controle social. Acaba que nós somos exemplos para os CMAS, para as secretarias executivas dos municípios, mas nós identificamos ainda várias fragilidades entre nós. E hoje a gente iniciou a construção de um documento, de um, se possível, um documento técnico, como uma normativa técnica para que ela seja distribuída e compartilhada com as demais secretarias executivas. E aí a cada encontro a gente vai tentar fazer com que a participação das secretarias executivas sejam efetivas, tanto nas descentralizadas quanto nas trimestrais, para a gente construir esse documento. Obrigada. Ah, desculpe, Nelson, rapidinho. Só parabenizar pela participação da Jennifer, da Simone e do Matheus, que eu fiquei muito orgulhosa de vocês, viu? Parabéns mesmo. **Nelson, Sedese:** Não, gente, é só para, é porque a gente tem muitos informes ainda, então eu vou pedir para a gente tentar ser conciso, mais resumido na hora de apresentar ou se for um grupo maior, se quiser um representante trazer as informações, por conta da nossa pauta, senão a gente não consegue vencer a pauta depois. Aí o próximo ponto é a participação no Fórum Nacional dos Usuários. **Isac, Ccqamrd:** Esqueci o nome da minha comissão. Eu sou muito ruim

com nomes. Bom, o encontro foi. Eu fui pelo MDS, representando a delegação de Minas, e fomos também o Leon, pelo MDS, e o Matheus iria também, mas o Matheus teve um problema com o voo e acabou não conseguindo ir. Além disso, foi também a Simone e a Fernanda pelo CEAS e a gente teve mais alguns representantes de fora, os municipais de Minas Gerais e de outros coletivos que foram também no encontro, representando Minas Gerais, pelo MDS. Eu participei dos dois primeiros dias porque o meu voo era no segundo dia e a gente teve um momento intenso, uma mesa de abertura com diversos segmentos de usuários sendo representados e uma fala bem coletiva, com os representantes do Governo Federal ouvindo principalmente os usuários. E depois eles deram um recado pequeno, a gente teve um pequeno debate, mas foi com mais falas de usuários mesmo sobre as preocupações com os cortes de gastos do que com relação às inseguranças que os usuários veem nesse cenário de SUAS, principalmente relacionado ao BPC e o Programa Bolsa Família também, relacionado às chamadas para atualização de cadastro nos CRAS e que às vezes não dá, os agendamentos não dão conta de serem feitos para que todos esses usuários sejam atendidos em tempo, não é? E façam as suas atualizações de cadastro. E foi basicamente essa escuta, os usuários no primeiro dia, e no segundo dia a gente trabalhou muito na carta dos usuários ao SUAS e também trabalhamos no momento de discutir estratégias para a ampliação e o fortalecimento dos fóruns de usuários a nível estadual, municipal e nacional. Então foi uma tarde de discussão de possíveis estratégias para que a gente fortaleça esses fóruns de usuários em todos os âmbitos, então a gente discutiu ali sobre as fragilidades, sobre as potencialidades, sobre mecanismo de comunicação e estratégias. Minas Gerais, ele é o estado que pelo tamanho da extensão, a gente trabalha também essa lógica de fórum regional. Isso não é uma lógica que existe em todos os estados porque tem estado que só tem 30 municípios, por exemplo, então o fórum estadual basta. Então foi um pouco, bem resumidamente foi isso. E aí a plenária final do Fórum eu não participei porque meu voo era no dia 12 e a plenária foi no dia 13, então eu creio que a Simone participou e a Fernanda também, acho que elas conseguem falar um pouco mais dela. **Simone, CFR:** Vou falar só da plenária final porque o outro encontro o Isac já colocou. Na plenária final, ela foi tirada uma carta. Na verdade foram duas cartas, uma carta que foi construída com todo mundo, com todos os usuários que estavam presentes, não é? Com concordância, discordância e é natural do processo. Eu até perguntei ontem ao Isac se ele participou dessa construção, mas Minas Gerais entregou uma carta, nós tivemos uma usuária pelo Fórum Municipal de Belo Horizonte e ela entregou uma carta, mas assim, para mim, eu não posso nem fazer essa defesa a qual a gente não participou dessa construção. Então

houve até alguns questionamentos, ontem eu trouxe para os meus pares, não é? Como que a gente vai fazer se essa carta chegar para a gente aqui no CEAS, como é que a gente vai trabalhar isso, porque a gente não participa dessa construção, mas é uma carta do Fórum de Belo Horizonte e eu não acompanho o Fórum de Belo Horizonte, então não tenho autonomia nenhuma nem para responder sobre essa carta. E aí a gente, houve uma avanço, mas assim, eu acho que o nosso movimento de usuários, ele ainda está, ele ainda falta muitas coisas, ele ainda falta compreender, muitos de nós, eu sinto como se a gente estivesse nas conferências. Sabe quando a gente precisa de usuários e coloca ali só para fazer números? A gente não está sendo instruído, eu acho que a gente não está sendo preparado para a grandeza que são esses espaços. Não é só simplesmente ir para representação, qual é a defesa? O quê que eu vou apontar, o quê que eu não vou apontar? Quais são as dificuldades do meu município, do meu estado? Então eu senti falta desse aparato, sabe? A Aldenor, eu senti que ele ficou muito solta na responsabilidade de ter que dar condições para responder os usuários sozinha. Na verdade ela ficou solta ali, sozinha, nessa construção. Ela mesmo fez, a gente tentava entender: "Quem é a pessoa que está digitalizando a carta?". Então no total, essa carta, ela saiu com aprovação, mas ainda vai ser averiguada, ela ainda vai fazer algumas correções. Então eu acho que o fórum está sendo o primeiro passo, é muito importante. Espero realmente que ano que vem a gente tenha um outro novo espaço, que isso não aconteça só no esquecimento, não é? Fez e pronto, acabou, e daqui a pouco, quando precisarem, a gente volta a falar disso de novo. Mas eu sinto falta, eu senti falta dessa preparação, desse lugar de pertencimento, sabe? É um momento nosso, então esse momento nosso, como é que a gente constroi, quais estratégias que a gente vai tirar? Então eu acho que a gente precisa de, até porque, falando da delegação de Minas, desse encontro nosso mesmo, não é? Como que a gente vai fazer a mesma defesa, porque chega ali e a gente não é individual, a gente é um coletivo. Então como que nós, coletivos, vamos conseguir seguir na mesma temática? É óbvio que alguém não vai ser a favor daquilo, daquele posicionamento, mas eu acho que prevalece o número maior de participação. Então a respeito do encontro, é um pouco disso. Mas foi muito importante, não é? E espero que a gente, ano que vem também tenha, e eu acho que é muito importante. Belo Horizonte ainda não está na participação da coordenação, né Isac é bom e importante dizer isso porque impacta também no nosso fórum estadual. Então Belo Horizonte hoje ainda não está na coordenação do Fórum Nacional, que são um suplente e um titular, porque a gente ainda não definiu as nossas estratégias como o Fórum Estadual para tirar quem vai ser esse coordenador e vice-coordenador aqui, para estar na

representatividade do Fórum Nacional. Então aí é um outro avanço que a gente já também traz de preocupação, não é? Quando a gente vai conseguir realmente fazer o nosso fórum da forma adequada, não é? Foi adiado, não foi cancelado. Foi adiado a inauguração do nosso fórum estadual, mas aí a gente já tem esse impacto, quanto mais a gente vai adiar aqui em Minas, a gente está ficando mais atrasado lá no Fórum Nacional que já está avançando. Então é um pouco disso que eu queria contribuir. **Isac, Ccqamrd:** Só fazer um comentário, a carta que a Simone cita de Minas Gerais, eu também não tenho conhecimento, tive ontem que Simone me mostrou um pouco dela, então não participei da construção. E aí só um esclarecimento sobre a participação na coordenação do Fórum Nacional, é que ela é feita por fóruns estaduais, não é por fóruns municipais não, tá? **Sandra, Sindibref:** Então. Bom dia. Então, antes do informe, só dando continuidade à fala da Simone. Simone, eu sempre falo, você fala que Minas não está aí, as digitais mineiras estão nessa política. Já estiveram e continuam presente lá em Brasília, no âmbito nacional, então tem que lutar sim porque Minas tem muito a dizer e muito a contribuir. Eu quero só falar a respeito do orçamento e do encontro que eu tive das entidades, com o diretor lá da rede privada, Edgilson. Não foi aqui pelo conselho, mas é importante falar porque tange o orçamento. Também surgiu a questão do orçamento, a PEC, uma “ordem”, entre aspas aí, não é para criar despesa em hipótese alguma. A gente está vendo os cortes, a gente tem que manifestar sim, embora a gente acredite na proposta, acredita na Reforma Tributária, a médio e longo prazo, a gente também tem que estudar mais para a gente entender, para poder falar e argumentar. Mas a verdade, sempre quem paga a conta é a população, o povo, os benefícios, não é? Então a gente não pode deixar de demarcar os posicionamentos. No FNT que eu estava participando quinta-feira, eu falei: “Que pena que não saiu o informe lá da equipe”, na quinta, para mim já saber até cifras para a gente falar como isso vai impactar o usuário, trabalhador, as entidades. E lá no encontro com as entidades, saiu a mesma coisa do orçamento e a precarização que a gente fala aqui também está lá no Ministério, gente, o Edgilson falando que tem uma equipe reduzidíssima. A gente vai lá para o Marcílio também, o outro diretor, e a equipe estar reduzida porque não pode estar equipando mais trabalhadores para realmente qualificar o trabalho também em âmbito nacional. Surgiu essa questão. Mas eu quero falar aqui também do Núcleo de Educação Permanente que participei essa semana. Eu represento o FET, o Fórum Estadual, não é? Mas que já estamos falando aí na campanha que a gente está, também tem o GT “Capacitação também é trabalho” e a gente trabalhou já o material da campanha, não é? E foi muito bacana, a Jennifer também estava presente, porque a gente teve a oportunidade de

sugerir, ampliar. Foi quem? Matheus também estava, Matheus? Matheus também estava, também deu sugestão demarcando o coletivo, como sempre, brilhando, não é? No material da divulgação. Ele fala que as fotos eram individuais, para demarcar o coletivo, a diversidade. Então foi muito bom, está caminhando e a gente vai soltar a campanha junto à SEDESE e todos lá no Núcleo de Educação Permanente, no próximo ano. Então assim, rapidinho, para não delongar. **Luiz Carlos, Armi:** É só para informar que acompanhei via Internet, eu vi uma pauta interessante desse encontro das entidades sobre a questão de prestação de contas. Achei assim, um diálogo lá bem interessante porque nós, entidades, sofremos muito com essa questão de prestação de contas, dessas, principalmente quando a gente recebe esses recursos que são as emendas parlamentares, a demora na fiscalização e tudo mais. Então eles apresentam aí um argumento, de repente um sistema único de prestação de contas onde todos os recursos que a gente dá, de receber via, recursos públicos, seja feita uma plataforma e aí facilita a nossa prestação de contas porque a gente vê que recursos muito, SEDESE, por exemplo, Nossa Senhora, a prestação de conta é bastante complicada. SEGOV também. Então muitas vezes você ter um, recebe um recurso, é anos prestando contas disso. Não sei quantas visitas. Então eu acho que isso seria uma pauta interessante aí até para nós, aqui no futuro, discutir essa questão de prestação de contas nas entidades. Obrigado. **Nelson, Sedese:** Agora é fórum, a participação no Fórum Nacional de Entidades. **Andrezza, Lar dos Idosos José Justino Rocha:** Bom dia. Primeiramente gostaria de agradecer à mesa diretora por todo o esforço que fizeram para custear os meus gastos lá. Está dando para ouvir, gente? Primeiramente gostaria de agradecer a todos da mesa diretora que fizeram um esforço para que meus gastos fossem custeados lá. A gente sabe que foi bem de última hora, então assim, foi uma correria muito grande, então gostaria de deixar meus agradecimentos. E aproveitar para falar também o tanto que foi rico e extraordinário a gente, eu estar naquele espaço. Foi, eu sou nova no Conselho, meu primeiro conselho de tudo é aqui. Então assim, eu estou absorvendo muitas coisas importantes, podendo levar para o meu município muito conhecimento e várias atualizações. Como eu disse, foi a minha primeira experiência também em um espaço externo. Nunca tinha ido a algum espaço externo, principalmente representando o CEAS. E eu vou falar um pouco sobre o que foi dito lá. Teve, foi falado muito sobre controle social. Teve uma fala que eu achei bem importante, que foi sobre a preocupação com o uso do Bolsa Família, que devido aquele jogo do bet, as pessoas estão, está sendo realizada uma tratativa para verificar se eles estão usando o dinheiro do Bolsa Família para poder jogar ou se eles estão emprestando o CPF deles para outras pessoas fazerem o cadastro e jogar. Então assim,

foi uma das coisas que me chamou muita atenção porque a gente vê o cuidado com o dinheiro público. Também teve a quantidade de família que está inscrita no Bolsa Família e isso trouxe uma preocupação muito grande, a quantidade que também tem na fila de espera, o papel dos conselheiros e a importância da inscrição nos conselhos. E falou também sobre a presença dos trabalhadores por opção e não por escolha. Foi uma fala, eu acho, se eu não me engano foi da Márcia. Ela falou muito sobre essa questão, que hoje as pessoas estão nos espaços por opção e não por escolha. Que ela está por escolha, mas infelizmente não eram todos e isso trouxe uma preocupação muito grande. E falou sobre a prestação de contas, sobre como que dificulta a prestação de contas. Que eles estavam fazendo uma análise, mas que poderia ter uma formalização melhor em relação à prestação de contas. Então foi isso. **Nelson, Sedese:** Obrigado Andrezza. Agora é o, só um minuto, gente. Participação dos conselheiros no Fórum Nacional dos Trabalhadores. Ai gente, desculpa, mas eu vou pedir mais uma vez para a gente tentar ser conciso porque já são 10:15h e a gente tem muitas pautas ainda hoje. **Jennifer, Psind:** Vou tentar, rapidinho. É o seguinte. Não, nós fomos, eu, Marcelo, Laís e Macielle, e Sandra que foi pelo sindicato, tivemos. Além de nós tinha a Marleide, o Léo, o pessoal de Contagem, então uma delegação de Minas extraordinária. Nós tivemos um seminário muito bom, muito rico, com muitas mesas importantes, discussões imprescindíveis e tivemos também a eleição da nova coordenação do Fórum Nacional de Trabalhadores. Foi muito produtivo, muito positivo a nossa plenária e nós colocamos aquilo que o CEAS, que nós, todos os conselheiros, e que o CEAS apoiou a nossa ida. Então também foi algo extraordinário assim, algo muito positivo que a gente, eu tive uma fala na mesa. Eu reforcei isso, que o CEAS de Minas apoiou. E nós vamos ter a nossa próxima plenária provavelmente no início de abril, aqui em Minas Gerais, e tem já uma grande expectativa sobre esse encontro porque a gente vem falando sobre isso e dessa vez foi em São Paulo e já tem um tempinho que não é em Minas, então a gente conta também com o apoio para que a gente faça um evento ainda melhor do que foi em São Paulo, já preparando a gente aí, os trabalhadores de Minas para a conferência do ano que vem. Obrigada. **Nelson, Sedese:** Agora a reunião, informe sobre a reunião do grupo coordenador do FEM. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Nós tivemos reunião do grupo coordenador do FEM e a gente está avançando significativamente no regimento interno. A gente está nos últimos ajustes mesmo. Já fechamos, assim, só falta mais algumas tratativas burocráticas, até da própria SEPLAG entender como vão funcionar essa questão da publicação para garantir mais acesso, também como a gente vai confirmar isso dentro daquele coletivo. Mas avançamos e foi muito significativo a nossa participação

e a nossa incidência para construir um regimento interno qualificado e que consiga dar resposta, consiga garantir a efetiva participação. A gente também teve uma apresentação da SEDESE sobre o plano de erradicação da miséria que só temos adjetivos maravilhosos para dizer. Acho que o material foi encaminhado no grupo, quem tiver a oportunidade, leia, porque é muito importante a gente saber do quê e de quem nós estamos falando, e foi um trabalho de pesquisa, de desenvolvimento, de um consolidado de dados muito bom. Muito bom para inspirar o grupo coordenador do FEM a fazer esse plano também e a ter um plano de trabalho qualificado porque a gente tem que pensar de maneira estratégica como é que a gente vai erradicar a miséria. A gente precisa de planejamento, a gente precisa de metas, mas a gente precisa também conhecer o nosso território, conhecer esse território tão vasto, tão diverso que são essas Minas e são essas Gerais. Então a apresentação da SEDESE, quero registrar que foi muito boa. Acho que foi um dos momentos, nesse percurso de reuniões que nós já tivemos o grupo coordenador, muito significativo para a gente ter um horizonte do quê que a gente está fazendo lá, do quê que a gente está tratando, do quê que têm de dados assim para a gente produzir, e acho que o exercício de construir esse plano para o próximo período, de pensar as nossas defesas também para pensar em ampliação de recurso para esse fundo, a própria porcentagem de destinação, o acompanhamento da execução desse recurso, tentar desvendar os mistérios, que 15% é esse, que porcentagem é essa, que valores reais são esses. Acho que para o próximo ano a gente tem muitos desafios. É um grupo que está acontecendo com participação efetiva agora. Sempre a gente precisa registrar isso. Ele ficou um tempo parado, as decisões foram delegadas para outros atores e agora que ele existe e a gente está lá, mas também existem outros atores na sociedade civil. A gente precisa dar respostas e a gente precisa mudar um pouco dos sentidos também, do quê que está posto. Acho que não dá para ser um grupo que a gente só vai conformar os processos que estavam sendo conformados antes, não é assim, a gente não está lá para isso, para só assinar embaixo. A gente está lá para construir, para dar respostas e principalmente para tentar pensar um processo de virada nisso. Acho que nós teremos uma reunião nos próximos dias porque a gente tem questões orçamentárias para debater, para discutir, mas é um espaço muito bom assim. E que bom que ele está acontecendo, deixar isso registrado. **Jennifer, Psind:** Só para complementar. Nós temos já a próxima, a gente está tendo esse cuidado de sempre sair da reunião com a próxima reunião já agendada, então a pauta é o orçamento de 2025, da próxima reunião. E aí eu compartilho do Matheus, eu acho que a gente tem que elogiar o trabalho da SEDESE, o trabalho do Elder. Foi muito bem feito o estudo, assim, a apresentação foi fantástica mesmo. Fica

muito evidente a necessidade da política de Assistência Social para que aconteça realmente a erradicação da miséria, porém a gente também começa a sentir isso, não é? De que aqueles outros atores ali estão realmente para disputa. E aí a gente, nesse lugar de fazer uma defesa aí do orçamento para 2025, que é já a próxima reunião, nós vamos entrar nessa disputa. E eu acho que temos um grupo ótimo, mas temos sim algumas problemáticas aí porque entra a Saúde, Educação, Transporte, entra todo mundo, então nós estamos construindo também e a participação de todo o CEAS aí nessa construção do que for para agregar aos argumentos, eu acho que é muito importante. Porque estamos eu, o Matheus e a Bella, então pela assistência, não é? Então somos nós assim, fazendo essa representação. Então eu acho que todo mundo que tiver como agregar aí ao que a gente vai estar levando para essa próxima reunião, é muito importante para a gente. **Nelson, Sedese:** Patrícia. **Patrícia, Feapaes:** Eu fui na reunião do PPAG, na discussão da Assistência Social, e confesso que fiquei muito decepcionada. Assim, a gente sabe que parte do orçamento é da participação popular e no dia estava a Assistência Social, Segurança Alimentar e Cultura, e 5 pessoas participaram da discussão da Assistência Social. Então assim, foi um quantitativo de pessoas muito pequeno para que, a gente está falando em várias reuniões a importância de a gente brigar por um orçamento e nas discussões eu vejo que, na organização que eles fazem, a discussão acaba sendo entidades, pessoas específicas, usuários lutando por um recurso para eles. Não para um coletivo, uma meta maior, apesar de eu estar lá com o discurso para a gente estar fazendo uma busca maior no orçamento, voltado para uma vulnerabilidade maior em determinados municípios, que são aquelas discussões realizadas pelo diagnóstico que a gente fez aqui. A gente vê que na hora que vai fazer proposições e que os deputados vão estar escolhendo, é muito em cima de, igual emenda parlamentar, não é? Então eu fiquei decepcionada em relação a isso. Eu acho que a gente tinha que ter articulado melhor como que a gente poderia estar levando uma incidência maior, para a gente utilizar esse recurso. E eu acho que a gente está falhando um pouco nas nossas mobilizações, não é? Porque chegar lá e ter 5 pessoas lutando por um orçamento para a Assistência Social é muito pouco. Então eu acho que a gente tem que estar mais presentes nesses espaços porque os deputados, depois dessa participação popular, eles vão escolher para onde vai mandar o orçamento. Então se a gente quer brigar por um orçamento, a gente tem que ter uma incidência muito maior. **Nelson, Sedese:** Obrigado Patrícia, obrigado os demais pelos informes. O próximo ponto, então agora a gente vai para a pauta e aí o primeiro ponto é a deliberação acerca do regimento interno do CEAS. Ontem a gente já fez uma discussão em comissão conjunta e aí eu vou pedir para a coordenadora da Comissão de

Normas, que conduziu os trabalhos, abrir aí o nosso ponto de pauta. **Rosalice, Cmssvp:**

Bom dia. Bom, ontem nós encerramos as discussões em relação à minuta do regimento interno, mas antes disso eu quero fazer um resgate histórico deste regimento interno. Ele vem sendo discutido desde 2020, são 4 anos que a gente busca fazer uma revisão do regimento interno. E eu não posso deixar de esquecer, deixar de falar e ressaltar a importância do ex-conselheiro Lucas Ribeiro, que ele se debruçou no regimento interno que a gente usa hoje, criou uma nova estrutura, novos textos, que foi a partir dessa estrutura que ele criou que nós fizemos essa discussão. Então eu queria assim, de verdade, agradecer todo o empenho desses 4 anos que vieram sendo discutidos, avaliados, porque houve um grupo de trabalho que foi montado aqui no Conselho para discutir esse regimento interno e agora nós conseguimos trazer ele para a plenária. E eu queria também agradecer, de verdade, à Comissão de Normas, essa composição agora, do empenho que nós tivemos. Foi um trabalho muito interessante de equipe que a Comissão de Normas fez para rever este regimento interno de ponta a ponta, para chegar ao texto que nós temos hoje. Nós fizemos 6 reuniões da Comissão de Normas, assim, paramos todo o nosso planejamento e ficamos só com o regimento interno. Fizemos ainda as reuniões conjuntas, todos vocês tiveram a oportunidade de ler porque foi mandado 3 vezes, não é, Poli? Foram mandados 3 vezes, uma, primeiro que nós, depois que a gente terminou de rever, para vocês contribuírem. Depois das contribuições, depois da primeira reunião nós mandamos de novo, mais 3 vezes, até chegar o dia de ontem que nós ficamos muito felizes mesmo, a união que teve de todos os outros conselheiros na revisão deste regimento interno. E ontem, no final da reunião, nós vimos e conversamos e a indicação para esse regimento interno é pela aprovação. E hoje a gente teria que estar aprovando esse regimento interno e a resolução que aprova este regimento interno. Poli se você quiser ver a resolução, está aberto para as discussões. **Nelson, Sedese** : Tem algum ponto de destaque, gente? Não? Então a gente pode fazer a leitura da resolução? Então vou, as meninas já colocaram aí a resolução na tela, eu vou fazer a leitura. Então “Resolução CEAS 866, de 29 de novembro de 2024. Aprova o regimento interno do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, em conformidade com a deliberação de sua 302ª Plenária Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2024. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso das atribuições conferidas na lei estadual 12.262, de 26 de julho de 1996, e considerando a deliberação de sua 302ª Plenária Ordinária realizada em 29 de novembro de 2024. Resolve. Artigo 1º: fica aprovado o regimento interno do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS-MG, conforme anexo I. Artigo 2º: fica revogada a resolução nº 358 de 10 de

maio de 2011. Artigo 3º: esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 29 de novembro de 2024”. E aí tem o anexo com o regimento interno que foi feita a leitura aí dele já acho que por todos os conselheiros e todos os destaques apresentados, lidos em reunião de comissão conjunta. **Rosalice, Cmssvp:** Eu sugiro, Nelson, que no início do ano que vem, que a gente faça um estudo sobre esse regimento interno, faça uma leitura, uma capacitação em relação a esse regimento interno porque ele que dá o tom do nosso trabalho, não é? Eu acho que é interessante a gente fazer uma capacitação ano que vem deste regimento interno. **Nelson, Sedese:** Então vamos registrar. Primeiro um encaminhamento, que é uma capacitação do regimento interno para o início do ano que vem, então a Secretaria Executiva já anotar como um encaminhamento. E aí a votação da resolução, ela é nominal. Então eu vou pedir para a Secretaria Executiva iniciar a votação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Regimento interno. Jennifer Danielle, representante do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Jennifer Danielle Souza Santos. **Jennifer, Psind:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, Cmssvp:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Andrezza dos Reis Pimenta. **Andrezza, Lar dos Idosos José Justino Rocha:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Anália Romeiro de Paula. **Anália, Abrigo São Vicente de Paula de Coluna:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Laís Alexandre da Silva. **Lais, CMAS de Ipatinga:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Fernanda Regina da Silva. **Fernanda, CMAS de Campanha:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Simone Maria da Penha. **Simone, CFR:** De Oliveira, pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** De Oliveira. Desculpa. Isac dos Santos Lopes. **Isac, Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce:** Voto pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Nelson Fernando Mauro Carvalho. **Nelson, Sedese:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** João Paulo Freire Jardim. **João Paulo, Sedese:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Alexandre Soares Moreno Filho. **Alexandre, Seapa:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Cléber Leonardo de Souza. **Cleber, SEE:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Letícia Dufloth Bianchini. **Letícia, SES:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Ronnie Aparecido de Almeida. **Ronnie, Cogemas:** Pela

aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Flávio Christian de Assis Miranda. **Flávio, CMAS de Ipatinga:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Joelma Dias Ramos. **Joelma, CMAS de Campanha:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** 19 votos. **Nelson, Sedese:** Então o regimento interno, novo regimento interno aprovado. Registrar os parabéns para a Comissão de Normas, para os conselheiros que contribuíram e registrar também, eu queria registrar também o agradecimento para a Marcela e para a Letícia que não estão aqui, mas que fizeram grandes contribuições, eu acho que na discussão do regimento interno. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Eu queria também registrar o belíssimo trabalho da técnica Poliana que acompanhou a Comissão de Normas aí, pelo empenho, pela disponibilidade. Muito obrigada, Poliana. **Nelson, Sedese:** Bom, então a gente pode seguir aí para o próximo ponto que é a prestação de contas do 3º trimestre do FEAS. A gente teve a apresentação já ontem, também comissão conjunta, e aí queria ver primeiro se tem alguma manifestação ou se a gente já pode seguir direto para a resolução. Então podemos ir para a resolução. As meninas podem colocar aí, por favor, na tela, a resolução. Então vou fazer a leitura aqui, gente. “Resolução CEAS de 29 de novembro de 2024. Dispõe sobre a aprovação do relatório trimestral de execução físico-financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais referente ao 3º trimestre de 2024. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 da lei estadual 12.262, pela NOBSUAS/2012, considerando a lei estadual 12.262, considerando a lei estadual 12.227 e considerando a deliberação da 302ª Plenária Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2024, resolve. Artigo 1º: Aprovar o relatório trimestral de execução físico-financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais referente ao 2º trimestre, instruído no processo SEI”, aí tem o número do processo SEI. “Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 29 de novembro de 2024”. No início estar falando que é 2º mas é o terceiro. **Nelson, Sedese:** Obrigado, Matheus. O Matheus fez um destaque aqui só na correção da resolução, referente ao 3º trimestre de 2024. Algum destaque? Então Secretaria Executiva, a votação, considerando que é votação nominal. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Jennifer Danielle Souza Santos. **Jennifer, Psind:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, Cmssvp:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Andrezza dos Reis Pimenta. **Andrezza, Lar dos Idosos José Justino Rocha:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:**

Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Anália Romeiro de Paula. **Anália, Abrigo São Vicente de Paula de Coluna:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Laís Alexandre da Silva. **Lais, CMAS de Ipatinga:** Pela aprovação. **Secretaria Executiva:** Fernanda Regina da Silva. **Fernanda, CMAS de Campanha:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Simone Maria da Penha. **Simone, CFR:** De Oliveira, pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** De Oliveira. Desculpa. Isac dos Santos Lopes. **Isac, Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce :** Voto pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Nelson Fernando Mauro Carvalho. **Nelson, Sedese:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** João Paulo Freire Jardim. **João Paulo, Sedese:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Alexandre Soares Moreno Filho. **Alexandre, Seapa:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Cléber Leonardo de Souza. **Cleber, SEE:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Letícia Dufloth Bianchini. **Letícia, SES:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Ronnie Aparecido de Almeida. **Ronnie, Cogemas:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Flávio Christian de Assis Miranda. **Flávio, CMAS de Ipatinga:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Joelma Dias Ramos. **Joelma, CMAS de Campanha:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** 19 votos de aprovação. **Nelson, Sedese:** Então obrigado. Então a prestação de contas foi aprovada. Nosso próximo ponto é acerca do reajuste do piso mineiro. Então eu vou pedir para a Roberta que é a superintendente de gestão do FEAS se juntar aqui à mesa para poder fazer a apresentação. **Roberta, Sedese:** Bom dia. A pauta aqui é o reajuste do piso mineiro a partir de janeiro de 2025. Nós submetemos uma proposta para pactuação na CIB. Essa proposta é uma proposta, você pode passar, por favor? É uma proposta que no contexto a gente enviou no projeto de LOA um valor de R\$130.783.080,00, no projeto de LOA de 2025, e esses parâmetros foram os parâmetros que a gente discutiu aqui anteriormente no CEAS, que a gente aprovou, e aí esse valor é o suficiente para a gente alterar o valor de R\$4,28 por família cadastrada no CADÚNICO para R\$5,00. Por que a gente já está trazendo agora? Porque a gente acha importante a gente já, isso já traz uma celeridade na operacionalização do piso mineiro de 2025, não é? Viabilizando a abertura do plano de serviços tão logo a LOA seja aprovada, aí a gente já consegue iniciar e disponibilizar para os municípios para as operacionalizações do cofinanciamento, mais no início do ano, não é? E senão, a gente demandaria, aguardar deliberação e aí toma mais tempo. Então para a gente é importante já trazer porque eu acho que facilita bastante

para os municípios também. A proposta é, pode passar, por favor. Mantém os mesmos critérios, aí o único item que altera é o valor por família cadastrada que passa de R\$4,28 para R\$5,00 por família. Isso dá o impacto em um valor, dá o impacto de R\$14.000.000,00, um pouco mais de R\$14.000.000,00 no aumento de 13% do valor total do piso. Nas parcelas mensais a gente tem um aumento de mais de R\$1.000.000,00 e os outros parâmetros são mantidos. A gente achou que isso também já resolveria algumas demandas que o Conselho estava trazendo. Eu acho que muitos conselheiros aqui participaram lá do COGEMAS, que era garantir, minimizar a questão de qualquer possibilidade de redução e tudo, então a gente minimiza o número de municípios que teriam qualquer impacto e aí quando a gente já fez essa proposta, a gente já pensou nessa proposta que seria mais favorável para atender a essas demandas que estavam sendo levantadas pelo Conselho. Aí é isso, é bem simples, não é? É rápido. Eu acho que a gente já estava discutindo previamente também essa proposta, não é? Obrigada, gente.

Jennifer, Psind: Então gente, eu, assim, não consegui participar da CIB dessa vez, infelizmente estava em outro compromisso, mas a proposta que tinha sido dialogada com a gente seria de pelo menos uma suplementação que viria um pouco maior e que daria uma, me parece que uma parcela a mais do piso esse ano. E aí o que foi falado, a justificativa que chegou para a gente é que não houve recurso suficiente para ter esse valor a mais, essa parcela, não é? Ou aumento maior do piso. E aí eu entendo, a gente saiu de 2 e pouco para R\$5,00 agora, é um ganho, a gente realmente fez um excelente trabalho, todos nós. Do CEAS, da sociedade civil organizada, todo mundo que está lutando por isso. Mas eu ainda tenho um questionamento porque aí veio, posteriormente, uma suplementação para a SEDESE no valor de R\$110.000,00. E aí assim, eu não sei se esse valor não daria para ser essa suplementação que foi falado que não teve arrecadação, ou porque esse valor foi para a SEDESE e não para o FEAS no caso.

Roberta, Sedese: R\$110.000,00? A gente não consegue. Porque o valor é insuficiente para repartir. **Jennifer, Psind:** Mas foi apenas esse valor que foi?

Roberta, Sedese: A gente não tem gestão sobre as suplementações para a SEDESE, tá?

Jennifer, Psind: Não, mas aí o quê que tem de extra que veio? Qual foi o valor fechado do FEM?

Roberta, Sedese: Foi em torno de R\$143.000.000,00, é o que a gente já tinha planejado aqui antes. Valores adicionais não foram autorizados, entendeu?

Jennifer, Psind: Não, quanto que foi o valor? Porque estava previsto R\$1.000.000.000,00, aí depois falou que seria menos.

Roberta, Sedese: Oi? Espera aí, repete. **Jennifer, Psind:** Do FEM, do FEM todo.

Roberta, Sedese: Do FEM. **Jennifer, Psind:** Estava previsto R\$1.000.000.000,00 e

aí depois foi menos. **Roberta, Sedese:** Tinha uma emenda que foi rejeitada, não é? Que

foi vetada. **Jennifer, Psind:** Eu falo do valor completo do FEM. **Roberta, Sedese:** Ah, você está falando da arrecadação? **Jennifer, Psind:** Isso, arrecadação. **Roberta, Sedese:** Eu acho que assim, o lugar mais adequado para essa resposta é o grupo gestor do FEM porque a gente não tem muita gestão, não é? A gente não tem gestão sobre esses valores, sobre a receita. O órgão que faz esse tipo de controle é a SEPLAG e eles é que são o órgão gestor do FEM. Mas, não é a área da Solimar também. Não é o órgão gestor do FEM. Eu acho que assim, que talvez vocês tenham mais acesso a essa informação do que eu propriamente dito, mas eu busquei essas informações e o que eu sei é que a arrecadação está em torno de 700 e pouco, menos de R\$800.000.000,00 a expectativa de arrecadação de 2024. Aí mais o quê? Eu não tenho competência e nem conhecimento dessas informações de distribuição dos recursos específicos do FEM e isso é uma discussão que é feita no âmbito do grupo gestor do FEM. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Só registrar aqui a compreensão do quanto o orçamento, ele é dinâmico e esses movimentos, a gente tem esse decreto que fala dessa suplementação de valor, mas em um outro momento a gente ouviu que a gente não poderia avançar porque a arrecadação estava baixa. E aí é interessante, assim, na nossa compreensão, no desenvolvimento do nosso entendimento sobre o orçamento, é compreender o quanto esses movimentos são dinâmicos. É registrar um pouco da questão da Jennifer, assim, também, mas também assinalar que na primeira discussão que a gente teve da mudança do valor por família do piso mineiro, antes, para chegar nos R\$4,28, a gente teve, até eu acho importante a gente trazer essa discussão para cá, eu até pautei ela na CIB porque a gente, nesse desenho dessa proposta, 34 municípios iam ter um certo prejuízo e aí até precisaria de ser desenvolvidas ações para poder qualificar melhor a base de dados, você pensar como que está esse CADÚNICO com essas famílias. E aí na CIB foi explicado que agora nesse desenho dessa proposta para os R\$4,28 a partir do ano que vem, a gente teve uma redução, os municípios tiveram uma melhora, não é? Foram para R\$7,00, não é? Mas se fosse possível detalhar para os nossos companheiros como é que foi esse processo, porque houve ações de apoio e de gestão e a gente sair de 34 municípios que teriam uma perda para hoje a gente chegar em 07 é ver que um trabalho foi feito, mas a gente também tem que pensar porque, a Suzane trouxe que existem recursos do PROCAD também que podem ser aplicados e a gente vai discutir eles no plano de aplicação de recursos para o próximo ano, mas só dizer assim, desse processo, desses municípios que naquele momento, lá no meio do ano, eram 34 que teriam perda, mas agora houve uma redução e como que foi esse trabalho, esse processo, eu acho importante o Conselho se inteirar desse movimento de como foi porque demonstra um

avanço e acho que também vai trazer um resultado porque se sai de R\$4,28 e agora é R\$5,00, a gente teve esse salto, e para o ano que vem a gente quer chegar, quem sabe, a R\$10,00, não é? Que é algo que a gente já está discutindo, mas é só detalhar um pouco para os companheiros e companheiras esse processo. **Roberta, Sedese:** Só uma informação aqui. A gente passa, quando a gente passa de R\$4,28 para R\$5,00, a gente transforma esse impacto de 34 para 7. Aliado a isso tem uma série de ações que estão sendo desenvolvidas pela Proteção Social Básica, pela equipe do CADÚNICO, que aí eu vou passar para o Nelson e ele falar um pouquinho sobre essas ações e alguns achados que eles tiveram nesse período. **Nelson, Sedese:** Na CIB, a Suzane, que é a diretora de gestão do Cadastro Único, trouxe as informações, como o Matheus colocou aqui. Hoje ela não pôde estar aqui presente, mas ela está lá, parte da minha equipe também. Então é só sinalizar. Algumas das ações que a gente fez e de que forma que a gente também vem, a partir da discussão que a gente fez aqui no CEAS mesmo da importância de que a gente fosse aprimorando esses critérios e entendendo o quanto esse critério faz sentido nesse processo de qualificação da dinâmica, da atuação do Cadastro Único lá no município. Então para além do que a gente faz no dia a dia, de orientar, de dar suporte, de estar próximo dos municípios, então a gente levantou alguns dados assim. Então a capacitação de entrevistadores do Cadastro Único, então esses municípios que teriam perda, que poderiam ter uma perda, eles foram priorizados no processo de seleção para participar das capacitações, ações de apoio técnico. Então a gente teve várias oficinas, então os 34 municípios participaram dessas oficinas. Atendimentos individualizados, então a gente chamou alguns desses municípios, alguns desses municípios também nos procuraram com a divulgação da listagem, e a gente trabalhou com esses municípios questões específicas que diziam ali desse processo de possível diminuição dos valores. E aí, a partir disso, no levantamento que a gente faz, a gente percebe que 15 dos 34 municípios, a partir de todas essas ações, tiveram um aumento considerável no score crítico. Que a gente levanta ali por parte dos dados, por ali ano, esses indicadores com relação à gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Dos 34, 30 aumentaram a faixa de atualização cadastral, então começaram a ter mais ações de atualização cadastral. E para além disso, a gente teve uma, aí tem uma série de ações que não são só do estado, mas que do Governo Federal também, que é de olhar para a base do Cadastro Único e qualificar, porque a gente teve algumas indicações de famílias que não, inicialmente não seriam o perfil para atendimento e que estavam no Cadastro Único, então teve um processo também de qualificação e isso tem indicado também uma redução desses cadastros com famílias com perfil acima de meio salário mínimo. Acho que para além

disso. Sinalizar, como o Matheus já colocou aqui, as ações do PROCAD, elas continuam, então a gente já está revisitando o nosso planejamento e a gente tem previsões de ações para o ano que vem, e esses municípios são municípios prioritários para atendimento na diretoria de gestão do Cadastro Único, não é? Porque eles têm ali um indicador de situações que mostram para nós a necessidade de um trabalho mais concentrado ali, efetivo para esses municípios. Então eles são também, continuam sendo municípios prioritários para atendimento da diretoria nas ações de capacitação e de apoio técnico.

Roberta, Sedese: Gente, mesmo esses 7, o valor de redução e tudo é um valor muito menor e faz sentido de acordo com as análises que foram feitas e com os apoios técnicos. **Nelson, Sedese:** Tem mais algum ponto, gente? Podemos ir então para a resolução? Então, meninas, a resolução, por favor. “Resolução CEAS 868, de 29 de novembro de 2024. Aprova a pactuação dos critérios para atualização dos valores dos recursos do piso mineiro de Assistência Social a partir do ano de 2025. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso das atribuições conferidas pela lei estadual 12.262 e considerando a Lei Orgânica de Assistência Social, considerando a resolução CNAS 109 que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, considerando o Decreto Federal 11.016 que regulamenta o Cadastro Único, considerando a Lei Estadual 12.262 que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social, considerando a Lei Estadual 12.227 que cria o Fundo Estadual de Assistência Social, considerando o Decreto Estadual 48.269 que dispõe sobre as transferências de recurso financeiro fundo a fundo, do Fundo Estadual de Assistência Social aos fundos municipais de Assistência Social, considerando a resolução SEDESE 84, de 16 de outubro de 2024, que regulamenta o repasse do piso mineiro de Assistência Social aos municípios e considerando a deliberação de sua 302ª Plenária Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2024, resolve. Artigo 1º: Aprovar a pactuação dos critérios para atualização dos valores dos recursos do piso mineiro de Assistência Social a partir do ano de 2025. Artigo 2º: A base de cálculo do valor da parcela mensal do piso mineiro de Assistência Social para cada município observará os seguintes critérios: 1. multiplicação do número de famílias de baixa renda com o cadastro atualizado nos últimos 2 anos na base do Cadastro Único para Programas Sociais, CADÚNICO, do município, pelo valor de R\$5,00; 2. parcela mínima de R\$5.000,00. Parágrafo 1º: a base do CADÚNICO atualizada para o cálculo do valor de referência será do mês de fevereiro de 2024. Parágrafo 2º: o conceito de família de baixa renda observa o disposto no decreto federal nº 11.016, de 29 de março de 2022. Artigo 3º: O repasse do piso mineiro de Assistência Social com o valor atualizado se dará a partir da parcela referente ao mês de janeiro de 2025. Artigo 4º: Fica

revogada a resolução CEAS nº 854, de 27 de junho de 2024. Artigo 5º: essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 29 de novembro de 2024”.

Marcelo, OAB: Essa resolução que eu estou perguntando aqui, essa resolução CEAS 854 é a resolução que aprovou R\$4,28 e acredito que nos mesmos termos que estavam, só mudando o valor, não é? Podia, por favor, só voltar na primeira parte aí da resolução? Só para eu esclarecer alguma coisa. Lá no início. Artigo 1º: Aprovar a pactuação dos critérios para atualização dos valores dos recursos do piso mineiro de Assistência Social a partir do ano de 2025. Se a gente está revogando a anterior, aí ficaria no ar, não é? A questão da atualização. E penso uma outra situação que aí fica para a nossa reflexão. Esses valores que a gente está tratando aqui agora, dos R\$10.000.000,00, não é? 10 e poucos milhões, passando de R\$4,28 para R\$5,00, é referente aos valores de 2024. Pois é, mas então quer dizer que em 2025 não haverá acréscimos de valores de recursos do FEM? Só para esclarecer. **Roberta, Sedese:** Isso aí é o valor que está, referente ao orçamento previsto para 2025. É o aumento que se a gente fosse implantar agora, a partir de 2024, a gente não teria orçamento. Então por isso que a vigência é a partir de janeiro, a gente está adiantando a pactuação aqui e está baseado na proposta de LOA que nós enviamos para a Assembleia, não é? Que teve aquele limite autorizado. Então é a partir de 2025. Porque é a partir de 2025. **Jennifer, Psind:** Eu tenho que manifestar que ainda é um valor completamente insuficiente diante da nossa demanda. Na última reunião que nós tivemos com a secretária, ficou acordado que a SEDESE apresentaria para a gente uma proposta ou um levantamento de como ficaria o piso considerando os valores de R\$10,00 e R\$15,00. Já foi feito esse levantamento para ser apresentado? **Roberta, Sedese:** A Secretaria Executiva já encaminhou pra gente? Quando que foi solicitado? **Jennifer, Psind:** Foi na reunião que nós tivemos, eu, Marcela e a Simone estávamos presentes, Matheus também. A gente fez a solicitação e quem estava ali, os representantes que estavam ali, ficaram de fazer esse levantamento para a gente. **Roberta, Sedese:** É, normalmente o fluxo é: a gente recebe essa solicitação formalmente na Secretaria Executiva e providencia as informações, entendeu? **Jennifer, Psind:** É, é porque não foi o CEAS, não é? Foi um acordo ali na reunião, já com a secretária, presidente. **Roberta, Sedese:** Mas a reunião é do CEAS, não é? **Jennifer, Psind:** É, foi aquela última reunião que nós tivemos aqui. **Roberta, Sedese:** Não, mas a gente pode. **Jennifer, Psind:** É, a secretária Alê Portela. **Roberta, Sedese:** Gente, vocês desculpem, eu não estou lembrada dessa demanda, sabe? Porque normalmente a gente já chega formalmente e a gente já providencia os estudos, porque isso é tranquilo de a gente fazer, Jennifer. **Jennifer, Psind:** É porque foi uma solicitação que a gente acordou ali no

momento da reunião. **Roberta, Sedese:** É. Isso é importante, a Secretaria Executiva formalizar para a gente porque aí a gente não fica com nenhum tipo de dúvida do que é para a gente elaborar. **Jennifer, Psind:** Mas é porque a Secretaria Executiva não estava na reunião, se eu não me engano. **Roberta, Sedese:** É, isso. **Jennifer, Psind:** Então quem estava ali, não é? Nós saímos com essa deliberação, assim. Com a deliberação não, com a proposta aceita pelo Governo de fazer essa apresentação para a gente. **Nelson, Sedese:** É. A gente pode solicitar um levantamento, Jennifer. Eu entendo que na reunião a gente estava em uma discussão e de fato não foi formalizado nenhum pedido para o FEAS de um estudo. Se a gente quer formalizar uma solicitação, aí eu acho que aí, inclusive pode partir da Comissão de Orçamento e aí a gente faz uma solicitação para o FEAS. **Jennifer, Psind:** É, mas eu acho que é bem importante ficar registrado, assim. A gente fez uma solicitação enquanto sociedade civil em uma reunião e foi atendida, não é? Assim, foi pactuado ali com o Governo que faria essa apresentação. Então assim, eu não vejo como foi uma solicitação do CEAS. A gente pode formalizar isso pelo CEAS, tudo bem, mas foi algo acordado ali dentro da reunião. **Roberta, Sedese:** Aí os parâmetros que vocês mandarem, eu já elaboro de forma bem rápida, tá? **Jennifer, Psind:** Então mantendo a proposta do que foi, que a gente disse na reunião, é com os valores de R\$10,00 e de R\$15,00, não é? Então duas propostas aí de como ficaria esse levantamento. **Roberta, Sedese:** E o valor mínimo? **Jennifer, Psind:** O valor mínimo: R\$10,00 e R\$15,00. Eu acho que seria, foi isso que a gente conversou no dia. **Roberta, Sedese:** Ok. Aí é só, já vem isso porque tem várias possibilidades de a gente fazer cenários e a gente elabora. **Ester, Sedese:** Eu acho que até na solicitação ainda falta aquele critério de com base em qual CADÚNICO, não é? São 3 itens. É o valor mínimo por município, o valor por família e com qual base do CAD, em qual mês. **Marcelo, OAB:** Gente, vamos estar atentos aqui ao que eu vou tratar. A resolução anterior que é aquela que está se propondo revogar a 824, ela trata do piso mineiro de R\$4,28, referente ao piso mineiro do recurso de 2024 que foi pactuado na CIB. Agora, como teve um acréscimo de R\$10.000.000,00. Hein? **Roberta, Sedese:** Mais de 14. **Marcelo, OAB:** Mais de R\$14.000.000,00, então essa resolução que a gente está tratando aqui hoje, ela atualiza aquela anterior. Então eu estava aqui em dúvida e perguntando se isso aí reflete ao orçamento de 2024 com o acréscimo desses R\$14.000.000,00. O que está sendo dito aqui pela Roberta é que não, que já é um prognóstico do orçamento de 2025, do que vai entrar em 2025. Mas aqui não está dizendo isso, não é? Aqui já está dizendo que será. A gente não sabe ainda qual é orçamento. Pode ser que o orçamento venha com um valor muito superior ao que a gente está já dizendo aqui e talvez esses R\$5,00, vai ser até

mais, não sei. Mas já existe uma proposta que não foi aprovada, não é? Então é isso que eu acho, que está faltando alguma coisa aí para deixar claro. **Roberta, Sedese:** A gente entende assim, por uma questão, pelo fato da LOA não estar aprovada, não é? Primeiro, a gente não revoga. O Marcelo identificou, é importante essa identificação porque a gente não pode revogar a resolução anterior e aí a gente pode incluir aqui, excepcionalmente por a gente não ter a LOA aprovada, incluir um artigo informando que essa atualização está condicionada à disponibilidade orçamentária no ano de 2025. A aprovação da LOA e disponibilidade orçamentária. Aprovação da LOA nos moldes da PLOA. **Jennifer, Psind:** Eu acho que é definir que vai ser no mínimo R\$5,00, mas que pode ser revisto conforme. **Roberta, Sedese:** Aí não faz sentido, porque aí a gente já pode rever em qualquer tempo, sabe? Aumentou o dinheiro, a gente vai repactuar. **Jennifer, Psind:** Não, pois é, mas aí eu não concordo que seja assim, como se ela ficasse no ar e talvez retroagisse, tipo, para R\$4,20. Isso aí eu não acho que tenha que ficar abertura para isso não. A gente já tem os R\$5,00 como insuficiente, completamente insuficientes. A gente vai aprovar que seja feito. Não, para mim, eu acho que aí está revogando e está mantendo R\$5,00, não é isso? Está passando de R\$4,20 para. **Marcelo, OAB:** Para mim ela está aprovando, ela está revogando. Para mim, essa resolução, ela está atualizando a de 2024. **Jennifer, Psind:** Mas é isso. **Marcelo, OAB:** É uma atualização. Se é uma atualização, ela não está revogando. **Jennifer, Psind:** Tá, mas atualizar é isso. Está atualizando para R\$5,00 e vai ser R\$5,00 em 2025, no mínimo R\$5,00. **Roberta, Sedese:** O que o Marcelo levantou aqui é o seguinte. Nosso orçamento de 2025 vai estar condicionado à aprovação de LOA. Está tudo caminhando dentro da normalidade, não é? O APLOA já foi enviada para a Assembleia, não tem nenhuma sinalização de mudança desse valor, só que como toda a lógica orçamentária está baseada em aprovações de orçamentos anuais, a gente só vai operacionalizar após a aprovação do orçamento. Isso é uma regra de ouro da política. Isso aí não é desacobertar ou não dar segurança. Então é só isso. Não precisa revogar e a gente tem que colocar que está de acordo com o orçamento de 2025. **Gabriele, Sedese:** É porque a resolução da CIB, ela ficou com um texto diferente que aí a gente, até pensando nisso, a gente colocou: “Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025”. Ou seja, as parcelas até dezembro, permanece a resolução anterior. A partir de janeiro de 2025, a resolução anterior está revogada e só vale essa dos R\$5,00. Eu acho que resolve. **Marcelo, OAB:** Porque uma grande preocupação que eu tenho, inclusive agora a Ester está dizendo também, é se revoga, fica esse vácuo de novembro e dezembro para passar para os municípios. **Nelson, Sedese:** É porque, o que a Gabi acabou de apresentar aqui é que a

gente mantenha a revogação da resolução, mas no artigo posterior a gente coloca que esta resolução tem efeitos a partir de 1º de janeiro, então a revogação é só a partir de 1º de janeiro. **Marcelo, OAB:** Se nós revogarmos essa resolução aqui agora, novembro e dezembro não tem como pagar os municípios. **Nelson, Sedese:** Marcelo, produzindo efeitos a partir de janeiro de 2025. No artigo 5º a gente está incluindo: “Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de janeiro de 2025”. Então o que está tratando a resolução só é válido a partir de janeiro de 2025. **João Paulo, Sedese:** A questão não é o artigo 5º. Gente, aqui. A questão, eu acho que não é o artigo 5º. O artigo 5º, ele resolve a questão. A questão é o artigo 4º, não é? Que a gente está falando da revogação. Eu acho que a preocupação é: fica revogada a resolução tal, então a partir. É isso, é deixar claro isso, que o “fica revogado” parece que está revogando a partir de agora e aí descobre dezembro. **Jennifer, Psind:** Mas gente, tem que considerar que ela só entra em, ela só produz efeitos a partir de janeiro, então o 4º, ele só vai entrar, só vai produzir efeito a partir de janeiro também. Então está certo. A resolução, do 1º até o 4º. Ele só vai produzir efeito em janeiro. **Nelson, Sedese:** A resolução como um todo só tem efeitos a partir de janeiro, gente. E a gente, a proposta da SEDESE inclusive é essa, assim, por isso que a gente já está passando aqui, para garantir que a partir de janeiro a gente já consiga fazer o pagamento no valor de R\$5,00. **Roberta, Sedese:** Janeiro a gente paga a parcela de dezembro, não é? A gente tenta, aí a partir de fevereiro a gente paga a parcela de janeiro, mas aí antes disso a gente já pode abrir plano de serviços, disponibilizar para os municípios, operacionalizar tudo que precisa ser operacionalizado. Considerando proposta de LOA? **Solimar, Seplag:** Considerando a Lei Orçamentária Anual. **Roberta, Sedese:** Pessoal, a Solimar está falando aqui que é o seguinte: que a gente precisa incluir a informação da LOA em algum lugar, de 2025. **Solimar, Seplag:** Como que você vai se comprometer aqui se você não tem ainda o valor aprovado? Se você não tem o valor, você está regulamentando um valor que você ainda não está aprovado. Ele tem um projeto de lei, mas ele ainda vai para a Assembleia, então algum lugar considerando a Lei Orçamentária aprovada para o exercício de 2025. **Roberta, Sedese:** Eu acho que pode pôr nos considerando lá em cima. “Considerando a LOA a ser aprovada”, a gente pode colocar a aprovação futura nos considerando, Marcelo? **Solimar, Seplag:** Pode ser no artigo 3º, não? **Jennifer, Psind:** Eu acho que se for para considerar a LOA, a gente volta à discussão após a LOA aprovada, sabe? Se é para considerar que não vai ser mínimo de R\$5,00 para janeiro, a menos que a LOA seja aprovada com valores atualizados, a gente não tem que aprovar essa, fazer essa discussão agora. **Nelson, Sedese** Mas aí você entende que se a gente for aguardar a proposta, a gente vai

prejudicar os municípios porque os municípios podem não receber a primeira parcela do ano de 2025 no valor de R\$5,00. **Jennifer, Psind:** Então a gente aprova do jeito que está, sem incluir da forma que está sendo proposto. **Roberta, Sedese:** Considerando. **Patrícia, Feapaes:** É só para compreensão. Se a gente colocar, na questão assim da LOA, aí a LOA não sendo aprovada, volta ao R\$4,28 então? É isso? É, volta ao R\$4,28. E a LOA é aprovada quando? **Roberta, Sedese:** O prazo de aprovação da LOA é até o final do ano agora, até o dia 30 de dezembro de 2024, tá? Então normalmente a gente tem aguardado, só que o quê? A gente só tem conseguido disponibilizar, a gente já mandou a PLOA com este valor aí incluído, a gente tem uma sinalização para ser aprovado, mas a gente não tem a lei aprovada ainda. Então nós, enquanto responsabilidade estatal, eu concordo com o que a Solimar está falando que a gente tem que colocar ali um condicionante por segurança jurídica, tá? Mas, e se a gente deixar para discutir depois, a gente só vai abrir planos de serviços em fevereiro, março. **Patrícia, Feapaes:** E eu perco janeiro e fevereiro. **Roberta, Sedese:** A gente vai atrasar o início dos pagamentos. É simplesmente isso, entendeu? **Patrícia, Feapaes:** Então o que está propondo aqui é uma segurança por caso a LOA for aprovada até o final do ano, a gente já consiga fazer o repasse de recurso ampliado a partir de janeiro. **Roberta, Sedese:** Exatamente. É uma questão de segurança jurídica, simplesmente. O projeto foi, mas ele ainda não está aprovado porque a gente está dentro do fluxo da aprovação da LOA. **Patrícia, Feapaes:** E a probabilidade maior é da aprovação, que vocês estão falando. Então a gente já tem que deixar algo mesmo. **Nelson, Sedese:** A gente pode incluir aqui, gente, um artigo, é isso? Após o artigo 3º aqui, aí seria o artigo 4º. **Solimar, Seplag:** Considerando o valor aprovado pela Lei Orçamentária Anual para o exercício 2025. **Marcelo, OAB:** Olha, eu estou querendo, assim, buscar a melhor maneira possível para a gente resolver essa parada aqui, não é? Mas quando Jennifer coloca essa preocupação de se nós não aprovarmos da forma como está, com essa questão aí da aprovação do orçamento, e aí ficaria R\$4,28 que é o que já se paga hoje. O município, ele, no caso de prejuízo, se é que poderíamos entender prejuízo, seria no primeiro ou no segundo mês, que continuaria pagando R\$4,28 até que defina-se no orçamento R\$5,00. Se, considerando, aí é uma pergunta, esses R\$5,00 aprovando no ano que vem, considerando a fala de Jennifer, os valores não seriam retroativos a janeiro? **Roberta, Sedese:** É isso que eu já ia explicar aqui. A grande questão é que hoje a gente tem tentado trabalhar com os municípios uma questão da continuidade dos repasses. Eles pedem muito para a gente ter uma regularidade nos repasses, ter essa continuidade, e neste início de ano a gente só inicia os pagamentos depois que os planos de serviços estão autorizados, não é? E esse é um

processo que demora um pouco para os municípios caminharem. Então a gente só abre o plano de serviços depois que a gente tem o valor pactuado aqui no CEAS, entendeu? Então o quê? A gente atrasaria a abertura de planos de serviços e o que impactaria meio, é a continuidade de receita. **Marcelo, OAB:** Para eles continuarem recebendo R\$4,28. **Roberta, Sedese:** Não, eles não continuariam. A gente só vai abrir planos de serviços, só paga a parcela referente a fevereiro após aprovação, abertura de novo plano de serviços. O plano de serviços é anual, então a gente precisa abrir. **Ester, Sedese:** Marcelo, veja se contempla porque tem uma proposta de lei orçamentária enviada, tramitando na Assembleia para 2025. Isso não pode ser uma consideração? Porque na proposta orçamentária que está tramitando, prevê esse valor. Então considerando a proposta, o projeto de lei encaminhado. **Marcelo, OAB:** A ficar os considerando, que esse considerando que está aí, jogue esse considerando lá para os considerando lá em cima porque uma coisa é o que está considerando, outra coisa é o artigo que define, não é? Se a gente coloca no artigo que define “considerando”, a gente está colocando uma situação de temporalidade, não é? E estando lá nos considerando, tem um monte de considerando lá, inclusive as leis. **Jennifer, Psind:** Eu compreendo. Eu só acho que a gente precisa se atentar também para o que é para além disso, as falas sobre o prejuízo para o município, não é? É algo que está sempre aqui no Conselho, algo que sempre, quando a gente de orçamento é sempre falado e a gente acabou de ter que o pagamento em janeiro, ele é referente a dezembro. Então o pagamento, ele continua sendo posterior, não é? Então assim, e quando se fala em pagamento retroativo e um aumento desse piso, a gente não está falando de prejuízo para um município, sendo que inclusive é ano que vai ter nova gestão. Para executar isso aí, para que os municípios considerem, não existe prejuízo para o município. Eu entendo que a gente está procurando a melhor solução, mas eu acho que não há de se falar aí nessa procura, independente se a gente fala de uma aprovação agora ou uma aprovação de atender os municípios. **Roberta, Sedese:** Gente, a gente tem tentado fazer um trabalho na superintendência do Fundo Estadual de Assistência Social para a gente manter a regularidade dos municípios, todas as nossas capacitações tem a ver com isso, porque historicamente a gente tinha uma situação do piso ser muito utilizado para benefício eventual simplesmente, sem qualquer apoio aos serviços, porque não tinha regularidade, entendeu? A gente não tem regularidade, como é que vai pagar a folha de pessoal contando com o dinheiro do piso? É muito importante manter a regularidade dos pagamentos. Nós estamos nos esforçando muito para isso, para manter tudo em dia para os municípios. Porquê isso é importante, gente? A gente garantir condições dos municípios receberem em dia? Porque aquele município que paga

a sua equipe de referência da Proteção Social Básica com o dinheiro do piso está contando com o dinheiro chegando ali, porque hoje a gente já tem mais confiança de que o piso está sendo pago em dia. Quando a gente fala de prejuízo, não é pagar menos, mas é pagar intempestivamente também, sabe? Isso é prejuízo em termos de planejamento. A gente precisa fortalecer o planejamento dos municípios, fortalecer a capacidade de planejamento. Nas novas gestões a gente tem que trabalhar isso, tem que motivar isso e isso começa por nosso exemplo, de dar condições para o município também se planejar, que é repassar o dinheiro conforme o cronograma de desembolso desde que eles cumpram os requisitos deles. Em relação à aprovação, gente, a gente já tem uma sinalização de uma proposta de LOA nesse sentido. A gente só está colocando aqui, é uma consideração. Eu só não, assim, eu só não vejo uma motivação, qualquer motivo para se adiar isso porque para mim não vai ter ganho ou perda nenhuma fazer isso agora ou depois. Não vai ter ganho nenhum fazer isso depois, se a gente já está colocando todas as condições aqui e a gente já tem um encaminhamento de um projeto de lei, não tem ganho nenhum, no meu entender, sabe? E aí a gente consegue ver um ganho para fins de planejamento, a gente já conseguindo aprovar agora. É simplesmente por uma questão de garantir o melhor planejamento para os municípios. Aí finalizo aqui e obrigada.

Nelson, Sedese Tem mais alguma indicação, gente? Todo mundo fica contemplado com o considerando que a gente incluiu ali, sinalizando a aprovação da LOA? Quer que eu faça a leitura? Então está todo mundo de acordo? Aí a gente fez então a correção, incluindo que a resolução produz efeitos a partir de 1º de janeiro e incluímos o considerando com relação à aprovação da LOA 2025. A gente pode ir para a votação? Então Secretaria Executiva, é votação nominal. **Marcelo, OAB:** Conselheiros, eu ainda continuo com uma dúvida da questão da revogação. Ainda continuo com uma dúvida que é a respeito da revogação e aí peço àqueles que militam nas questões jurídicas que possam contribuir. Se nós estamos revogando a resolução CEAS 854, nós já estamos revogando. A ementa lá de cima, faz favor, vai lá na ementa. A ementa, ela está atualizando. A resolução atualiza, volta lá, por favor, na ementa. Na ementa. “Aprova a pactuação dos critérios para atualização dos valores do recurso do piso mineiro a partir do ano de 2025”, ok. Mas se está atualizando, está atualizando em cima de algo já existente. O algo já existente é a resolução anterior, de 2024, que trata desse piso de R\$4,28. Acredito que o que se pretende é que a partir de 2025 os recursos sejam de R\$5,00, então, para reflexão, “aprova a pactuação de critérios dos valores dos recursos do piso mineiro de Assistência Social a partir do ano de 2025” e tira “atualização”, não sei porquê “atualização”. Se a gente está atualizando, a gente está pegando algo já existente e

atualizando em cima do outro. É isso. Nelson, Sedese: Então fica, a ementa fica: “Aprova os critérios dos valores dos recursos do piso mineiro de Assistência Social a partir do ano de 2025”. E aí gente retirou, retira o artigo 4º e aí a gente mantém só o “esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de janeiro de 2025”. Artigo 1º, também fazer alteração no artigo 1º: “Aprovar os critérios dos valores”. Eu vou fazer a leitura de novo aqui, gente, porque nós fizemos algumas alterações. Só para ficar claro para todo mundo. Então ficou: “Resolução CEAS 868 que aprova os critérios dos valores do piso mineiro de Assistência Social a partir do ano de 2025”. Nos considerando a gente incluiu: “Considerando a aprovação da Lei Orçamentária Anual que estima as receitas e fixa a despesa do orçamento fiscal do estado e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2025, nos moldes da proposta da LOA enviada à Assembleia Legislativa de Minas Gerais”. E aí a alteração do artigo 1º que passou a ficar como: “Aprovar os critérios dos valores do piso mineiro de Assistência Social a partir do ano de 2025”, aí o artigo 2º se manteve e o artigo 3º ficou: “O repasse do piso mineiro de Assistência Social com valor atualizado dará a partir da parcela referente ao mês de janeiro de 2025”, também se mantém. E o artigo 4º com uma alteração que foi: “Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025”. Certo? Então a gente pode ir para a votação agora ou tem mais algum destaque? Então Secretaria Executiva, votação nominal. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Jennifer Danielle Souza Santos. **Jennifer, Psind:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, Cmssvp:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Andrezza dos Reis Pimenta. **Andrezza, Lar dos Idosos José Justino Rocha:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Anália Romeiro de Paula. **Anália, Abrigo São Vicente de Paula de Coluna:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Laís Alexandre da Silva. **Lais, CMAS de Ipatinga:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Fernanda Regina da Silva. **Fernanda, CMAS de Campanha:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Simone Maria da Penha. **Simone, CFR:** De Oliveira, pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** De Oliveira. Desculpa. Isac dos Santos Lopes. **Isac, Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce :** Voto pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Nelson Fernando Mauro Carvalho. **Nelson, Sedese:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** João Paulo Freire Jardim. **João Paulo,**

Sedese: Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Alexandre Soares Moreno Filho. **Alexandre, Seapa:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Cléber Leonardo de Souza. **Cleber, SEE:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Letícia Dufloth Bianchini. **Letícia, SES:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Ronnie Aparecido de Almeida. **Ronnie, Cogemas:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Flávio Christian de Assis Miranda. **Flávio, CMAS de Ipatinga:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Joelma Dias Ramos. **Joelma, CMAS de Campanha:** Pela aprovação. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** 19 votos pela aprovação. **Nelson, Sedese:** Obrigado, Secretaria Executiva. Então o aumento do piso para janeiro de 2025 foi aprovado. Eu vou, o próximo ponto de pauta nosso já será o demonstrativo, mas eu vou pedir licença para os conselheiros e eu vou me ausentar da plenária, então vou pedir para a Ester assumir em condição de titularidade aqui, pela SEDESE, e o Marcelo, meu colega aqui, para conduzir a plenária a partir de agora. Eu tenho um outro compromisso e aí para eu chegar a tempo nesse outro compromisso eu preciso me ausentar agora, então vou pedir licença para vocês, mas continuo acompanhando aqui com o pessoal. Obrigado. Marcelo, OAB: Bom, conselheiros. Hoje ainda nós temos 4 pautas importantes que acredito que se a gente for bem tranquilo, em até 2 horas nós já estamos liberados aqui nesta plenária. Então nós vamos agora de imediato passar para a Roberta, ela vai fazer a apresentação do demonstrativo sintético da execução físico-financeira e em seguida vai apresentar a minuta de resolução. Pois não, Roberta. Roberta, Sedese: Bom dia novamente. Pessoal, esse demonstrativo é o demonstrativo sintético dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Fundo Estadual de Assistência Social referentes ao exercício financeiro de 2023. Esse é o processo de prestação de contas das nossas contas do Governo Federal, tá? Dos recursos repassados pelo Governo Federal. Trimestralmente a gente encaminha para vocês na prestação de contas o acompanhamento da contabilidade, nas nossas ações a gente também explicita ali o quê que está sendo gasto com cada recurso, não é? Então isso já tem, trimestralmente a gente já tem essas informações no demonstrativo de prestação de contas. Esse aqui é o consolidado nos moldes que o Governo Federal pede e eu vou passar aqui nos campos preenchidos de execução financeira, etc, de cada um dos recursos. E aí depois que eu apresentar, vocês precisam, vai ter uma outra etapa que são perguntas que são feitas, um parecer que é feito. Eu acho que tem alguns conselheiros aqui que talvez não tenham participado de nenhum outro processo de análise de prestação de contas do Governo

Federal, tem uma série de perguntas que o Conselho tem que responder. Então essa aqui é a minha apresentação inicial e depois eu vou passar para a condução do próprio Conselho, da Secretaria Executiva, do João que vai apoiar, para que vocês possam dar o parecer, está bom? E estou à disposição para as dúvidas. Aqui, gente, olha. Então lá no Governo Federal, esse demonstrativo sintético, ele é bem simplificado, não é? Ele traz os valores “saldo em conta”, já vem automaticamente o saldo em conta do ano anterior e a gente preenche os gastos, traz também os recebimentos do ano e a gente preenche os valores de regimento de aplicação e as despesas ou alguns outros rendimentos, quando é, por exemplo, devolução de conta de diária, coisas desse tipo que podem dar alguma alteração, a gente já vai reportando tudo nesse demonstrativo. Então o primeiro que a gente vai passar é o bloco da Proteção Social Especial. Nós tínhamos em conta, no início de, no final de 2022, R\$618.000,00, recebemos em torno de quase R\$2.500.000,00. Então do total da receita de R\$3.150.000,00 do ano todo e gastamos, o total da despesa foi R\$2.232.917,28. Esses gastos aí, gente, como a gente já traz para vocês trimestralmente, são os gastos de despesas como manutenção do serviço da Proteção Social Especial, dos CREAS regionais, dos nossos cofinanciamentos da Proteção Social Especial, tanto de média como de alta complexidade, conforme termos de aceite assinados com o Governo Federal também. Então esses recursos aqui são para essas manutenções do, para a manutenção do serviço da PSE e para esses cofinanciamentos da PSE que têm a participação da fonte 56 lá, que são aqueles 24 CREAS municipais, 2 que recebem medida socioeducativa e 9 municípios que recebem referentes a 13 residências, inclusive as que são cofinanciadas. E no mais, são as despesas da Proteção Social Especial. O outro que é o acessuas trabalho, nós tínhamos, o total da receita, já tinha um saldo em conta e a gente só teve rendimento de aplicação e a gente não teve execução em 2023. A execução foi adiada para 2024 devido à execução das conferências em 2023, gente. A gente já passou essa. **Jennifer, Psind:** É só, tenta evitar falar siglas? Para falar o nome completo? Porque às vezes a gente pode não ter a compreensão ainda ou saber todas as siglas que estão sendo faladas. **Roberta, Sedese:** Tá. Isso, ok. Do bloco de Proteção Social Especial, quando a gente está falando PSE, “Proteção Social Especial”, tá, gente? Então o primeiro bloco que a gente tratou foi das despesas com a Proteção Social Especial aqui, com o serviço da Proteção Social Especial. Obrigada, viu, Jennifer? Ótimo alerta. O acessuas Trabalho, aí já é o nome do programa mesmo, não é? Então esse aqui, gente, a execução foi adiada para 2024 e a gente já até trouxe aqui na época da reprogramação dos saldos do início do ano porque a gente, por causa das conferências de 2023. Aí a gente já reprogramou, não é? Foi feita a reprogramação junto

com esse Conselho. O próximo é, pode passar para outra tela, por gentileza. Carol? É o BPC na escola. Esse valor aí, gente, nós tínhamos um valor de R\$117,00 em conta, o saldo em conta com o regimento de aplicação era R\$131,62 no final do exercício. É só um restinho de recurso mesmo porque o recurso já foi executado nos anos anteriores e isso aqui é aquela sobra que a gente fica sempre sofrendo com os regimentos de aplicação lá no final. E o BPC também teve um período que ele, esse pouquinho aí, gente, ficou com bloqueio judicial, com tudo. Aqueles bloqueios que vêm com demanda judicial para a saúde, eles bloqueiam a conta do estado inteiro. Inclusive eu já contei aqui para vocês que alguns, em alguns momentos nós tivemos esses bloqueios aqui. **O AEPETI, que é o Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**, esse recurso do AEPETI nós tínhamos um saldo de R\$258.000,00 em conta em 31/12/2022, tivemos rendimento de aplicação. O total da receita, o final foi R\$290.054,53. Esse valor aí, está vendo, gente? Transferência judicial, R\$133,00, ele foi devolvido lá em cima. A gente também, teve um bloqueio judicial na conta bancária e impossibilitou o pagamento de despesas. E também teve uma demora no confirm para ampliação dos postos de serviços da MGS. Então a execução, ela não foi realizada por esses dois motivos nesse ano. A gente já tinha também, no momento da reprogramação a gente já tinha diagnosticado isso e a gente já tinha adiantado aqui para vocês também, não é? Que a gente teve, foi quando, primeira vez eu acho que eu trouxe a questão do bloqueio judicial aqui para vocês. Próximo, por favor. Ação COVID no SUAS para alinhamento. Aqui, gente, vão ser os 3 recursos de uma vez. A gente vai falar COVIDALE, COVIDAS e COVIDEP que eram os recursos que eram passados no contexto da Covid para os estados e municípios. Eles foram, tiveram algumas reprogramações, foi autorizado a utilização de acordo com os serviços ofertados na assistência, nos blocos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A gente já tinha gastado grande parte desse recurso nos anos anteriores, aí só sobrou o restinho de rendimento de aplicação agora, está vendo? 1 real e 60 e poucos centavos, 30 centavos que quando a gente foi pagar, apareceu depois no rendimento de aplicação. Esses recursos aí foram pagos aqui. No caso do COVIDALE, do Covid e alimentos, foi recurso, a gente utilizou o recurso em locação de imóveis, Cemig e Copasa, dos CREAS regionais, não é? Porque a gente pode usar o recurso com os serviços da PSE. E no COVIDAS também. Eu acho que também pagamos Cemig, Copasa e locação de imóveis. Para todos os 3, a gente pagou essas despesas, a gente distribuiu o recurso que a gente tinha identificado no saldo em conta, que já tinha sido apropriado pela contabilidade, e pagamos essas despesas dos CREAS regionais. Aí também, está vendo? A próxima página também tem o COVIDEP que é o para EPI, que também

participou dessa reprogramação. Esse recurso, a gente tem autorização para utilizar, tinham muitos municípios e muitos estados que tinham grande saldo, tinham recurso grande ainda em conta. Nós já tínhamos conseguido fazer o gasto e aí foi autorizado a reprogramação desses recursos pelo Governo Federal até o final deste ano de 2024. O outro, o Programa Nacional de Capacitação do SUAS, não é? O Capacita SUAS. É um recurso que a gente também já tinha executado, tem muitos municípios e estados que ainda têm recurso em conta. A gente já tinha executado a maior parte dele nos anos anteriores, a gente conseguiu gastar esse R\$1,50 aí e temos R\$0,00 em conta, enfim. E a gente utilizou, foi com o pagamento de empresas de capacitação e instituição de ensino, complementando Pólis Civitas, mas era só para esvaziar essa conta mesmo, tá? Que aí a gente conseguiu pagar a capacitação, as capacitações da Pólis Civitas. A gente pagou R\$1,54 dessa conta aí. O próximo é IGDPBF que é o Índice de Gestão Descentralizada no Programa Bolsa Família. Nós, com o saldo existente no ano anterior que era de R\$2.200.000,00, nós tivemos, recebemos do FNAS R\$389.412,00, tivemos rendimentos de aplicação e outros recebimentos de devolução de passagens, etc, então a gente, no final das contas, nós gastamos, nós tivemos um gasto bem grande aqui nesse ano porque a gente utilizou bastante desse recurso para conferência também, não é? A gente já tinha pactuado isso. Então a gente gastou com gestão e com o controle social. Na gestão: pagamento de estagiários, hospedagem, aquisição de *notebooks*, postos de serviços da MGS, da gestão, controle. No controle social a gente gastou com diárias, passagens aéreas, transporte urbano e rodoviário, no contexto das conferências e do suporte para as conferências estaduais, da conferência estadual, das conferências municipais também, não é? E para a conferência nacional a gente nem gastou esse recurso não, não é? O gasto com a gestão é de, deixa eu falar aqui com vocês. Nós gastamos com o pagamento de estagiários, os postos MGS que são custeados, diárias também, as diárias referentes à gestão, os, cadê? Qual é o? Achei aqui. Gastamos com pagamento de estagiários para o CIEE, Prodemge, nesse pagamento para Prodemge são os pagamentos de hospedagem dos *sites*, não é? E também os pagamentos de degravação também, não é? Rede Ipê. É isso, Rede Ipê, hospedagem de *sites*, aquisição de *notebooks*, postos de serviços MGS, que a gente, que tem uma parte da equipe do CADÚNICO que foi, aumentou a partir disso, tem equipe da vigilância. Então tem alguns postos de serviços de prestador de serviços temporário que foram alocados, não é? A gente já tinha passado isso aqui com vocês antes, que foi aprovado com fonte 56 que a gente utilizou nesse saldo. E também o valor da conferência para o pagamento de gestão. O valor da conferência também que a gente pagou parte com fonte 71, mas a gente também pagou parte com fonte 56. Aí,

gente, esses valores, só explicitando. Esses valores são todos tirados do SIAFI. Esses dados aqui a gente só traz um consolidado do que está no sistema de administração de pagamentos do Estado, tá? E a gente, assim, eles estão de acordo com as prestações de contas também que a gente remete para o CEAS. E no GDSUAS a gente pagou correios, diárias das nossas viagens específicas para a gestão, MGS dos postos, alguns postos MGS também que são da gestão, estagiários e inscrição no FONACEAS. Essas são as despesas que tiveram no IGD/SUAS que é o Índice de Gestão Descentralizada do SUAS. No IGD/SUAS, a gente tinha R\$628.000,00 no início. Total de receita 2023: R\$675.845,00. Utilizamos R\$431.000,00 para gestão, no controle social R\$91.000,00 e o total de despesas, totalizando R\$523.189,23, sobrando um saldo de R\$152.000,00 para o ano de 2024, que foi reprogramado. Aí, gente, só nesses dois aqui, tanto o IGDPBF como o IGDSUAS, a gente observa que é o seguinte: a gente tem obrigação de gastar o mínimo de 3% do recurso repassado dentro do ano para o Conselho. A gente garante, a gente tem utilizado o recurso bem acima disso com o controle social, tá? Então o percentual sempre tem superado e muito os 3% recomendados, o mínimo previsto. A gente gastou 40% no PBF e 14% no IGDSUAS. Isso de todo o valor em conta. No Índice de Gestão Descentralizada do SUAS nós utilizamos 14%. No Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família utilizamos 40%. E isso a gente está no controle social. E isso, a gente está considerando aqui, nós estamos fazendo a conta com todo o saldo em conta. Quando a gente vai responder e analisar as questões, que a gente analisou aqueles dados para a CGU, eles consideram só o valor repassado no ano. Se for em relação ao valor repassado no ano, a gente gastou mais de 100%, não é? A gente gastou muito mais do que o valor, no caso do IGDPBF, do Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família, nós recebemos no ano de 2023 R\$389.412,00 e nós gastamos, no controle social, gastamos não, investimos no controle social R\$1.127.691,76. Então é só para destacar aqui que a gente tem respeitado isso e valorizado esse investimento no controle social. E os próximos são SIGTV, é o Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias do FNAS, que foi uma emenda de estruturação para investimentos. Vocês estão acompanhando bem essa emenda aqui, a emenda dos 3 carros que foi indicada pelo parlamentar Padre João. Essa, a gente já tinha o saldo em conta, teve rendimento de aplicação e em 2023 nós não conseguimos utilizar esse recurso, não sei se vocês lembram que a gente demorou a ter um retorno do Fundo Nacional para aprovação da mudança do plano de trabalho, porque o valor era insuficiente. Graças a Deus, esse ano os veículos foram adquiridos. Foram plotados hoje, gente. E aí, e o outro recurso é o Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único, que é o

PROCAD. Nós recebemos do FNAS, nós não tínhamos saldo anterior, ele iniciou esse ano, não é? De 2023. Recebemos o valor de R\$563.209,52, teve rendimentos de aplicação e o total de despesas no valor de R\$119.893,14. As despesas com o PROCAD foi, esse recurso foi pactuado no plano de trabalho aqui no CEAS, não é? Os recursos foram, foi realizado despesas de investimento com líder *notebooks*, que foi equipamentos para a equipe e foi realizado o pagamento de custeio dos postos de MGS também que estavam atendendo essa função específica e impostos pelo Estado, que são aqueles impostos de recolhimento desses serviços prestados, tá? Que foi de R\$913,00, e o custeio de MGS de R\$43.794,00. **Marcelo, OAB:** Vocês estão comprando muitos equipamentos, eu estou achando interessante isso. Só mesmo a título de exemplo. O Conselho Estadual não poderia ter um computador para cada conselheiro em reunião? Para cada conselheiro que está aqui trabalhando em reuniões? Isso é possível? Viável eu não sei, mas é possível? **Roberta, Sedese:** Marcelo. **Marcelo, OAB:** Porque eu estou vendo ali R\$483.000.000,00 que sobrou de recurso. **Roberta, Sedese:** R\$83.000,00 no ano passado. Esse ano já foi gasto um pouco, não é? A gente tem algumas despesas continuadas, mas a gente pode, a gente tem que analisar e planejar. A gente está fazendo aquisição agora de alguns computadores para a equipe da Secretaria Executiva que estava trabalhando com computadores muito ruins. Nós temos ainda na nossa equipe servidores também que estavam, a gente estava fazendo uma renovação desses computadores e desse quadro porque a gente tem computadores na equipe que demoram um tempo muito considerável para abrir uma planilha, sabe? Assim, é bem precário. A gente estava com um quadro de computadores assim, os CREAS também com alguns computadores bem antigos. A gente já tinha conseguido renovar um pouquinho desses insumos, mas a gente sempre tem que avaliar essas possibilidades. Um custo, assim, a gente teria que verificar o custo disso e qual que seria o custo-benefício da utilização dentro desse contexto, mas eu acho que a gente tem que fazer. O que a gente sempre indica na SEDESE é o seguinte: é necessário que a Secretaria Executiva, a gente tenha um processo de planejamento de compras anual, onde a gente apresenta as demandas e a partir desse momento, cada área vai instruindo as suas demandas, não é? Então é importante também essas demandas estarem capturadas e estarem instruídas de forma adequada para que a gente consiga caminhar, analisar a viabilidade e operacionalizar isso quando possível. **Marcelo, OAB:** Sim. Eu penso que isso é uma realidade, até mesmo para evitar gastos com papéis, sabe? Aqui a gente gasta muito papel aqui e de repente, se nós tivermos, cada conselheiro tiver, está na mesa dos titulares, não é? Lógico que a gente ter o material para poder trabalhar com

os computadores sem gastos, eu acho que seria um ganho para o controle social. E é importante então que depois a gente saia daqui com um indicativo e aí a gente leva para os conselheiros, um indicativo de uma análise sobre essa demanda. **Roberta, Sedese:** Próximo. Aqui, gente, são as metas físicas que são apresentadas, não é? A execução física das pactuações, a gente tem a IMSE, a pactuação 200, quantidade executada 54, piso fixo de média complexidade, famílias e indivíduos, apresenta, fazendo favor. **Sofia, Sedese:** Gente, então vou apresentar aqui por causa da garganta da Roberta. Aqui a gente está separado em dois blocos, vai ser o de Proteção Especial, a princípio, e depois programas e projetos. A primeira meta é os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que são atendidos pelo serviço de Proteção Social ao Adolescente, em cumprimento de medidas socioeducativas, ok, e a regionalização. A referência de pactuação foi 200 e a quantidade executada foi 54. Aí assim, já vou trazer aqui um pouco da justificativa de porque foi um pouco abaixo do pactuado, porque segundo a equipe da PSE os encaminhamentos para cumprimento da medida socioeducativa são feitos pelo sistema de Justiça. Então assim, a gente tem a capacidade de atendimento, mas a gente só vai atender aquilo que foi encaminhado para nós, então é nesse sentido de que a gente atendeu aquilo que foi demandado. É por isso que foi um pouco abaixo mesmo, mas a gente tinha condição de atendimento. Aí passando para os serviços de proteção e atendimento especializado em famílias e indivíduos, que é o PAEF. A gente está medindo aqui, o público atendido são famílias e indivíduos em situação de risco por violação de direito. A referência de pactuação também era 200 e a quantidade executada foi bem acima, não é? 713. Aí passando para os pisos da alta complexidade. Aí os serviços de acolhimento de adultos e famílias, a gente tinha a meta de fazer 50 atendimentos e foi realizado 0? Aí eu também já vou juntar com jovens e adultos em residência inclusiva. Desculpa, pulei um aqui. E os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, que aí a gente fez a pactuação de 80 e a quantidade executada também foi 0. Esse recurso é um termo de aceite que a gente tem desde 2014, que ele está sendo programado agora para execução. Foi o que a gente pactuou agora, não é? Acabou de ser aprovado, então assim, à época a gente ainda não tinha destinação de recurso para esses atendimentos, em 2023, mas em 2024 a gente já vai conseguir fazer esses atendimentos. **Marcelo, OAB:** Só um instante, por favor. É porque os, como eu falei que a reunião ia até 14h, aí o pessoal está me perguntando se nós vamos tocar direto. Eu estou dizendo que não, nós vamos acabar com essa pauta. Assim que terminar essa pauta, a gente vai almoçar e retorna em seguida, e aí a gente vê o horário certinho de retorno. Obrigado. **Sofia, Sedese:** Pode dar continuidade? Tá. **Jennifer, Psind:** Não, é só uma dúvida de como

que é esse, por exemplo ali, 200 e foi executado 54. Só para exemplificar como que é feita essa contagem para a gente. **Sofia, Sedese:** O número de adolescentes em cumprimento. **Roberta, Sedese:** Eu acho que o Cris vai fazer uma fala logo na sequência assim, falando um pouquinho dessas demandas e tudo que ele vai querer chamar a atenção. Eu acho que já vai responder. A gente pode só chegar aqui no final porque aí a gente já, o Cris já fala e eu acho que vai ser importante a fala dele para esclarecer isso aí, pode ser? **Sofia, Sedese:** Então vou ser mais objetiva para o nosso almoço. Serviço de acolhimento em residência inclusiva foram, meta pactuada de 30 jovens e adultos com deficiência e a gente conseguiu atingir essa quantidade. E no PAEF que é Serviço de Proteção e Atendimento Especializado da Família e Indivíduos foram, a referente pactuação, foram 720 famílias e indivíduos em situação de risco por violação de direitos e aí a gente conseguiu superar essa meta, atendendo 1.182 famílias e indivíduos. Aí eu acho que agora cabe a fala do Cris para depois a gente passar para as metas físicas de programas e projetos e aí a gente vai finalizar essa apresentação. **Cristiano, Sedese:** Bom dia. Então, vou trazer algumas informações complementares que eu acho que é importante. Primeiro um pouco disso que a Jennifer trouxe em relação à meta e a Sofia também já adiantou. Essa meta pactuada, ela tem a ver com o termo de aceite que o estado assinou com o Governo Federal no âmbito dos serviços regionalizados que são os CREAS regionais, aquele modelo I lá que é do PAEF dos CREAS municipais cofinanciados, que são os 24 cofinanciados, e da alta complexidade, o crianças e adolescentes e adultos e famílias foi a pactuação que o estado fez com o Governo Federal lá em 2014. Sofia já adiantou, no caso de crianças e adolescentes e adultos e famílias a gente conseguiu fazer a aprovação em outubro, então a partir do ano que vem a gente já vai cumprir essa meta aí. 80 para criança e adolescente e 30 para adultos e famílias, que foi a última pactuação que a gente fez. Em relação à medida socioeducativa, a Sofia já trouxe, quando a gente estava preenchendo, a gente fez questão de levantar os dados de acordo com o registro mensal de atendimentos e essa meta, ela diz respeito, como é um cofinanciamento federal, ela diz respeito aos 4 CREAS regionais que a gente atende. A gente atende 18 municípios nos 4 CREAS regionais, mais os municípios de Morada Nova de Minas e Monte Alegre de Minas, que são 2 municípios de pequeno porte que são cofinanciados com CREAS municipais e também foram elegíveis, em 2018, ao cofinanciamento para medidas socioeducativas. Então o Governo Federal repassa o estado o cofinanciamento, é um cofinanciamento de um valor superalto, é R\$2.200,00 para medidas socioeducativas. O cofinanciamento federal é de R\$2.200,00. O estado recebe R\$2.200,00 para medidas socioeducativas para cada CREAS regional e os

municípios também recebem esse valor. Então em relação à meta executada, é um número baixo, mas é como a Sofia falou, a gente depende dos encaminhamentos que são feitos pelo sistema de Justiça. A gente já tinha identificado, desde o ano passado, um volume baixo nos CREAS regionais e nesses municípios, mas é lógico, a gente depende do encaminhamento do sistema de Justiça. Então, por um lado isso diz respeito também à alternativas que o sistema de Justiça tem encontrado para aplicação de medidas em meio aberto, mas também para dizer de uma subnotificação e de casos que não estão chegando também para o sistema de Justiça. Então a meta tem a ver com isso. Eu queria chamar atenção para duas quantidades executadas aí que são muito importantes. A primeira é do modelo I ali: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, modelo I, ali são os nossos 4 CREAS regionais. A meta que foi pactuada com o Governo Federal é de 200. Vocês viram ali que a gente executou 713. Esse dado é o dado do registro mensal de atendimentos. Chama muita atenção porque? Porque a gente vem falando aqui no Conselho Estadual, esse ano principalmente, mas na verdade desde 2022, para quem se lembra, que a gente tem identificado um aumento de incidência de violações de direitos em municípios de pequeno porte. Os nossos 4 CREAS regionais, eles atendem 18 municípios de pequeno porte. Então a última pactuação que a gente fez em relação aos CREAS regionais, se todo mundo lembra, foi em setembro, que foi a discussão sobre Águas Formosas porque a gente identificou, era um município abrangido, é ainda, não é? Um município abrangido pelo CREAS Regional Mucuri, a sede da comarca e o CREAS regional, a sede do CREAS está nesse município, mas o município de Águas Formosas estava explodindo casos de violação de direitos e a discussão que a gente fez aqui em setembro foi justamente essa: de cofinanciar o município de Águas Formosas porque o CREAS regional é uma estratégia para municípios com baixa incidência. Então eu acho que no ano que vem a gente vai precisar voltar essa discussão, não só em relação aos CREAS regionais e ao aumento da incidência nos municípios que são abrangidos pelos CREAS regionais, mas continuar essa discussão sobre o aumento das incidências em municípios de pequeno porte. A gente fez uma pactuação também esse ano aqui de mais 68 CREAS municipais em municípios de pequeno porte com alta incidência, mas todas as nossas estratégias também não estão surtindo efeito porque esses números continuam aumentando. Então a gente precisa aqui também, junto com o Conselho, estudar esse fenômeno de aumento de violação em municípios de pequeno porte porque só essa estratégia também de cofinanciar os municípios, de apoiar tecnicamente os municípios não está sendo suficiente. É lógico que é um problema complexo, não é? Esse aumento da incidência, mas eu acho que esses dados, eles

demonstram isso também. Somente a oferta do serviço e com todas as articulações necessárias que a gente faz, por exemplo, no âmbito dos CREAS, com a proteção básica e com outras políticas, não está também surtindo muito efeito porque de fato o aumento das vulnerabilidades, ele tem aumentado nos municípios de pequeno porte. A mesma coisa aquela quantidade executada ali no modelo I que é o modelo de CREAS municipais cofinanciados. A gente tem 24 municípios cofinanciados, a nossa meta física era 720 e a gente executou mais que isso. Mas isso também tem a ver com o aumento de incidência nesses municípios cofinanciados também. Então espero ter esclarecido, estou à disposição. Obrigado. Só para complementar, porque é um último assunto, desculpa estar me alongando. Mas na quantidade de recursos que a gente recebe na execução da meta financeira que a Roberta apresentou, tem um dado que eu acho que é muito importante a gente levar em consideração. Porque a gente acaba, logicamente, aqui no Conselho Estadual fazendo a discussão sobre o recurso estadual que é legítima e fundamental a questão do FEM e do aumento de recursos estaduais para a execução dos serviços aqui em Minas Gerais, mas a gente não pode deixar de fazer as incidências necessárias. Mais cedo vocês falaram aí da participação do CEAS fora do estado, não é? Principalmente lá em Brasília, discutindo questões nacionais, a gente também fazer as incidências necessárias em relação ao cofinanciamento federal. Desde 2019 o Governo Federal não vem repassando 100% dos recursos para os municípios. Atualmente a gente vem recebendo e os municípios vêm recebendo 80% do valor do cofinanciamento federal. Porque eu estou dizendo isso aqui quando a gente está falando desse quadro que está na tela aí? Porque esse quadro que está na tela é de recursos que o estado recebe para poder cofinanciar os municípios no âmbito, por exemplo, da regionalização. Então a gente cofinancia 24 municípios com CREAS municipais. Esses municípios recebem, deveriam receber o valor correspondente a R\$5.000,00 de cofinanciamento federal e o estado deveria cofinanciar no mínimo 50%, que seria R\$3.000,00. Vocês se lembram que também a gente fez, em outubro, uma alteração do valor e a gente passou o cofinanciamento estadual para R\$5.000,00. Então a gente está cofinanciando uns R\$5.000,00 de recurso estadual e R\$5.000,00 de cofinanciamento federal. Esse cofinanciamento, ele não vai direto do cofinanciamento federal, ele não vai direto para os municípios. Esse cofinanciamento federal, ele vem para o estado, o estado complementa a parte dele e passa para os municípios. Só que a gente não está recebendo os R\$5.000,00 para cada um desses municípios. A gente está recebendo é 80% desse valor. Então o quê que a gente está fazendo? A gente tem saldo de recurso na PSE, então os municípios, eles não estão recebendo menos de R\$3.000,00, eles estão recebendo

R\$5.000,00 porque na verdade a gente está repassando os nossos R\$5.000,00, mais os R\$2.000,00 que o Governo Federal não está repassando. Então a gente não está repassando para os municípios essa diferença do valor que o Governo Federal não está passando. A gente está complementando esse valor para os municípios. Isso é importante porque isso às vezes não é dito, mas os municípios não estão tendo perdas em valor do cofinanciamento federal porque a gente está complementando esse valor, só que a gente não consegue fazer isso a vida toda. Então é preciso fazer essas incidências junto ao Governo Federal porque logicamente que a gente entende todo o cenário, não é? A gente vê as discussões políticas acontecendo no âmbito nacional, mas não dá o tempo inteiro, para a gente sempre ter a justificativa que: “Ah, estamos reconstruindo o SUAS”. A gente precisa ter paciência. Só que é isso, não é? Além de não ter o repasse de 100% do valor, também não tem reajuste no valor do cofinanciamento. Como eu falei, com as divididas os municípios recebem R\$2.200,00, que não dá nem para contratar um profissional. Então assim, é lógico, a questão do cofinanciamento estadual é importante, a discussão, mas o Conselho Estadual de Assistência também tem uma função política de levar essas instruções do cofinanciamento de maneira ampla também nas instâncias federais. Então é só para deixar registrado isso. Obrigado. **Jennifer, Psind:** Posso só fazer um comentário? Cristiano, eu acho que essa é uma preocupação que eu tenho dormido e acordado com ela. Mas assim, o que eu tenho falado com os meus pares e nós tivemos muitas discussões sobre isso na nossa plenária, agora na última semana, e a gente tem conversado muito sobre a questão da capacitação mesmo sobre o discurso do orçamento. Por exemplo, na descentralizada, a gente vê, viu muito, a gente falou sobre muitas coisas importantes, falamos sobre as pautas identitárias, falamos sobre o atendimento, a questão dos desastres, muito conteúdo importantíssimo, mas quem basicamente pisou na tecla de orçamento foi o Matheus. Estou lá, fazendo a defesa no Ceas, estou fazendo a defesa do orçamento. Então assim, a gente ainda vê um discurso muito esvaziado a respeito do orçamento. A gente tem, enquanto Fórum Nacional de Trabalhadores, incidido sobre a questão da PEC 383 porque isso, o mínimo de 1%, a gente ainda se entende pedindo migalhas, mas vem sim de um financiamento histórico. Então é algo que hoje nós entendemos que temos um, que temos que fazer um esforço coletivo, não é? Não só trabalhadores, não só usuários, mas todo mundo junto. O CEAS também, fazendo essa reivindicação, solicitando formalmente que seja pautado e que seja discutido, e estarmos todos juntos lá em Brasília mesmo, fazendo essa solicitação. Enquanto a gente não tiver um coletivo muito grande, muito forte, lutando por isso, a gente não vai avançar. Então assim, não adianta ir 10 pessoas, como estávamos com o

ministro, e estar falando, mas estarmos recebendo negativas porque tem interesse outras pessoas que não estão na Assistência e tem interesses contrários. Então é fazer uma grande movimentação mesmo para que a gente atinja esses objetivos. E aí uma convocação para a própria conferência do ano que vem, nós estarmos pautando isso de forma muito incisiva, não é? Porque eu falo que potência a gente tem. Nossos trabalhadores e trabalhadoras são potentes, nossos usuários muitas vezes têm interesse e reconhecem a importância do serviço, mas se a gente não tiver recurso para executar esse serviço, nós vamos continuar aqui falando muito, mas sem conseguir executar nem o mínimo necessário. **Roberta, Sedese:** Só para a gente finalizar aqui. Próxima tela, por gentileza. Aqui são as metas da execução física dos programas e projetos. O Programa Criança Feliz, os municípios com adesão ao programa, nós temos 324. Nós não temos adesão ao programa Criança Feliz aqui no estado de Minas Geras. E no acesuas Trabalho, a meta são usuários de 14 a 59 anos e a referência de pactuação são 181, a quantidade executada 181. Municípios, tá, gente? E aí eu queria só trazer um destaque aqui que é o resumo executivo, gente. Desculpa, eu não estava aí na apresentação, mas os recursos próprios alocados de R\$95.712.884,72 no exercício, isso recurso estadual alocado, tá? Sendo R\$12.325.497,00 foram na Proteção Social Especial e destaque também para os recursos transferidos para cofinanciamento nos municípios, R\$83.783.386,84. Esses são os recursos próprios alocados, tá? Porque isso também é uma informação que a gente inclui no sistema do Governo Federal. E aí, gente, eu queria chamar uma atenção aqui de novo, reforçando essa questão que o Cristiano falou dos 80%. A gente, que a gente não está recebendo o valor integral, então a gente está recebendo 80% no bloco da Proteção Social Especial de média e alta complexidade, tá? Em relação ao IGDPBF, nós estamos recebendo os valores de acordo com o nosso índice de saldo em conta e com os índices descentralizados, com as contas que são realizadas lá. Destaco aqui que o IDGSUAS, nós não estamos recebendo, que é o Índice de Gestão Descentralizada do SUAS, nós não estamos, era um recurso que a gente recebia mensalmente também e nós não estamos recebendo esse recurso já faz um bom tempo. A gente tinha uma expectativa desse recurso ser retomado no ano passado, em 2023, ele não foi retomado. Tínhamos outra expectativa em 2024 e não foi retomado. A conversa está cada dia mais distante para retomada do repasse desse recurso do IGDSUAS. Eu chamo atenção aqui porque a gente está fazendo prestação de contas do saldo em conta, era para a gente estar fazendo uma prestação de contas do recurso que está sendo continuado, não é? Então assim, só uma atenção aqui para o Conselho também, não é? Para esse contexto do IGDSUAS também, além dos recursos, a PSE, antes a gente

estava recebendo 40%, ano passado a gente conseguiu, o Governo Federal passou para 80%. Ficou uma expectativa de passar para 100%, mas também não retomou e a gente não tem uma previsão positiva no orçamento para essa retomada do repasse integral para o ano que vem, para a retomada do repasse integral dos recursos. Então é só um destaque aqui para vocês que eu acho importante. Eu acho que a gente tem feito um esforço grande nos recursos do bloco da Proteção Social Especial, de a gente tentar utilizar ele para conseguir custear os 100%. Só que à medida que as nossas despesas com o serviço da proteção social e especial vão aumentando, a gente também vai viabilizando esses repasses, não é? Aí é importante também destacar que a gente sempre precisa, a gente sempre está planejando para deixar um saldo para os dois, assim, a gente sempre deixa um saldo em conta para pelo menos um bimestre ou um trimestre do ano posterior, porque a gente tem despesas que são continuadas, não é? Que são contratos, etc, que a gente paga com a fonte 56. Então a gente já, sempre, assim, esses recursos que são continuados, a gente sempre deixa, é da natureza dele a gente deixar o saldo em conta, a gente tem o planejamento hoje muito bem estruturado, sabe? Mas assim, e essas diferenças de valores, essa expectativa de repasse dos 80%, dos 100% dos recursos da PSE, da Proteção Social Especial, e a ausência de repasse do IGDSUAS, eu acho que são os pontos bem de atenção aqui para a gente destacar aqui no Conselho, tá? A gente está à disposição para tirar qualquer dúvida e em relação à apresentação do demonstrativo, é isso. **Marcelo, OAB:** Conselheiros, vocês têm alguma outra questão a apresentar para a Roberta? Se não tivermos, a proposta é de pararmos agora e retornarmos às 13h30 com a continuidade, com apresentação do questionário em cima desta apresentação. Porque a gente tem que apresentar um questionário para encaminhar diretamente lá como resposta ao demonstrativo. E aí após isso, nós temos ainda que tratar sobre o Censo SUAS, uma pauta que também foi apresentada pela Laís e uma pauta apresentada pelos usuários. Acredito que não são pautas demoradas, mas a gente precisa de todos nós estarmos aqui às 13h30 para continuidade do trabalho. Então está encerrado por enquanto e agradeço à participação de Roberta e da nossa colega.

Segunda parte

Marcelo, OAB: Bom Para a gente iniciar. Em respeito àqueles que já chegaram, nós vamos iniciar a nossa reunião como marcado, às 13h30. Como foi dito, nós terminamos então a apresentação do demonstrativo e agora eu vou passar para o João, que é o momento do Conselho responder um questionário para ser apresentado e aprovado por nós. **João Paulo, Sedese:** Só enquanto vai ligando ali as meninas, a Stefany vai ligando

e colocando para a gente, só para explicar nessa linha do que a gente sempre fala, não é? Capacitar os conselheiros para que a gente saiba do quê que a gente está falando, para que a gente possa fazer um bom trabalho. Não sei se todo mundo aqui conhece o demonstrativo federal, sabe o quê que é. O demonstrativo federal, ele é a prestação de contas para quem recebe o cofinanciamento federal, então todos os municípios e todos os estados, eles têm que preencher todo ano. O Governo Federal, ele publica a portaria com o prazo e aí é via sistema, o sistema chama SUAS Web. A gestão, no caso a Secretaria, o órgão gestor, ele preenche a parte da execução que foi o que a Roberta apresentou aqui mais cedo para a gente, antes do almoço. Em seguida, aí a gestão finaliza, preenche e finaliza, em seguida aparece uma outra aba que é o parecer do Conselho, que é onde o Conselho, ele vai deliberar, ele vai emitir o seu parecer. Vai colocar lá se está aprovado ou não, ressalva, enfim. Então isso é o demonstrativo, tá? Já está preenchido no sistema, a gente já preencheu e já salvou com aquelas informações que a Roberta apresentou para a gente de manhã. A sugestão é fazer igual a gente fez no ano, na verdade foi até esse ano, não é? O do ano passado. Que foi apresentar aqui no, projetar para vocês a apresentação com as perguntas que a gente tem que responder, que é para a emissão desse parecer, e aí tem as opções e a minha sugestão, junto com a Secretaria Executiva, é que a gente leia a pergunta e já marque qual, e depois a gente, as meninas só lançam lá no sistema. E aí nós deixamos também a resposta do ano anterior para servir de base, tá? Não quer dizer que tenha que ser igual, mas só para servir de base, para tirar alguma dúvida, tá? Aí eu queria saber se pode ser assim. Se alguém tem alguma outra sugestão, se a gente pode caminhar assim. Pode ser assim? Então sigamos. Passa, por gentileza. Aí também, para esclarecer, para quem não conhece o demonstrativo. São três demonstrativos, tá? Um é de serviços e programas, então trata sobre as proteções, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, os programas. Então qualquer cofinanciamento que tiver dentro desses níveis e dessas áreas de proteção. E tem outros dois demonstrativos que é do IGDSUAS e do IDGPBF. Então são três demonstrativos que a gente faz separadamente, tá? Tem que emitir, a gente enquanto gestão preencheu os três separadamente, finalizou os três separadamente e o Conselho, ele tem que emitir o parecer. São três questionários que a gente tem que responder. O primeiro é o de serviços e programas. Primeira pergunta: “Os recursos federais destinados à execução dos serviços e programas foram utilizados nas finalidades estabelecidas pela União?”. Volta. Obrigado. “Os recursos federais destinados à execução dos serviços foram utilizados nas finalidades estabelecidas pela União?” e aí a gente tem quatro opções de resposta: “Sim, todos os recursos; Não, parte dos recursos” e aí no comentário tem que

especificar qual não foi gasto de acordo com a finalidade, “Nenhum recurso foi utilizado, foi executado na finalidade” e “Nenhum recurso foi utilizado”. A resposta do ano anterior foi: “Sim, todos os recursos foram utilizados dentro da finalidade”, a sugestão é que repita porque todos os recursos, conforme a gente apresentou aqui, foram gastos dentro das finalidades específicas. Ou seja, o da Proteção Básica foi gasto na Proteção Básica, da Especial na Especial, dos programas nos programas. Todos de acordo? Como é que a gente vota? No crachá ou só por aclamação? **Marcelo, OAB:** Companheiros, conselheiros. Na medida em que ele vai lendo, vai apresentando a proposta e se todos estiverem de acordo, se não houver manifestação contrária, levantando a mão contrariamente, a gente vai levando como aprovado. Pode ser assim? Ok. **João Paulo, Sedese:** Então a sugestão é que a resposta seja “Sim, todos os recursos”. Alguém é contrário? Pode marcar então, meninas, por favor. Aí marca um “x” lá no “Sim, todos os recursos” que a gente já vai deixando pronto. E aí comentário, algum comentário? No ano passado a gente só colocou mesmo para (inaudível). Igual do ano anterior. Pergunta dois, por favor. Passa por gentileza, Carol. Dois: “O Conselho de Assistência Social possui livre acesso às documentações comprobatórias de gastos?, sim ou não? E não, especifique qual que não tem acesso. A resposta ano anterior foi “Sim”, aí no comentário: “As informações estão disponibilizadas nos relatórios trimestrais e a documentação é de livre acesso ao CEAS, disponibilizado pelo FEAS quando solicitado”. Alguém contrário a manter a resposta? Agora não é mais AGFEAS, agora é SGFEAS. Próximo, por favor, Carol. Três: “O Conselho teve algum tipo de dificuldade em analisar as informações prestadas pelo gestor que possam ter impactado na sua avaliação do demonstrativo sintético?”. Três opções de resposta: “Sim, especifique” se teve alguma dificuldade, “Houve limitações, porém sem prejuízo” e “Não houve limitação”. A resposta do ano anterior é “Não houve limitações” e o comentário: “A Secretaria Executiva fornece o apoio mediante análise técnica. Além da análise técnica, a Comissão de Orçamento para embasar a plenária. Sugere-se ao Governo Federal que observe os anos em que há eleição para nova composição dos conselhos e ano de conferência, antes de pactuar os prazos do demonstrativo”. Esse comentário, aí só para lembrar, é porque ano passado o Conselho não estava vigente, então ele não, a gente teve que fazer esse ano. Então quando a gente colocou esse comentário, foi isso, para que casasse para que o Conselho daquele exercício, que acompanhou aquele exercício, ele possa emitir o parecer. Oi? É, por isso que eu estou colocando. Esse comentário, ele, o contexto dele, daquele momento, era esse, havia uma alternância de gestão. Então os conselheiros que estavam presentes, eles não participaram da execução daquele exercício. Acho que para esse

caso aqui, não justifica. **Laís, CMAS Ipatinga:** Mas houve limitações, a gente teve dificuldade de entender, mesmo o que foi explicado, igual está falando ali: “Houve limitações, porém sem prejuízo”. Não seria marcar essa não? E explicar lá no comentário. Não, teve, ué. A gente ficou na dúvida aqui na plenária. **João Paulo, Sedese:** É, eu entendo que quando fala ali de dificuldade, não é dúvida. É dificuldade de acesso, é omissão de alguma informação ou algum dado que chegou e a gente não conseguia ler, entendeu? Eu entendo ali o “dificuldade em analisar” nesse aspecto de informação omissa ou de informação que não veio e por aí vai. Não é de dúvida, dúvida é do processo natural. **Marcelo, OAB:** Inclusive uma das demandas nossa é de capacitação justamente para a gente poder compreender mais. Então isso não é, como disse o João, isso não é uma dificuldade da SEDESE nos repassar as informações. As informações são repassadas, mas na verdade os conselheiros têm dificuldade de compreender, na compreensão, é isso? **Isac, Ccqamrd:** É um pouco nesse sentido. É porque ali está tratando da análise, o que falou do acesso foi o outro, o anterior, eu acho. Então não teve dificuldade de acesso, mas na análise eu acho que faz sentido o que a Laís trouxe. **João Paulo, Sedese:** Não, assim, eu não vejo problema. Assim, eu acho que há dificuldade em análise por falta de, por omissão, por falta de informação.+ É isso que eu acho que para mim é claro. Agora, se não for, a gente pode ver aqui. Eu ficaria como “Não houve limitação” porque assim, houveram dúvidas que é do processo natural de aprendizado, de capacitação, ninguém sabe tudo e ninguém conhece tudo. Porque aí sim vai ter, não é? **Ester, Sedese:** Você acha que contempla assim, não houve limitações nesse sentido que o João está colocando, mas no comentário a gente pode colocar que conselheiros não-governamentais acham importante ter mais capacitação que podem contribuir na análise dos dados. Não houve limitações, mas os conselheiros não-governamentais solicitam maiores capacitações, capacitações permanentes para aprimoramento na análise dos dados. **Matheus , Movimento LGBTQIA+ de Cláudio/MG:** Só tirar o “não-governamental” para colocar “da sociedade civil”. Acho que ajuda a nos identificar melhor. **João Paulo, Sedese:** Ok, pessoal? Então foi editado lá. Não houve ou não houveram licitações? Ah é, tira essa primeira parte: “Não houve limitações”. Começa do. Desculpa. “Os conselheiros reiteram a necessidade de capacitação permanente”, ok? Quatro: “Os relatórios de execução orçamentária e financeira foram apresentados ao Conselho de forma compreensível e na periodicidade estabelecida na lei-decreto que institui e regulamenta o Fundo?”. Três opções: “Em parte”, “Sim, os relatórios foram apresentados” e “Não foram apresentados relatórios”. Resposta do ano anterior: “Sim, os relatórios foram apresentados”. Comentário: “As informações estão disponibilizadas nos

relatórios trimestrais e a documentação é de livre acesso ao CEAS, disponibilizados pela AGFEAS, que a gente vai mudar a sigla para, que mudou para SGFEAS, quando solicitado. Ressalta-se que a matéria orçamentária é de difícil compreensão para conselheiros não especialistas na área. Realizar capacitação aos conselheiros e aprimorar o instrumento de prestação de contas. Sugere-se ao Governo Federal que observe os anos em que há eleição para nova composição dos conselhos e ano de conferência antes de pactuar os prazos do demonstrativo". Aí eu acho que é tirar essa parte final, igual a gente fez com o outro, não é? Eu acho que a gente pode manter. Alguém se opõe, alguém tem outra sugestão? Por gentileza então, meninas, marcar "Sim, os relatórios foram apresentados" e aí o comentário vai ser o mesmo, tirando a parte final aí do "Sugere-se ao Governo Federal" para frente. Cinco: "O ente cofinanciou os serviços e programas?". São: "Sim, por meio do Fundo de Assistência Social", "Sim, por meio de outra estrutura local", "Não cofinanciou". Resposta do ano anterior: "Sim, por meio do Fundo da Assistência Social". Comentário: "Se deu por meio de recursos alocados no FEAS e na SEDESE". Alguém discorda, tem outra sugestão ou outra resposta? Então pode repetir. ROBERTA, Sedese: É porque o cofinanciamento é todo feito na unidade do FEAS. **João Paulo, Sedese:** Ah tá. A Roberta colocou, no comentário tira a parte do "e na SEDESE", não é? Deixar só no FEAS porque todo o recurso foi executado via Fundo, não teve. É, o cofinanciamento de serviços. Ok, pessoal? Alguém contrário? Então é só tirar o "e na SEDESE". Seis: "As equipes de referência dos serviços e programas estão compostas de acordo com o disposto na NOB-SUAS-RH e demais normas?". "Sim", "Não, mas já existe planejamento" e "Não". A resposta do ano anterior foi "Sim". No caso do serviço executado diretamente, CREAS regionais, a equipe é composta conforme NOB-RH. Destaca-se que os CREAS regionais estão passando por um processo de avaliação e reordenamento quanto ao número de municípios abrangidos, de modo a qualificar o atendimento realizado por essas equipes. Sugere-se ao Governo Federal que observe aquela mesma questão da eleição. Não, é porque essa parte final "Sugere-se ao Governo Federal" é a questão do prazo em ano de eleição e ano de conferência. Isso, do estado. As diretas, vinculadas ao estado. Erro de digitação. Na resposta deu um erro de digitação. Vamos para o 7 agora. Carol, por favor. Sete: "Os serviços cofinanciados pela União foram ofertados à população de forma regular, sem descontinuidade, ou seja, durante todos os meses do ano, sem interrupção?". "Parte ocorreu descontinuidade", aí tem que informar quais os serviços e qual o período, "Nenhum foi prestado de forma contínua", "Todos foram prestados sem descontinuidade". A resposta foi: "Todos foram prestados sem descontinuidade". Comentário: "Os serviços da PSE, CREAS regionais e

parcerias de acolhimento institucional cofinanciados foram ofertados de forma continuada, com aporte do tesouro estadual”. Alguém, alguma sugestão contrária ou outra resposta? Oitavo, por favor, Carol. “O Conselho avalia as despesas efetuadas no exercício, comprovadas? Ou seja, existe documentação disponível que comprove todos os pagamentos efetuados?”. “Sim”, “Não” e especifique qual não. Resposta do ano anterior: “Sim. As informações estão disponibilizadas nos relatórios trimestrais e a documentação é de livre acesso ao CEAS, disponibilizadas pelo AGFEAS quando solicitado” e aí “Sugere-se ao Governo Federal” também, que a gente já falou para essa parte. Mantemos a resposta? Alguém tem alguma resposta diferente, contrária? Se manifeste. Nós vamos mudar em tudo, agora é SGFEAS. Questão nove: “O Conselho apreciou e aprovou a proposta orçamentária do Fundo de Assistência Social?”, “Sim” ou “Não”. A resposta do ano anterior: “Sim”, aí tem a resolução daquele ano que dispõe sobre a aprovação do PPAG, da LOA e por aí vai. Alguém com proposta de resposta contrária ao sim? É, aí tem que pegar qual que é a resolução que a gente aprovou, qual resolução CEAS foi de aprovação do orçamento do Fundo. **Jennifer, Psind:** Eu acho que em algum espaço aí tem que ser colocado que mesmo a aprovação tem a discussão de que os recursos ainda são insuficientes para atender à demanda do estado. Eu não sei se nessa pergunta aí ou em alguma outra, eu acho que é importante ficar registrado que mesmo com a aprovação, a gente sempre está pontuando isso, que os recursos não têm sido suficientes, nem minimamente suficientes. **João Paulo, Sedese:** Minha sugestão: a gente coloca a resolução que aprovou a LOA e aí depois coloca uma outra fase: “O Conselho reafirma a necessidade de cada vez mais recursos serem empregados, empenhados na política de Assistência Social”, por exemplo. Vocês se sentem contemplados? Vocês acham que é isso? Tem alguma sugestão de redação? **Jennifer, Psind:** Eu acho que é importante colocar que os recursos ainda são insuficientes, a palavra “insuficientes”, porque assim, pleitear mais recursos, nem sempre você está falando que o recurso não está sendo suficiente. Mas tem que constar que o recurso ainda é insuficiente para atender à demanda do estado. **João Paulo, Sedese:** O Conselho ressalta a necessidade de mais recursos pois hoje ainda são insuficientes, algo nessa linha. Pode ser? E aí deixando claro, colocar o termo “insuficientes”. Vamos escrever? Aí vamos só esperar elas terminarem de escrever que a gente vê se o texto está contemplando. Contemplado? Agora é 10? Agora é a 10, Carol? Não, 10. É, vocês registraram. É, copia a resposta da 10 na 9 porque esse comentário é da 9. Isso, aí colar na 9. Agora é o 10. Dez: “Os recursos repassados por meio da portaria nº 369 de abril de 2020 e suas alterações foram executados em conformidade com a finalidade específica?”. “Sim”, “Não” e “Nenhum

recurso foi executado”. A resposta foi “Sim” e nenhum comentário. Essa é a da, lá da Covid-19, dos recursos recebidos do Covid Aco, que é acolhimento, Covid Alimentos e Covid EPI. **ROBERTA, Sedese:** Tinha um valor pequeno já no recurso e na apresentação é aquele recurso que a gente utilizou para custear parcialmente valores de Cemig, aluguel e despesas dos serviços da PSE. **João Paulo, Sedese:** É porque (ininteligível) remanescentes lá de 2020. Alguém, sugestão ou resposta contrária? Podemos manter? Próximo, por favor, Carol. Pergunta onze: “A execução dos recursos cofinanciados pela União foi realizada conforme as normas que regulamentam a utilização dos recursos destinados aos serviços e programas”. “Sim”, “Não” e especifique qual não foi e “Não houve execução dos recursos”. Resposta do ano anterior “Sim” e comentário: “Foram executados conforme as normas e regulamentação para devida utilização do recurso”. Alguém, resposta contrária? Se manifeste. **Marcelo, OAB:** Se a pergunta é “se foram executados”, o comentário é a resposta. Talvez não tem comentário, não é? Porque é a mesma pergunta. **João Paulo, Sedese:** É porque tem que escrever alguma coisa no comentário. Na 10 tem “NA”. Alguma coisa tem que colocar. Quer ver? Volta na anterior, por favor, Carol, na 10. Está vendo o “N/A”, que é nenhuma alternativa ou nenhuma resposta? Alguma coisa tem que colocar, o campo é obrigatório colocar. Então, aí volta para a 11, por favor, Carol. Podemos colocar “Não se aplica” nela também? Próximo, por favor, 12. “O Conselho acompanhou a execução do orçamento da Assistência?”. “Com frequência”, “Em determinados períodos”, “Quando solicitado” são as três opções. Resposta do ano anterior: “Com frequência” e no comentário “Acompanha trimestralmente por meio das prestações de contas e relatório trimestral de execução física-financeira do FEAS”. Algum contrário? Próximo, por favor. Aí já é o, a resposta do parecer final, se é favorável ou desfavorável ao tipo de deliberação e as ressalvas, caso haja. Não tive, deliberação do ano anterior foi favorável e nas ressalvas sugere-se ao Governo Federal que observe os anos em que há eleição de composição dos conselhos, aquela mesma mensagem. **Rosalice, Cmssvp :** É a observação que a gente pediu para tirar. **João Paulo, Sedese:** É, de todos. O tipo de deliberação. Alguém discorda? Que se manifeste de ser favorável, como no ano anterior. O tipo de deliberação da prestação de contas, se é favorável ou desfavorável. **Jennifer, Psind:** Na hora que finalizou a apresentação hoje mais cedo, eu pensei em um ofício, na verdade, mas duas solicitações, que é a respeito do que vocês colocaram de 80%, está sendo só 80% do recurso repassado para PSE e solicitar o recurso do GDSUAS que não está sendo repassado. Então não sei se entraria ou se seria um ofício mesmo. **João Paulo, Sedese:** Eu entendo que é separado porque aqui diz “da prestação de contas”. É uma ressalva em relação. Por exemplo, olha, esse

Conselho entende que é favorável, mas que alguns ajustes precisam ser feitos. Em outros anos isso já até aconteceu. Igual, por exemplo, o relatório trimestral, ele veio de uma demanda por isso. Então assim, eu entendo que aqui é vinculado à prestação de contas. Então é isso? **Marcelo, OAB:** Como você está dizendo aí que foi dito hoje na apresentação a respeito do não repasse pelo Governo Federal de recurso do IGDSUAS, não vem repassando desde 2003, a gente pode de repente, a gente coloca isso como ressalva também para poder demonstrar que nós não estamos satisfeitos aqui com isso, não é? O quê que a equipe? É porque ainda vai ter o questionário do IGDSUAS. **João Paulo, Sedese:** É porque são três demonstrativos. Esse aqui é o dos serviços e programas. Aqui eu acho que cabe ressaltar que estamos recebendo, não estamos recebendo a totalidade que deveríamos, estamos recebendo 80%. Então reforçar a necessidade da recomposição, da retomada do recurso ser recebido de forma integral. No do IGDSUAS é a retomada do recurso porque a gente não está recebendo nada. Pode ser assim? É, e também do reajuste. O CEAS-MG reitera a necessidade da recomposição da parcela integral, do recebimento da parcela integral, bem como o reajuste no valor da parcela. Ao invés de “recomposição”, “restabelecimento do recebimento da parcela de forma integral”. Pessoal, ficou assim: “Ressalvas. O CEAS-MG reitera a necessidade do restabelecimento do recebimento da parcela integral, bem como do reajuste do valor da parcela”. **Marcelo, OAB:** Conselheiros, esse primeiro questionário aí, todos estão de acordo? Se não houver manifestação, a gente considera então como aprovado, ok? Próximo. **João Paulo, Sedese:** Agora vamos para o IGDPBF. Eles são menores, viu, gente? Pergunta 1: “Foram observados na execução das atividades com os recursos do IGDPBF todos os princípios exigidos pela legislação aplicada à administração pública?”. Possibilidades: “Sim” e “Não”. No ano passado, “Sim”. Alguém tem alguma resposta contrária? Que se manifeste. Próxima, Carol, por favor. 2: “Segundo avaliação do Conselho, a gestão local desenvolve ações adequadas para identificação, cadastramento de novas famílias, atualização e revisão de dados contidos no CADÚNICO?”. “Sim” e “Não”, as respostas. Cabe ressaltar e está até ali no comentário do ano anterior que a gestão estadual apoia essas ações executadas, mas que na verdade executa o município. E aí cabe ressaltar o quê? Esse demonstrativo, ele é o mesmo para todo mundo. Então é o mesmo para município, é o mesmo para os estados. O estado, ele não faz cadastramento de famílias no Cadastro Único, então por isso que tem esse comentário. A gente apoia o município no cadastramento. Podemos? Alguém tem alguma opinião contrária, algum comentário? Sigamos. 3: “Segundo avaliação do Conselho, o ente realiza uma adequada gestão da condicionalidades do PBF, realizada de forma intersetorial?”.

“Sim e “Não”. A resposta do ano anterior foi “Sim, a gestão estadual apoia essas ações executadas pelo município”. Mesma lógica, não executamos diretamente. O estado, ele não concede, o Programa Bolsa Família não, enfim, a gente apoia os municípios. Alguém, resposta contrária, opinião contrária e comentário? Que se manifeste. Próxima, Carol, por favor. 4: “Todas as atividades executadas foram feitas nos termos da portaria que regulamenta o IGDBPF?”. “Sim e “Não”. A resposta do ano anterior: “Sim”, sem comentários, não se aplica. Alguém, sugestão e resposta diferente? Que se manifeste. Próxima, Carol, por favor. 5: “Os recursos alocados na gestão do PBF foram utilizados nas finalidades para as quais disponibilizamos?”. “Sim” ou “Não”. Resposta do ano anterior: “Sim”, sem comentário, não se aplica. Alguém com alguma resposta contrária ou algum comentário? Se manifeste. Essas foram as perguntas. Passa, por favor, Carol. Aí temos agora o tipo de deliberação, se é aprovação total, reprovação total, aprovação parcial, e aí a gente coloca o valor aprovado e o valor reprovado. Caso não tenha nenhum valor reprovado, como é a sugestão, como foi no ano anterior, a gente coloca todo o valor executado que é o que Roberta apresentou e que está lá na parte física, tá? A gente pega lá o saldo da conta do IGDPBF e coloca aqui como valor aprovado. Alguém tem algum comentário, alguma resposta contrária, alguma sugestão? Se manifeste. Aprovado, aprovação total. Próximo, por favor. Agora o do IGDSUAS. Pergunta 1: “Os recursos do IGDSUAS foram executados respeitando sua finalidade?”. “Sim, todo o recurso”, “Não, parte do recurso” e aí especificar qual recurso não foi gasto de acordo com a finalidade, “Nenhum recurso foi executado na finalidade” ou “Nenhum recurso foi executado”. Resposta do ano anterior: “Sim, todo o recurso foi executado”. **Jennifer, Psind:** Tenho uma pergunta. **João Paulo, Sedese:** Sim. **Jennifer, Psind:** Em relação a isso, o recurso que foi falado que não está sendo repassado foi desse ano ou foi do ano passado? **João Paulo, Sedese:** Tem 5 anos que não é repassado. **Jennifer, Psind:** Então. **João Paulo, Sedese:** Mas tem saldo em conta. **Jennifer, Psind:** Ah, tem? **João Paulo, Sedese:** Vem executando o saldo que está em conta. **Jennifer, Psind:** Então tem que colocar isso no comentário, que o saldo remanescente está sendo executado, mas não está chegando. **João Paulo, Sedese:** E aí eu acho que até já, aqui já registraram, eu acho que em todos os campos aqui a gente pode registrar que não está havendo repasse, então o CEAS-MG cobra, reitera a necessidade do restabelecimento desse recurso, desse cofinanciamento, desse repasse, e o recurso que está sendo executado são os saldos preexistentes. É isso? **Roberta, Sedese:** Só um esclarecimento aqui. Eu sei que esse demonstrativo é de 2023, não cabe aqui, não afeta nada, mas como vocês vão direcionar ressalvas e etc, só para deixar aqui especificado que em 2000, desde 2019 eu acho que a gente não está

recebendo de forma constante o IGDSUAS, tá? O último momento foi 2018. Em 2022 nós recebemos 6 parcelas e 2023 a gente já não recebeu mais nada. **João Paulo, Sedese:** É. A gente não está recebendo de forma contínua e regular desde 2019, mas tiveram umas 6 ou 8 parcelas que a gente recebeu em 2022 ou 2021, não sei. **Roberta, Sedese:** 2022. **João Paulo, Sedese:** 2022. **Roberta, Sedese:** E aí em 2023 e 2024, 0. **João Paulo, Sedese:** 0. Então a resposta ficou assim, pessoal, para avaliação dos conselheiros: “O CEAS-MG reitera a necessidade do restabelecimento dos recursos do IGDSUAS”. Eu acho que é “restabelecendo o repasse”. “Do repasse dos recursos do IGDSUAS. Os recursos executados foram saldos preexistentes”. Alguém, algum outro comentário, alguma sugestão, alguma resposta contrária que se manifeste. Sim, todo o recurso. **Jennifer, Psind:** Será que não caberia à gente reafirmar que o recurso é insuficiente? Porque fica parecendo que mesmo sem o repasse em 2023 foi executado tranquilamente, entendeu? **Marcelo, OAB:** Qual é a sua proposta? Não, eu estou pensando aqui, para ver se. Porque você está falando. Ok. **João Paulo, Sedese:** Eu sugiro então colocar depois da primeira parte: “O CEAS reitera a necessidade”, igual a gente pôs no anterior, “Reitera a necessidade de restabelecimento do repasse dos recursos do IGDSUAS, bem como atualização do valor da parcela que hoje é insuficiente para sua finalidade”. Próximo, por favor. É a última. 2: “Foram observados na execução das atividades com o IGDSUAS todos os princípios exigidos pela legislação aplicada à administração pública?”. “Sim”, “Não”, “Nenhum recurso foi executado”. A resposta do ano anterior: “Sim”, sem comentário, não se aplica. Alguém tem alguma resposta contrária, diferente, algum comentário, que se manifeste. Próximo slide, por favor, que aí é para o parecer para deliberação. Tipo de deliberação, assim como no do IGDPBF: “Aprovação total”, “Reprovação total”, “Aprovação parcial”. No caso da aprovação parcial, a gente tem que informar qual que foi o valor que foi reprovado. No caso do ano anterior, a indicação foi por aprovação total, que se mantém aqui, e aí é a mesma lógica do outro: a gente pega o valor todo executado, que está na parte da execução física anterior, e coloca aqui. Alguém tem alguma resposta contrária, comentário, sugestão diferente? Que se manifeste. Reafirmar no parecer a necessidade do restabelecimento? Aí pode até copiar a resposta anterior. Copiar e colocar aqui no parecer, que é “Restabelecer o repasse do valor da parcela, bem como atualização do valor que hoje é insuficiente”. Pessoal, então consideramos que o demonstrativo, ele está, a deliberação está aprovada pelo Conselho e que pode ser lançada no sistema, correto? Aí nós vamos para a resolução agora, Marcelo. **Marcelo, OAB:** Coloca, por favor. Coloca a resolução por favor, para a gente colocar para aprovação. “Resolução 869 de 29 de novembro de 2024. Dispõe sobre a

aprovação do demonstrativo sintético da execução físico-financeiro de 2023 relativa a recursos do Tesouro Federal alocado no Fundo Estadual de Assistência Social”. Podia levantar, por favor? “O Conselho Estadual de Assistência Social, no uso das suas atribuições conferidas pelo artigo 13 da lei estadual 12.262, de 23 de julho de 1996, pela Lei Orgânica de Assistência Social e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência social, de 2012, e considerando que o demonstrativo financeiro é um extrato das prestações de contas já apreciadas e aprovadas pelo CEAS trimestralmente, conforme as resoluções CEAS-MG nº 824 e 838/2024, considerando a deliberação de sua 302ª Plenária Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2024, resolve”. Podia levantar, por favor. “Artigo 1º: fica aprovado o demonstrativo sintético da execução físico-financeira referente ao exercício de 2023, disposto no SIS-SUAS Web, referente aos serviços e programas, IGDSUAS, IGDPBF. Artigo 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 29 de novembro de 2024, Nelson Fernando Mauri Carvalho, presidente do Conselho Estadual de Assistência”. Os conselheiros estão de acordo com a aprovação dessa resolução? Por favor, levante o crachá. Aprovado por unanimidade. É nominal, teria que ser? Então retorno o processo de votação. **João Paulo, Sedese:** Eu, no meu entendimento não é votação orçamentária não. A gente está deliberando sobre um parecer que vai ser lançado no sistema. Ao que pese a informação ser financeira, a gente não está deliberando sobre orçamento, mas enfim. **Marcelo, OAB:** Jennifer inscrita. **Jennifer Psind:** Na verdade eu quero lembrar do encaminhamento, de fazer o ofício ainda reiterando as informações que nós colocamos para o CNAS. **Marcelo, OAB:** Sim, nós vamos colocar aqui agora em processo de votação a proposta apresentada pela Jennifer, referente a dois ofícios a serem encaminhados. Tudo isso considerando o que foi apresentado pela Roberta no demonstrativo sobre dificuldades financeiras que não chegam para o Estado. Pois não, pode falar. **Jennifer, Psind:** Qual que é a proposta? **Jennifer Psind:** Seria as duas solicitações, solicitar o recurso do IGDSUAS, o restabelecimento do recurso que não tem chegado, e a questão de estar chegando apenas 80% do recurso da Proteção Social Especial e a gente reafirmar também. Isso, (ininteligível). Assim, eu penso que é o CNAS, mas eu acho que você sabe melhor. E reafirmar também a necessidade de ampliação desse recurso por ser insuficiente. **Marcelo, OAB:** Ok. Os conselheiros estão de acordo com a proposta? **JENNIFER, PSIND:** Eu acho que pode ser um ofício só. **Marcelo, OAB:** Pois é, um ofício cobrando as duas coisas, correto? Os conselheiros que estão de acordo, por favor, levantem. Aprovado. Bom, o próximo ponto, conselheiros, é Censo SUAS. Esse Censo SUAS, pelo o que o João nos informa, ele chegou para todos nós, nos foi encaminhado para leitura e

agora o João vai fazer os encaminhamentos. **João Paulo, Sedese:** Pois é. Como o Marcelo comentou, aí novamente, na mesma lógica do demonstrativo, o quê que é o Censo SUAS? Todo ano todas as unidades socioassistenciais e órgãos preenchem o Censo SUAS. Então é a forma que a gente tem de coletar informações para monitorar, para avaliar como é que está, como está a execução dos serviços, tá? Então todas as unidades, todos os CRAS, todos os CREAS, todas as unidades de acolhimento, várias das entidades que estão aqui preenchem, provavelmente, também, não é? Que são unidades socioassistenciais. Provavelmente não, preenchem, não é? O órgão gestor, o Conselho e o Fundo também têm um questionário próprio, tá? E isso para todos os níveis, município e estado. Nesse caso aqui, a gente está falando do questionário do Conselho Estadual de Assistência Social, do CEAS, tá? Foi encaminhado pela Secretaria Executiva para todos os conselheiros um questionário previamente preenchido de acordo com a avaliação delas. Então elas pegaram o do ano anterior como base e fizeram um preenchimento prévio para ajudar na nossa avaliação, e isso foi encaminhado para todos os conselheiros. Qual que é a minha sugestão, a minha proposta? Que a gente abra para destaques, para comentários, se tem alguma pergunta, porque são várias perguntas, então eventualmente algum conselheiro acha que o que foi apontado, o que foi sugerido como resposta não é adequado, então sugere alteração para outra resposta dentre as possíveis. Eu sugiro que a gente vá só nos destaques e não passe no questionário inteiro porque ele é um questionário longo. E uma vez que todos nós já tivemos esse contato, já teve esse preenchimento prévio, entendo que os conselheiros tiveram acesso. Então aqui a gente tratar só dos pontos que tiverem de discordância, enfim. Essa é a minha sugestão, a minha proposta. Alguém tem alguma proposta contrária, alguma outra sugestão? Ou podemos ir assim? **Marcelo, OAB:** Da mesma forma como aconteceu hoje no regimento interno, a gente iria tratar somente daqueles pontos que foram destacados. Como não teve destaque também, a gente considerou que a gente podia levar já para a apresentação da resolução. Mas eu pergunto aos conselheiros se estão aptos a caminhar desta forma? **Laís, CMAS Ipatinga:** Deixa eu ver se eu entendi. A gente não iria passar as perguntas e iria aprovar, direto para aprovação da resolução? É isso? **Marcelo, OAB:** A proposta que o João apresenta é nesse sentido, que este material já chegou para todos nós, que nós deveríamos ter analisado. Porém, se os conselheiros entenderem que deve ser feita leitura, vamos caminhar com a leitura dos documentos. **Laís, CMAS Ipatinga:** Mas tem alguns itens que eu fiquei na dúvida, que eu quero esclarecer. **Marcelo, OAB:** São os destaques. **Macielle, CMAS Teófilo Otoni:** Tem, não sei se vai mexer na questão estrutural, erros de digitação, espaçamento. Vai, não é? **João Paulo, Sedese:** É, mas a

gente lança direto no sistema. Aquilo lá é porque a gente extrai o arquivo já lá e ele dá uma desformatada mesmo, mas a gente lança é no sistema. É o mesmo caso do demonstrativo. O que a gente está deliberando aqui é sobre qual informação vai ser lançada. A Secretaria Executiva vai lançar no sistema o que a gente deliberar aqui. O que a gente recebeu enquanto arquivo são as perguntas que estão lá, são exatamente iguais, tá? E aí a sugestão, Laís, é exatamente essa: a gente vai abrir agora para os destaques, os pontos de comentário, de discordância da resposta que está lá, para a gente discutir e deliberar sobre. Fiquem à vontade, quem tiver comentário então, destaque, não é? Aí favor informar qual questão para que a gente possa se situar lá no documento, fazer a leitura e discutir. **Marcelo, OAB:** Laís, pode iniciar. **Laís, CMAS Ipatinga:** Vai na pergunta 11 para mim, por favor. Sobre a quantidade de salas, eu fiquei com uma dúvida. Quantidade de salas que no máximo comportam 15 pessoas, colocaram 3 salas. É porque eu entendo que aí está falando da Secretaria Executiva e eu queria entender qual a outra sala, porque eu conheço essa sala, a sala que a gente faz reunião lá no 4º andar e eu não conheço outra sala que comporta mais de 15 pessoas nesse prédio, que é da Secretaria Executiva. Entenderam? **João Paulo, Sedese:** É, vamos lá então. A questão 11. Vou ler, que aí a gente vai esclarecendo todo mundo. Questão 11 fala sobre a estrutura física do Conselho, que aí envolve conselho, plenária e Secretaria Executiva: “Salas de uso exclusivo do Conselho. Quantidade de salas com capacidade de no máximo 15 pessoas”. Seria um, não? A sala da Secretaria Executiva? Está embaixo, perdão. “Quantidade de salas para mais de 15 pessoas: 0; Quantidade de salas para a Secretaria Executiva: 1; Salas de uso. **Rosalice, Cmssvp:** E salas para mais de 15 pessoas, só essa. Realmente. **João Paulo, Sedese:** Mas ela é de uso compartilhado. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Você quis dizer essas 3 aqui, La? Então, salas de uso compartilhado, então acaba que a gente compartilha essa daqui que cabe mais de 15 pessoas, a sala 8 e a nossa sala. Aí a gente conta com a nossa sala. **João Paulo, Sedese:** A sala 8 é onde tem a mesa diretora. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Isso. **Laís, CMAS Ipatinga:** Não, entendi. Mas é porque a outra sala que assim, eu não conhecia. Aí elas estão me falando que é a sala onde elas trabalham? **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Isso. **Ludmilla, Cress:** No caso, a sala de trabalho de vocês não é compartilhada porque ela é de uso exclusivo do Conselho, ela não é compartilhada com outros locais. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Sim. A sala exclusiva nós colocamos uma, lá embaixo, salas de uso compartilhado. Quantidade de salas com capacidade de no máximo 15 pessoas. É essa aqui, a sala 8 e a nossa. **Ludmilla, Cress:** Você está contando a sua duas vezes. Se ela já é exclusiva aí em cima, você não conta embaixo.

João Paulo, Sedese: É isso. É porque essa aí, Carol, eu estou entendendo que a gente concorda que ela é, só que ela vai para cima porque ela é exclusiva. As compartilhadas são essa e a 8, que é onde tem o segmento sociedade civil. Então são duas, ao invés de 3. **Ana Carolina, Secretária Executiva:** Aí a quantidade de salas para a Secretária Executiva serão 3, entendeu? **João Paulo, Sedese:** Então vai ficar, aí em cima: “Salas de uso exclusivo, com capacidade de no máximo 15 pessoas: 1”, que é a sala da Secretária Executiva. **Jennifer Psind:** Drama nós não fizemos. Então da forma como está colocado aí, eu concordo com a Laís que a gente não fez o acompanhamento disso, de trazer como ponto de pauta, como você está falando. Então eu acho que a gente tem que tirar e se atentar a isso, trazer como ponto de pauta e nos aprofundar sobre. **Marcelo, OAB:** Conselheiros, alguém mais para manifestar? Quem? Ah, a Sandra. Desculpa, Sandra. **Sandra, Sindibref:** Não gente, é só. **Marcelo, OAB:** Gente, eu pedirei a todos que fiquem atentos, por favor, que está meio solto aqui. Vamos lá. **Sandra, Sindibref:** Eu até concordo que o tema aparece aqui, mas a gente às vezes, com informe, apresentação de alguma demanda. Mas eu, já tem uns 4 meses, a Érica não está aqui hoje, da Comissão de Política, eu comentei com ela: “A gente tem que dar um salto, procurar enquanto Conselho”, você falou do aprimoramento, não sei se é a Comissão Política, mas porque a gente estava com um tempo enorme avaliando as denúncias. E fica lá 2 horas avaliando denúncia. Vamos discutir a política. Vem o tema, explode o tema da comunidade terapêutica. Cadê, que a gente chamou um especialista aqui, dos dois lados, para a gente ter algum “parecer”, entre aspas, algum posicionamento sobre isso? Só citando. E eu acho que tem que ser com o sistema de Justiça porque lá no CNAS acontece muito: chama o especialista, consultoria e esclarece para a gente na comissão e depois vai para o pleno. Eu acho que está faltando isso e isso que o João falou: a gente dar um salto, porque eu não acho que a gente discute e aprofunda. Ele passa aqui diante de alguma demanda que surge, mas a gente não. Eu acho que a gente discute a política e vem a conferência aí com o tema que já saiu, né, dos 20 anos do SUAS, e a gente aprofundar nesses temas, buscar porque surge aqui bem assim, rapidamente, a gente informa, “Tá, vamos votar”, porque a gente não aprofunda e não está avançando na política. É isso. **Marcelo, OAB:** Obrigado. Não tendo mais outras considerações, eu pergunto aos conselheiros, você? Sim, é porque a gente vai decidir aqui agora, deliberar sobre esse item “acompanhamento do Programa Bolsa Família”. Se nós entendemos que teve, nós vamos deixar o X. Se não, nós vamos pedir para retirar. Os conselheiros estão seguros no processo? Então os conselheiros que estão favoráveis à retirada do X no “acompanhamento do Programa Bolsa Família” se manifestem, por favor. Quantos votos

aí, por favor? 6, 7. Quem manifesta pela continuidade do item “acompanhamento”? 9. Então mantém o acompanhamento do Programa Bolsa Família. Próximo item, por favor. Laís, você tem alguma coisa? Não, pois não, Gabriela? **Gabriele, Sedese:** Tem uma opção, eu acho que é a penúltima, o Plano de Educação Permanente. É porque o Censo, ele não muda, deveria ser o Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente, mas ele não muda o termo para conselhos estaduais e municipais em todas as perguntas, infelizmente. Mas eu marcaria que sim porque o Conselho aprovou, não é? Tanto o plano estadual quanto o planejamento de qualificações. **Marcelo, OAB:** Ali não teria como tirar o municipal e ficar estadual? Não? Próximo. **Laís, CMAS Ipatinga:** tem mais algum? Ah, **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio/MG:** por favor. Desculpa, Matheus. Matheus Borges : Só registrar a título de provocação, porque tem um bloco que tem os dados de nós, conselheiros, e me preocupa muito e até lá na descentralizada em Brasília eu tive essa informação que eu não tinha conhecimento sobre o quê que o Censo SUAS pede, porque lá só pede escolaridade, sexo e o sexo, tem outros dados que é o nome, tem o CPF, mas sexo só tem as opções de masculino e feminino. Não tem nada que caracteriza o quesito raça/cor da etnia. Então é uma preocupação e acho que, não sei como a gente, enquanto CEAS, e aí fica a reflexão, para a gente pensar o quanto o Censo SUAS, ele está insuficiente em um exercício que é fundamental para essa política, que é demarcar e caracterizar as desigualdades. Quer dizer de quem nós somos. Quem nós somos até na composição desse conselho. Não só enquanto sociedade civil, mas também enquanto governamental. Em matéria de gênero e sabendo que o debate de gênero não se restringe unicamente ao sexo masculino e feminino, mas também a questão racial, a questão étnico-racial. A gente tem isso conformado em outras políticas públicas, mas a gente, em um instrumento tão fundamental que vai gerar dados tão significativos, a gente não tem nada que vai trazer isso. E aí eu fico pensando assim, quando a gente faz essas defesas, quando a gente às vezes escuta pessoas dizendo que o protagonismo dessa política é do usuário, mas esse usuário tem cor. Esse usuário tem gênero, esse usuário, ele vai vivenciar a partir do modo de vida, da condição de vida dele, um tipo de sexualidade e isso vai ser determinante para a condição de desigualdade, de vulnerabilidade que ele vai estar exposto. Então eu acho que a gente, eu quis falar muito e trazer essa reflexão porque não é possível em pleno 2024 um Censo SUAS, de um sistema único que quer se reconstruir, ele não está falando de um Brasil que passou por quase 4 séculos de escravização, de quem nós somos enquanto raça e cor. De quem nós somos para além disso. Nós não somos apenas um número e beneficiários, e beneficiários do quê? Quem são esses beneficiários? Acho que é uma provocação e acho

que a gente precisa enquanto CEAS, e nesse exercício também, de aprofundar temas que são fundamentais na política, a gente ter esse exercício de se comprometer e cobrar uma mudança sobre isso. Porque vou demarcar novamente: é absurdo que um Censo SUAS não tenha coleta dos dados de quesito raça/cor, de etnia, não expanda na perspectiva de gênero, de orientação sexual, de identidade de gênero, aliás. Não é possível que o dado de sexo só seja masculino e feminino. Existem pessoas intersexo que não vão estar dentro dessas categorias. E como não se preenche, vai ficar sem preencher, não tem nem a opção do “outro”. Isso é absurdo e é absurdo para essa política que quer se reconstruir. Como que a gente vai se reconstruir dessa forma? Sem saber quem nós somos? A gente precisa saber quem nós somos para saber quem está dizendo e quem é a cara desse controle social. **João Paulo, Sedese:** Aí só para explicar como é que funciona também essa questão do Censo, Matheus. Isso, se eu não me engano, lá em 2018 ou 2019 que o Governo Federal, o MDS, ele costumava mandar para os estados o censo do ano anterior para a gente fazer uma avaliação e contribuições para o censo, para o questionário seguinte. Eu lembro que a primeira vez que a gente falou sobre isso, sobre não ter a questão cor/raça em nenhum dos sistemas de cadastro (ininteligível) CADSUAS, e aí o que eu queria explicar é isso. O censo, a gente não preenche manualmente os nomes, coloca lá: “João Paulo”. Ele puxa do CADSUAS. No CADSUAS, tem lá o Conselho Estadual de Assistência Social registrado e aí a gente vincula as pessoas, os conselheiros, o mandato e coloca lá. E aí no CADSUAS não tem, é só masculino e feminino o cadastro da pessoa. E a gente, lá em 2018 a 2019 a gente colocou a questão cor/raça porque era importante a gente conhecer o nosso trabalhador, o trabalhador do SUAS, porque ele tem um perfil, a gente conhece, não é? E a gente quer conhecer esse perfil para a gente saber como induzir e discutir essa política do trabalhador. E também a questão de gênero, que também não aparece em lugar nenhum, é só sexo e pronto, acabou. E isso, olha, eu vou te falar que cada vez mais tem que ser reafirmado mesmo porque tem muito tempo que a gente já fala sobre isso, que a gente já apontou isso e até hoje, tem o quê? 7 anos e está do mesmo jeito. Talvez fazer uma carta, um ofício, um repúdio lá para o Governo Federal, para a Secretaria Nacional de Assistência Social, para revisar os seus sistemas e de forma a contemplar essas especificidades, considerando inclusive que a gente é uma política de Assistência Social, não é, gente? **Jennifer, Psind:** Estou contemplada no seu encaminhamento do ofício e mais uma coisa, poderia inserir ali, diante da fala do Matheus, esse ponto de discussão. Porque isso nós pontuamos várias vezes assim, não é? Em todas as construções, eu não sei se entraria, mas talvez colocar isso, quem são as trabalhadoras e trabalhadores e

usuários e usuárias do SUAS. **Marcelo, OAB:** Gente, todos estão esclarecidos? Tem mais algum ponto a ser colocado? **LAÍS:** 65. **Marcelo, OAB:** Tá, mas só que antes disso então, essa proposta que foi de encaminhamento do João. **LAÍS:** 65. “Quantas vezes cada conselheiro poderá ser reconduzido por igual período ao mandato?”. Aí as meninas marcaram duas e eu acho que é uma vez. **65.** Pode ser reconduzido. Reconduzido é uma vez, ué. **Marcelo, OAB:** É, é isso mesmo. É uma vez mesmo, não é duas não. Ela tirou, está correto. Algum outro ponto? **Laís, CMAS Ipatinga:** Agora o 73. O 73 fala: “Segundo as normatizações, esse Conselho é composto por quantos conselheiros da sociedade civil?”, aí coloca os trabalhadores, usuários e entidades, só que o pessoal da sociedade civil, onde eles entraram aí? Ou é o pessoal do controle social? Eu não identifiquei. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Do CMAS. **Laís, CMAS Ipatinga:** Não, não tem o CMAS lá. Aí eu entendo que o CMAS, ele tem que ser distribuído ali dentro do trabalhador, do usuário e da entidade, se for o caso. **Marcelo, OAB:** Mais algum ponto, Laís? Conselheiros, estamos esclarecidos aí, podemos votar? É, essa proposta que Laís apresenta, nós temos que saber os conselheiros do controle social que estão aí para modificar os números. **LAÍS:** 2 trabalhadores, 1 usuário e 1 entidade. **Marcelo, OAB:** 2 trabalhadores, 1 usuário e 1 entidade. **João Paulo Sedese:** Entre titulares e suplentes? **Laís, CMAS Ipatinga:** Isso, titulares e suplente. **Marcelo, OAB:** Pois é. **Laís CMAS Ipatinga:** Titular é 1 trabalhador e 1 usuário. O suplente é 1 entidade e 1 trabalhador. **João Paulo, Sedese:** Então espera aí, trabalhador, onde, ó... **Laís CMAS Ipatinga:** Trabalhador vai aumentar. **João Paulo, Sedese:** Isso. Trabalhadores, entre titulares: 3. **Ana Carolina, Secretaria Executiva:** Não, 4. Eu, Marcelo, a Jennifer, a Laís e a Macielle. **Laís, CMAS Ipatinga:** Não, Macielle é suplente. **João Paulo, Sedese:** Macielle é suplente, entra embaixo. Entre titulares: 3. Suplentes: 3. Usuários titulares: 3. E entidades, suplentes: 5. É isso? Entidades suplentes: 5. Isso, aí embaixo tem que corrigir as somas. **Marcelo, OAB:** Tudo certo, conselheiros? Podemos colocar em votação? Favoráveis à apresentação do questionário do Censo SUAS, favoráveis levantem o crachá, por favor. Só um instante, só um instante. **Patrícia, Feapaes:** É só uma questão de ordem. A gente tem a paridade aqui, não é isso? Não, pois é, mas no Governo a gente está com 20 pessoas. Na sociedade civil, pela somatória ali, a gente não tem 20 pessoas. Ah, consertou agora. **João Paulo, Sedese:** Não estava batendo antes. No ajuste que a Laís sugeriu, bateu. **Marcelo, OAB:** Conselheiros, então é aquilo que a gente discutiu, até o João estava lembrando hoje mais cedo aqui daquela discussão em processo de votação do regimento, dos encaminhamentos, é isso que aconteceu aqui agora. Então vamos lá. Favoráveis então ao questionário apresentado Censo SUAS. Pois não. Contrários.

Abstenções. Aprovado. O próximo ponto é, ah, sim, desculpe, os encaminhamentos. Os encaminhamentos estão ali: “Enviar ofício à SEDESE expondo as dificuldades e limitações impostas ao CEAS para o acesso e compartilhamento dos veículos da frota”. Eu colocaria: “em especial à utilização pelos conselheiros para participarem das reuniões plenárias”. Pelos conselheiros de Belo Horizonte, não é? Próximo: “Enviar carta de repúdio para o CNAS revisar os sistemas de forma a contemplar outras especificidades, como raça, gênero, etc”. Só um instante, Jennifer. Isac. **Isac - Ccqamrd:** É só que eu acho que não são reuniões plenárias, eu acho que é reunião. Não é só nas plenárias não.

Marcelo, OAB: Correto? **Jennifer, Psind:** Eu acho que não é carta de repúdio. Eu acho que a gente tem que enviar um ofício solicitando a revisão, porque carta de repúdio é algo que a gente manifesta, sabe? É, assim, eu acho que não cabe. É sugerir a ampliação aí, a revisão. É, solicitando a revisão. **Marcelo, OAB:** É, e quando está ali “raça, gênero e etc”, vamos dispor o quê que quer dizer o “etc” aí porque aí eles vão entender melhor.

Jennifer, Psind: Eu acho que o Matheus poderia participar da construção também, inclusive trazendo as considerações dele. **Marcelo, OAB:** É, vocês façam o ofício, passem para o Matheus dar uma verificada para ver se está de acordo e aí a gente acompanha. Questionário aprovado por unanimidade. Ok, tudo certo? Tudo bem, gente? Vamos então à aprovação dos encaminhamentos? Favoráveis, por favor, levantem. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Aprovado. **João Paulo, Sedese:** Só parabenizar a Laís pelas contribuições, várias e muitas no censo, no demonstrativo. Eu acho que ela fez o para-casa direitinho, viu, Laís? Parabéns. Contribuiu muito. Deixar registrado em ata. **Marcelo, OAB:** Meus cumprimentos, viu, Laís? Plano, agora nós vamos plano de corte do BPC, apresentado como pauta pela Laís. **Laís, CMAS Ipatinga:** Poli, coloca para a gente, fazendo favor? Eu não sei se vocês estão acompanhando, o Governo Federal, já tem alguns meses que ele está discutindo um plano de corte, de acordo com ele, para reduzir o orçamento público porque de acordo com ele a máquina está inchada. Só que isso está tendo rebatimento significativo para a nossa população. Então eu queria propor, não sei se vocês já têm ciência, só vou ler na negócio da assistência o que que traz de rebatimento para os nossos usuários. Carol, sobe aí, fazendo favor. Pode subir. Pode subindo. Pode. Pode. Regras de acesso, subindo. Pode subir. Subir, Carol. Isso. “Regras de acesso ao benefício de prestação continuada: focalizar em pessoas incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, vedação de dedução de renda não prevista em lei, passam a contar para acesso renda de cônjuge e companheiros não coabitantes e renda de irmãos, filhos, enteados, não apenas solteiros coabitantes”. Eu não sei como que ele vai fazer isso, tá, gente? Porque isso também não ficou claro. Eu até procurei documentos

para ver se ele explicava como se daria, mas não tem nada até o momento. “Atualização obrigatória para cadastro desatualizados há mais de 24 meses e para benefícios concedidos administrativamente sem código internacional de doença, que é o CID; biometria será obrigatória para novos beneficiários e atualizações cadastrais”. E o mais assim, o mais impactante vai ser esse ponto que assim, que é um ponto que a gente tem que refletir e tem que discutir muito porque, não sei se vocês têm ciência, alguns anos atrás o benefício de prestação continuada, ele contabilizava como renda para acesso a outro benefício e isso foi conseguido assim, com muita luta, com muito sacrifício, e tem poucos anos. Não tem muitos anos que isso foi garantido. Só que agora o Governo, ele sugere que a renda do benefício seja calculada para nova concessão. O quê que isso significa? Se na minha família eu recebo BPC e se eu tiver um filho com alguma deficiência, o meu filho, ele não vai ter direito. Então assim, isso vai impactar drasticamente nas famílias que a gente atende. E idosos também. Então assim, eu acho que o CEAS tem que fazer uma nota de repúdio, uma carta, fazer qualquer movimento para tentar vedar isso, que isso não passe no Congresso porque o que está sendo discutido, que eles têm 3 semanas para aprovar. A Câmara de Deputados, já começaram a discutir sobre isso, depois vai passar pelo Senado, para o presidente sancionar. Então eu acredito que se a gente não correr para fazer algum movimento, isso vai passar. E se isso passar, a gente vai ter impactos assim, negativamente, nos nossos municípios e na política de Assistência Social. **Marcelo OAB:** Muito bem. Laís, poderíamos sair daqui com uma proposta de um grupo para poder construir este documento, seja você com mais uma ou duas pessoas, conselheiros, construir esse documento para que seja enviado ao CNAS para que ele tome as medidas que forem importantes e necessárias. Estou vendo aqui que tem várias mãos, não sei se as mãos levantadas é para participar ou se é para poder manifestar aqui agora. De manifestação, Jennifer. **Jennifer, Psind:** Só, aí você falou uma proposta de um documento. As meninas colocaram ali “ofício”. Era só para reiterar isso, para que seja um ofício enviado do CEAS ao CNAS, com solicitação de retorno inclusive dessa questão. Mas eu acho também que não seja só ao CNAS, mas ao Ministério também. **Marcelo OAB:** Para o CNAS e SNAS, Secretaria Nacional de Assistência Social. Agora, por favor, Isac. **Isac, Ccqamrd:** Queria primeiro agradecer à Laís por trazer a pauta, eu acho que é um assunto que atinge diretamente os usuários também e é muito importante a gente ter a manifestação do CEAS através de ofício contrário a essas mudanças. Eu fico pensando também se além do CNAS e da Secretaria, se a gente tem condição também de ter alguém no Legislativo para que aí a gente possa recomendar também a reprovação desses cortes, sabe? Acho que, e eu

acho que é importante também que os usuários participem pelo menos dessa organização dos documentos. **Marcelo OAB:** Patrícia. **Patrícia, Feapaes:** Eu ia abordar justamente nisso, não é? Parabenizar a Laís por ter trago essa pauta que chegou ontem, não é? E também de a gente manifestar lá na Câmara. Eles não vão estar argumentando? Vai votar se é a favor ou não? Para a gente fazer uma mobilização para eles terem uma compreensão desse impacto na vida das pessoas com deficiência, dos usuários. Porque o que a gente vê no atendimento às pessoas com deficiência é que nas famílias estão tendo mais de uma pessoa com deficiência. Não é uma. E quando reduz o benefício a uma pessoa, está tendo muita judicialização para que a família consiga uma renda para cuidar do filho com deficiência, porque os gastos aumentam muito. Então impacta demais quando envolve o BPC com outro BPC na renda. Então eu acho que a gente tem que mobilizar a Câmara, onde que vai ter as pessoas que vão votar a favor ou contra a essa redução. **Marcelo, OAB:** Jennifer. **Jennifer, Psind:** Então eu incluiria ali o presidente da Câmara, que aí já anexa ao PL, ao projeto de lei, e também incluiria o ministro Haddad também. Não, pois é. Aí anexando, mandando para o presidente da Câmara já resolve porque anexa ao PL. **Marcelo, OAB:** Pois é. Nós estamos colocando ali CNAS, SNAS, estão sugerindo a mesa da Câmara, ao presidente da Câmara Federal e aí agora quem está inscrito é Ludmilla primeiro. **Ludmilla, CRESS:** Eu queria também fazer a sugestão de que, a gente tem um ofício, não é? Laís, você ficou como responsável por puxar esse grupo que vai escrever, se eu não, não foi isso que eu perdi porque eu saí rapidinho, mas sugerir de repente marcar às vezes uma reunião virtual, colocar no grupo da sociedade civil que quem puder no dia, entrar e contribuir, a gente faz uma construção coletiva. E queria sugerir também que nós vamos ter representação na próxima descentralizada do CNAS, que se eu não me engano é semana que vem. Então que a gente faça um alinhamento também dessa fala enquanto CEAS para que isso possa ser levado na reunião que vai acontecer na próxima semana, pelos nossos representantes. **Sandra, Sindibref:** Rapidamente. O movimento de trabalhadores, gente, que também tem impactos lá na vida do trabalhador e piso, várias situações, com certeza já vai sair em manifestação de centrais, confederações e em federação, não é? E sindicatos. Porque a gente está vendo que o trabalhador também lá na ponta vai ser atingido. E eu acho que a gente tem que fazer um movimento e coletar assinaturas. Eu já vi isso em vários movimentos que teve, por exemplo, quando o CONAM fechou mais de 1.000 instituições assinaram uma carta e a gente entrou e pressionou, e eles tiveram que “reativar”, entre aspas aí, o CONAM, do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. Então a gente tem que fazer esse grupo para estudar para a gente ter argumentos

qualificados e apontando até onde poderia estar se mexendo mais do que nas políticas públicas de Assistência Social porque é isso mesmo, sempre quem paga a conta são previdência, são trabalhadores, agora os usuários, não é? E a gente não pode ficar calado diante disso. O CNAS vai se manifestar, as meninas estão falando, entendeu? Então eu acho que a gente tem que criar esse grupo mesmo e qualificar bastante os argumentos, ver, acompanhar aí o detalhamento, que eles vão falar do detalhamento, como é que vai ser isso, e a gente se posicionar. **Marcelo OAB: João Paulo, Sedese:** Não, é rápido. É só complementar de talvez a gente também provocar, o Cris deu a sugestão ali. Os outros conselhos estaduais, se eles estão atentos a essa pauta e estão fazendo também, provocá-los a também manifestarem lá no Conselho Nacional, aproveitar os fóruns que a gente, os nossos representantes nos fóruns e provocar nos grupos de WhatsApp que os outros conselhos também se mobilizem porque quanto mais gente lá cobrando essas instâncias, mais força política tem. Era só essa a sugestão. **Marcelo, OAB:** É, a minha sugestão inclusive é de que esse documento vá para o FONACEAS. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio/MG:** Só fazer coro e dizer que já tem circulado há algumas semanas um manifesto contra as políticas anti-povo. É um manifesto muito importante, onde ele enumera o tamanho absurdo e o tamanho ataque aos mais vulneráveis e a manutenção de uma narrativa de uma crise, de uma necessidade de ajustar as contas, mas aí a gente recebe, a gente tem acesso a notícias de que o Brasil está em um bom momento de arrecadação e aí a gente não entende essa arrecadação, essa partilha. Então é só registrar que é muito importante, vou mandar o manifesto no grupo do Conselho. Eu acho que é válido todos lerem e assinarem para a gente também movimentar assim, porque outros atores que constroem a nossa luta coletiva também estão se posicionando porque são políticas anti-povo. O ataque, o alinhamento, infelizmente, a gente tem que demarcar isso: é com o mercado financeiro, é com a perspectiva de um Estado fiscal e neoliberal e a gente precisa ter força e coletividade para fazer a resistência. A resistência para dizer do tamanho absurdo, do tamanho aprofundamento dos processos de desigualdade e vulnerabilidade, e do retrocesso, retrocesso esse que vai na contramão de tantos discursos, de tantos espaços que a gente participa a nível nacional e a gente escuta de movimentos de urgências de uma retomada, mas isso é totalmente ao contrário de uma retomada. Isso é um ataque à espinha dorsal dessa política. A fragilidade de dialogar sobre o BPC dentro da Assistência ainda é muito difícil, a própria questão dos valores do recurso, a discussão das deficiência, é muito profundo e aí a gente fica pensando assim, que a gente tem que ter exercício de cobrar. Cobrar, dar o nosso recado. E acho que o manifesto, a nossa

manifestação e também a provocação dos outros conselhos para estarmos juntos nessa defesa de uma política e contra o projeto anti-povo é muito importante e muito significativo. **Marcelo, OAB:** Tá. Eu agradeço as contribuições. Já ficou definido aqui então que Laís, com mais, vai chamar um grupo para poder discutir e considerar que haverá a plenária descentralizada do CNAS na próxima quarta-feira, dia 4 e 5, então a ideia é de que este ofício fique definido antes do dia 5, antes do dia 4. Então que vocês reúnam e definam sobre isso. Todos estão de acordo? Ok, gente? Por favor, então levanta o crachá para que seja encaminhado este ofício a essas instâncias. O último ponto que nós temos para que a gente possa voltar para nossas residências é a pauta que, ah, desculpa, ainda tem comissões, gente. Mas é porque tem a pauta que foi discutido com a Simone e os demais usuários a respeito do fórum, que ele se propõe. Então vocês têm 5 minutos para discutir isso? Só para antes que vocês falem, é porque nós temos ainda, gente, desculpem, mas as comissões ainda não se manifestaram. **Simone, CFR:** Pessoal, em setembro a gente trouxe a demanda aqui dos usuários, a urgência da contribuição para a realização do Fórum Estadual dos Usuários. Aí foi aprovado, acordado, não é? Acho que a palavra é essa. A realização estava prevista para ser dia 06/12, então os usuários se reuniram, na pessoa do Leon, do Isac, que foram os que mais participaram na construção, na descoberta, nos fóruns. São quatro? Quatro fóruns municipais. E a gente tentou abranger que os 22, que as 22 regionais fossem compostas com a sua representação. Uma força-tarefa que não avançou nesse lugar, de conseguir acessar essas 22 regionais, mas a gente tem avançado na construção e foi criado um grupo de WhatsApp ao qual os usuários foram incluídos, então todo mundo ali colocando as suas dificuldades e apresentando a situação. O quê que acontece? Foi feito um plano, a gente fez a inclusão da Carol da Secretaria Executiva no grupo de usuários e aí foi pedido um movimento, a gente fez esse movimento de levantamento de quem seriam esses usuários representantes por regional e por fórum, e tudo isso foi construído. Porém a gente recebeu, a minha pessoa recebeu uma ligação, depois de todos esses levantamentos, do Nelson trazendo alguns pontos que era para ser avaliado e aí a gente fez a inclusão dele no grupo de usuários, fizemos uma reunião no dia 14. Vocês vão me corrigir, mas no dia 14/11 fizemos uma reunião online, o presidente junto com a Simone, com o Isac, com o Matheus, Leon e Fernanda. Tivemos muitas dificuldades, estava voltando do encontro de usuários, então o Leon estava indo para o G-20, teve muita dificuldade, o Isac estava em estrada também. Era isso, não é? Se eu estiver falando alguma coisa, vai me corrigindo. Fernanda estava na estrada, então foi a que menos participou, não é, Fernanda? Na contribuição. E o Matheus também, o horário era muito

ruim de trabalho. Resumindo: fizemos esse encontro, ouvimos o presidente, foi apontado algumas coisas, principalmente orçamentária: a dificuldade de arcar com a vinda desses usuários das outras regionais, entendendo que esse valor estava muito alto e não estava previsto esse encontro para esse ano. Então estava dando um teto de quase R\$20.000,00. A gente já tinha o local definido, a Secretaria Executiva deu uma olhada na sugestão que foi apresentada aqui na UAI, bem do lado aqui. Isso foi acordado, o lanche também estava ok, o material didático estava ok. O impasse mesmo era somente a garantia da participação. Mas aí eu vi nos outros, outras pessoas, assim, depois que conversamos com Nelson também eu comecei a compreender algumas falhas que eu entendo que é falhas que a gente tem que resolver. Eu acho que a gente tem condições sim de atender às 22 regionais, pelo menos trazer um representante de cada regional. Eu acho que isso tinha que, acho não, é legítimo isso, não é? Não fazer na minoria, por mais que eu entendo que tem que acontecer para depois ir englobando, mas eu acho que a gente também tem pernas para conseguir fazer nesse sentido de achar essas 22 representações. Então a sugestão do presidente, que pena que ele não está aqui porque seria muito importante ter ele aqui agora nesse diálogo, a sugestão do presidente é que a gente fizesse um comunicado do CEAS, fazendo um convite para os 853 municípios e eu comungo com isso, pelo menos informando aos 853 municípios que vai haver esse encontro, não é? E solicitando que esses municípios conseguissem mandar pelo menos um conselheiro ou se não, pelo menos as regionais garantissem a participação de pelo menos um no fórum. Então assim, o quê que eu quero trazer com isso? O prazo já se estendeu, não vai ser realizado agora dia 06, não tem condições. E até também porque tanto eu quanto Fernanda não estaremos também, não estaríamos nesse encontro, então a gente ia perder duas conselheiras também. Além de ser conselheiras, duas usuárias, eu acho que isso também tem que ser uma prioridade também. Mas o que a gente quer trazer aqui é um compromisso também do CEAS, foi sugerido ontem na nossa reunião de sociedade civil, tá, só um minutinho, é muita coisa. Na reunião da sociedade civil, a Jennifer até sugeriu que a gente criasse um GT e incluísse tanto um trabalhador e uma entidade para nos apoiar. Em comum acordo, não com a presença do Leon, mas ele está ciente da nossa conversa, após isso nós 4 nos reunimos e entendemos que a gente tem competência e autonomia para dar conta de gerar esse movimento como usuários. A gente não está aqui descartando o apoio, mas assim, para o GT de organização a gente aceita a contribuição, mas para conduções de alguns processos a gente quer ter essa autonomia. Foi sugerido também pelo presidente que quando a gente, a gente ia fazer o convite para a Professora Márcia Mansur, que ao invés dela assinar, que fosse nós 5,

usuários, a estarem assinando esse documento de convite. Eu particularmente achei ótima ideia, não é? Trazendo esse lugar de autonomia, trazendo esse lugar de que é um convite nosso mesmo. Não é que o presidente não possa assinar, o Marcelo até se dedicou a assinar, mas acho que a gente também tem condições tanto de assinar esse convite. Então o quê que a gente, assim, para resumir mais rápido para os meus companheiros também poderem dizer, mas eu preciso de falar. Marcelo. Uai. A gente precisa primeiro de um compromisso aqui do CEAS na garantia da participação de pelo menos 22, ou seja, um representante por cada regional e um representante por fórum. Até, no momento a gente tem 4 fóruns, então para-casa também, a gente pede, será que tem mais fóruns que a gente não está conseguindo acessar? Vocês que estão nos municípios sabem de mais fóruns existentes que não estão compondo? Que: “Olha, Simone, tem um município x que tem um fórum”. Então fazer esse para-casa junto com a gente, nos assessorar nesse lugar. A gente pede que o evento aconteça no 1º semestre, então a gente quer no, trimestre, então em março. É isso? Nós queremos deixar a sugestão de que aconteça em março, até porque é ano de conferência, então a gente vai acabar sendo engolido se a gente deixar mais para o meio do ano aí. E outra coisa que eu preciso de trazer muito aqui: a gente precisa sair hoje com uma definição porque eu ontem tomei a liberdade, com os meus pares de colocar uma nota lá no grupo do fórum porque está uma bagunça, a gente está sendo linchado. Eles estão duvidando até de que, hoje a gente escutou áudio lá falando, de nós cinco, né, porque não fala de uma pessoa, que nós estamos aqui só por diária, sabe? Outros usuários, então colocou lá, o grupo hoje está pesado, que a gente está aqui por diária, que a gente não representa, porque como é que a gente deixou esse evento não acontecer. E tem gargalos, e eu acho que nós 5 não vamos cair nessa disputa de que: “Ah, foi o fulano ou o ciclano que impediu”. Eu não impedi, Fernanda não impediu, ninguém aqui está impedindo nada não. A gente simplesmente só quer fazer uma coisa bem feita e que tenha todos os usuários, não uma meia-dúzia de usuários, porque não adianta a gente só agradar meia-dúzia e mais tarde a gente ser cobrado dessa conta por não ter acessado os outros. Então assim, eu estou com a consciência bem tranquila que o adiamento é necessário e que a gente vai conseguir fazer um movimento, captar todos os usuários e fazer um bom evento. Mas a gente tem o compromisso também, assim que terminar aqui, de ficar os 4 aqui, construir um comunicado, o Isac já até adiantou um pouco, para a gente soltar essa nota lá hoje porque eu acho que também tem que ter respeito àqueles conselheiros que estavam com a garantia que iam vir, já tinham se organizado. Alguns estão dizendo que já estavam com mala pronta, não é? Então a gente também tem que dar um respeito, um respaldo para

esse lugar. Isac. **Marcelo, OAB:** Agradeço então à Simone que estendeu mais do que devia, mas Isac, por favor. Isac, por favor, se a gente puder ser breve porque nós temos muita pauta ainda. **Isac, Ccqamrd:** É um pouco disso do que a Simone trouxe, não é? Em setembro a gente trouxe a solicitação do apoio do CEAS ao Encontro Estadual de Usuários no formato presencial, que é necessário para conclusão e principalmente de documentação e agendas do Fórum. A partir da aprovação na plenária, a gente passou a discutir mais, um grupo pequeno de organização desse encontro, contando inclusive com a Secretaria Executiva, e tivemos algumas construções feitas nesse tempo. E esse descontentamento que gerou nos usuários, que Simone traz agora, é porque assim, tinham usuários que estão na caminhada do Fórum e que não faz parte desse Conselho que estavam nesse momento de construção e a gente fez um grande trabalho. Então as regionais que compõem o Fórum, elas escolheram seus representantes, os fóruns municipais escolheram seus representantes e a gente tinha data marcada, apesar dessa data não ter sido marcada na plenária, foi marcada com a Secretaria Executiva e com os demais parceiros. E aí depois chegou do presidente do Conselho uma indisponibilidade de recurso por questão de planejamento que não tinha sido feito antes, não é? E a gente, por ter, demorou um pouco a discutir e só conseguimos ter condição de repassar isso para todos os usuários, do adiamento, ontem. A partir disso houve vários descontentamentos, mas a gente quer, a gente discutiu na sociedade civil e foi discutido na mesa diretora também a formação desse GT, contando inclusive com a experiência do Fórum de Trabalhadores que existe há muito tempo e funciona bem, para a gente ajudar a construir o encontro. Então a gente já tem a ideia do que será construído, do formato inclusive, o que está faltando é a garantia da participação e a gente quer também que sejam respeitadas as construções que já tiveram, as regionais que já escolheram seus participantes, que sejam respeitadas essas autonomias para que a gente faça um bom encontro no ano que vem e amplie no que for possível. Acho que é basicamente isso.

Marcelo, OAB: Ok. Agradecendo. Só que a gente precisa de saber qual o encaminhamento da pauta que foi apresentada. Tanto Simone quanto Isac disseram sobre, fizeram um histórico do que se pretende. Agora, qual que é o encaminhamento que deve se dar nessa plenária? **Isac, Ccqamrd:** O encaminhamento é, primeiro o GT que foi construído e terá a participação dos trabalhadores para organizar o encontro e segundo é que esse encontro, ao invés de acontecer em dezembro, que aconteça no 1º trimestre do próximo ano, antes da conferência. **Marcelo OAB:** Sim. **Isac, Ccqamrd:** A garantia da participação de pelo menos um representante de usuários de regional e um representante por fórum municipal. **Marcelo, OAB:** Atentaram aí, anotaram a proposta de

encaminhamento? Isac, Ccqamrd: Isso. O 3º trimestre é no máximo março do próximo ano. João Paulo, Sedese: Mas tem, esse GT, ele vai trazer a proposta de data depois? Só para entender porque ali, o encaminhamento está “a criação de GT”. Beleza, um encaminhamento que criamos o GT. Esse GT vai se reunir, vai trazer a proposta para ser discutida? Quais são as demandas? Porque aí, fazendo o papel do Nelson aqui já que eu estou sentado na cadeira dele, para também a gente poder organizar enquanto gestão nesse suporte. Vocês sabem que os processos, ainda mais no início de ano, os processos administrativos lá internos são mais complicados, acho que a Roberta está aqui e qualquer dúvida a gente, acho que ela está aqui, mas é isso, para a gente entender e saber quando vem. Porque eu estou perguntando? Não sei se na plenária de dezembro já vai dar para trazer alguma coisa, em janeiro não tem. Então já seria na de fevereiro para o encontro que seria até março. Então só para vocês atentarem a esses prazos e para a gente não ter nenhum gargalo, entendeu? Então assim, se pudesse ter, sei lá, talvez uma proposta, pelo menos uma estimativa de data e de possibilidades na plenária de dezembro, talvez fosse interessante para a gente não atropelar prazos. Isac, Ccqamrd: A gente, com a ideia de fazer em dezembro, a gente discutiu, os conselheiros representantes de usuários mais a Secretaria Executiva. A gente construiu, no dia 6, uma lógica de semana do dia D para casar essas coisas. Beleza. Mas aí, depois chegamos inclusive a ter a resposta que estava aprovado tudo. Depois, foi na semana do dia 13 que a gente soube que na verdade não estava aprovado o custeio da participação dessas pessoas. Então a gente entende que fazemos no início do ano que vem. Não temos a condição de dar a data hoje, mas a ideia é que o GT traga essa data o mais rápido possível porque para a gente colocar data, a gente precisa ver a agenda do CEAS, inclusive para o ano que vem. Acho que se a gente conseguir trazer essa data na próxima plenária será ótimo. Marcelo, OAB: Isac, trazendo na próxima plenária, a gente tem condições de apresentar para a SEDESE para ela poder tomar as providências necessárias. Algo mais a respeito dessa pauta? Todos estão de acordo? Por favor, levanta o crachá quem for favorável. Pode abaixar. Contrários. Abstenções. Nenhuma. Passo agora à Comissão de Apoio, se tiver alguma pauta. Não tem pauta a Comissão de Apoio. Comissão de Normas. Não tem pauta a Comissão de Normas porque já foi lida a questão do regimento interno. Comissão de Orçamento. Não tem pauta. Comissão de Monitoramento. Não tem pauta. Comissão de Política. Fernanda, CMAS Campanha: Temos pauta. Marcelo, OAB: Tem pauta. Fique à vontade. Fernanda, CMAS Campanha: Nosso primeiro ponto, o assunto são os fechamentos das denúncias. Então temos uma que foi feito pelo Caio e relacionada ao próprio INSS, que tem a ver com o

BPC, pela demora de resposta e até mesmo de conclusão, e a gente já concluiu essa denúncia, já passamos toda a coordenação do que poderia ser feito para ele e já foi concluído. A outra denúncia concluída é a de Lavras, que é a respeito do apontamento de irregularidades nos serviços socioassistenciais do SUAS no município de Lavras. A gente também já entrou em contato, viu o que que tinha de irregular, passamos as ponderações necessárias e já foi concluído. Em Cambuí, também a denúncia de lá era o uso irregular do espaço do CREAS e aí a gente também verificou o que que estava ocorrendo e também já foi concluído, já foi solucionado. A denúncia de Prata, denúncia enviada ao CMAS, possível assédio moral. Aí a gente também entrou em contato, foi feito uma videochamada e tudo, e foi resolvido também. A gente, a questão lá era com a secretária executiva e assim, pelo o que a gente entendeu, ela é quem coordenava tudo, até a parte de Assistência Social. E lá também ainda tinha a questão que a secretária executiva, o cargo de secretária executiva foi um cargo criado mesmo por eles e só ela poderia estar ocupando porque teria, só ela teria condições de ocupar dentro da formação. E com isso ela achou que poderia tomar posse de tudo e eles ficaram à mercê dessa situação. Mas aí a gente fez uma reunião com todos, a gente explicou cada situação, colocou os pontos necessários e o retorno deles é que já estava tudo sendo solucionado, e até mesmo essa questão do cargo que foi construído, ia ser extinto. O segundo ponto, e aqui agora são as análises das denúncias. A de Juiz de Fora ainda está em andamento. A gente enviou para eles um memorando, explicando como é que seria, como é que deveria ser feito. É a questão do atendimento, não é? Dos advogados dentro do CRAS que estariam de uma maneira irregular. Então a gente enviou para eles como é que deveria ser feito esse atendimento, que estava sendo feito não pelo CRAS, mas por uma entidade independente, então não poderia ser dessa maneira. E a gente enviou e a gente está esperando um retorno. Contagem. Lá é a respeito de precariedades na estrutura física dos equipamentos do SUAS e a gente tem tentado entrar em contato, mas não estamos tendo retorno. Então a gente pediu apoio para a diretoria regional da metropolitana e está esperando um retorno deles para ver se a gente consegue acessar o CMAS de lá. Carandaí, o CRAS, o CREAS e as instituições e conselhos da Casa Lar estão com número menor de funcionários. Nós entramos em contato com o CMAS de lá e solicitamos para eles informações sobre a denúncia, mas ainda não obtivemos retorno também. Uma das coisas que a gente está tendo dificuldade é justamente esse retorno da parte do CMAS, da própria Secretaria de Assistência Social das cidades em relação às denúncias, e isso acaba que atrasa a gente conseguir concluir. E mais uma de Carandaí, que também é uma denúncia de irregularidades da nova sede do CRAS, do CREAS de

Carandaí, que está sendo, o imóvel de lá, além do CREAS, também é dividido com a Polícia Civil, é tudo no mesmo espaço. É tudo dentro do mesmo local. Então a gente mandou para lá um e-mail pedindo para eles um parecer do porque é dessa maneira e a gente ainda está esperando também um retorno. Martinho Campos. A denúncia de irregularidades na Secretaria de Assistência Social do município. A ausência de CREAS, sem referência técnica da Proteção Social Especial, substituição indevida de servidores na vigilância socioassistencial e no Conselho Municipal de Assistência Social. Segundo a denúncia, as substituições foram feitas por motivação política. A gente mandou e-mail para o CMAS e estamos também esperando um retorno, principalmente da gestora do município, porque a gente ainda não teve. Serranópolis. Denúncia de possível assédio moral, dificuldade de acessar o SUS e o SUAS. Oi? É, ainda está em andamento, né? A gente mandou uma solicitação de informação sobre a denúncia, mas ainda não tivemos e estamos tentando marcar uma reunião virtual para entender melhor a situação de lá. Aí agora o ponto 4 é sobre o Conselho Nacional de Assistência Social, a respeito da política antimanicomial e o SUAS. Aí quem vai falar vai ser ela, que está mais. **Letícia, SES:** Eu participei da última plenária ordinária do Conselho Estadual de Saúde e lá foi apresentado pela equipe técnica da saúde mental uma resolução que foi aprovada lá no Conselho sobre um cofinanciamento para residências terapêuticas para essas pessoas que estão nessa situação que a gente já até mencionou aqui, principalmente aqueles casos mais urgentes de pessoas que já cumpriram pena e estavam aguardando ainda alguma solução. Então vai ter um recurso de cofinanciamento estadual para essas residências terapêuticas, até provavelmente o Cristiano deve estar sabendo bastante sobre isso também e a equipe dele. Isso tem sido uma iniciativa desta comissão que também já mencionei aqui que é uma comissão intersetorial para debater esses assuntos e lá dentro do Conselho Estadual de Saúde também, como eu mencionei anteriormente na última plenária, tem a Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica e essa comissão, eles estavam também participando dessas tratativas. Então assim, foi um diálogo construído de forma transversal, intersetorial e ao que tudo indica, assim que possível, eu não sei quando, provavelmente até, o Cristiano vai saber explicar melhor, se ele tiver interesse, mas em breve essas pessoas vão ter o encaminhamento, já com esse recurso de cofinanciamento. Então assim, foi uma notícia boa que a gente teve porque a gente estava muito preocupado com esses encaminhamentos e assim, ressaltando aqui mais uma vez, esse diálogo, ele é transversal, cada ente vai ter uma participação. A Saúde está tendo a participação dela, mas a Assistência também tem a participação que a gente precisa, tentar ao menos que assim, tentar, não é? Porque a gente sabe que é difícil.

Restabelecer os vínculos daquela pessoa, mas também estar atuando aí a SEJUSP, então é um diálogo transversal. Mas então a gente teve essa boa notícia da aprovação desta resolução. **Fernanda, CMAS Campanha:** E o restante da nossa pauta já faz parte do nosso plano de ação que a gente vai apresentar na próxima plenária com mais detalhes. **Marcelo, OAB** Você quer fazer um comentário, Cristiano? **Cristiano, Sedese:** É porque na última plenária a gente falou desse assunto, quando teve também o relato da Comissão de Política. É só um complemento de uma última atualização. A gente tinha falado na última reunião que a gente criou um grupo de trabalho interno entre a Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social com a Subsecretaria de Assistência, que é a nossa equipe, e aí tem pessoas da Superintendência da Proteção Especial, Superintendência de Proteção Básica participando dessas discussões. Na semana passada a gente fez uma visita conjunta entre as duas equipes, da saúde, a equipe da saúde que está envolvida é a equipe da diretoria, da Coordenadoria de Saúde Mental, se não me engano. E as nossas equipes fizeram uma visita lá no Hospital Jorge Vaz que é o hospital penal judiciário, onde estão as pessoas que precisam ser desinstitucionalizadas. Então a gente, desde a semana, na verdade desde antes da visita a gente já vem fazendo um estudo sobre todos os pacientes que estão no hospital e que já estão com alvará de soltura, que já precisariam estar fora do hospital, para analisar conjuntamente com a Secretaria de Saúde quais são os casos envolvendo residência terapêutica, aluguel social, retorno para família e também Assistência Social, porque é o que eu falei na semana passada, o Nelson provavelmente vai trazer isso para a mesa diretora também, essas discussões, porque querendo ou não tem uma parte desse público, e aí a gente está fazendo uma análise bem minuciosa a respeito do contexto familiar e do contexto de vida e de saúde dessas pessoas, porque tem uma parte que vai precisar ser acompanhada em residência inclusiva. Esse assunto é um assunto delicado, polêmico, então assim, na última plenária eu falei isso, não é? Que a gente precisa ter muita tranquilidade e calma para poder fazer essa discussão porque realmente é um assunto bem complexo. Mas é isso, obrigado. **Marcelo, OAB:** Obrigado. Mais algum ponto que a Comissão teria a dizer? Não, não é? Acabou o trabalho da comissão? Então, por fim, eu convido então a Cassilene, que ela só quer dar uma informação do COGEMAS, por favor. Porque aí a gente encerra a nossa reunião. **Cássirlene - Cogemas:** Ei gente, boa tarde. Então, quem não me conhece ainda, tem gente nova aqui, mas só para me apresentar. Eu sou a Cássia Vieira, eu sou assistente social, atualmente na Secretaria Executiva do COGEMAS que é o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais. Aí eu vim aqui em nome da instituição fazer um

informe breve para vocês, só a título de conhecimento mesmo, porque nos dias 4 e 5 de dezembro, próximo, na quarta e quinta-feira da próxima semana, vai acontecer o 9º Encontro Estadual do Colegiado de Gestores Municipais, que vai reunir os municípios associados, convidados, representantes dos municípios de Minas Gerais para tratar de assunto de extrema importância, que tem tudo a ver com o que a gente debate aqui no CEAS. O tema neste encontro é “Os desafios da gestão do SUAS em tempos de contingenciamento”. Então é um tema muito atual, é muito pertinente. Todos nós que estamos à frente de alguma instituição vinculada ao SUAS, a gente sabe que o contingenciamento das contas, das despesas é frequente, então nós vamos debater isso no âmbito estadual com os gestores, levando em consideração que são os gestores que atualmente estão à frente da política nos municípios, como também os novos representantes que foram convidados e que possivelmente estarão conosco nessas duas datas. Então é para vocês terem conhecimento de que os municípios, em âmbito estadual, estarão representados por seus gestores aqui em Belo Horizonte na próxima semana, tá? Eu agradeço então à mesa do CEAS pelo espaço e a todos vocês pela atenção. Muito obrigada. **Marcelo, OAB:** Por nada. Bom, conselheiros, eu quero dizer a vocês que foi uma satisfação estar aqui hoje à frente, trabalhando aqui. O Nelson, ele dizia que nós conseguiríamos encerrar a reunião às 12h, mas só que a reunião dele, porque a nossa está continuando, ficou até agora. Um forte abraço a vocês e que tenham um ótimo retorno. Uma boa tarde. Muito obrigado.